

INTERESSE
NACIONAL

INTERESSE NACIONAL

Ano 4 • Número 13 • Abril-Junho de 2011

EDITORA

Maria Helena Tachinardi

EDITOR RESPONSÁVEL

Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer
Berta Becker
Carlos Eduardo Lins da Silva
Claudio Lembo
Claudio de Moura Castro
Daniel Feffer
Demétrio Magnoli
Eliézer Rizzo de Oliveira
Eugênio Bucci
Fernão Bracher
Gabriel Cohn
Glauco Arbix

João Geraldo Piquet Carneiro
Joaquim Falcão
José Luis Fiori
Leda Paulani
Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira
Raymundo Magliano
Renato Janine Ribeiro
Ricardo Carneiro
Ricardo Santiago
Roberto Pompeu de Toledo
Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

CIRCULAÇÃO

DPA Cons. Editoriais Ltda.
dpacon@uol.com.br • Tel. (11) 3935-5524

ASSINATURAS

Brand Member Marketing Direto
editorial@interessenacional.com • Tel. (11) 3971-4372

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora

Printed in Brazil 2011

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: Fotografia de Billy Alexander (www.sxc.hu)

Sumário

ANO 4 • NÚMERO 13 • ABRIL-JUNHO DE 2011

7 Apresentação

ARTIGOS

10 O Papel da Oposição

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O ex-presidente da República e presidente de honra do PSDB considera que há muito a ser feito pelas oposições. Segundo ele, estas “precisam voltar às salas universitárias, às inúmeras redes de palestras e que se propagam pelo país afora, e não devem, obviamente, desacreditar do papel da mídia tradicional”. Além da persistência e ampliação dessas práticas, é preciso buscar novas formas de atuação para que a oposição esteja presente em organizações de bairro, em grupos musicais e culturais das periferias das grandes cidades, etc. O discurso não pode ser apenas o institucional, tem de ser o do cotidiano, mas não desligado de valores, prega FHC.

20 Partido Único

DEMÉTRIO MAGNOLI

A sociedade brasileira – moderna, urbana, complexa – não se ajusta à sedimentação de seu sistema político sob o peso de um hegemon. A rejeição ao petismo expressa-se na sociedade sob as mais diversas formas. Essa oposição, entretanto, não se traduz adequadamente nos atuais partidos oposicionistas – e, portanto, também não encontra expressão parlamentar. É um sinal preocupante sobre o estado de saúde de nossa

democracia. A persistente relutância em expor as relações entre a natureza autoritária do PT e as orientações de política internacional do lulismo constitui uma aula completa sobre o estado falimentar do PSDB e do DEM.

28 Miséria da “Oposição” no Brasil Da Falta de um Projeto de Poder à Irrelevância Política?

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

Em ensaio analítico-opinativo sobre a inexistência de uma verdadeira oposição no atual cenário político brasileiro e sobre as tarefas da oposição num moderno sistema político democrático, o autor faz um exame das condições pelas quais se poderá ter a eventual reconstrução de uma oposição digna desse nome no Brasil. “A oposição precisa estar pronta para oferecer outro futuro a todos os brasileiros que não acham que a esperteza política aliada ao oportunismo propagandístico representa o horizonte real de possibilidades para o País”.

37 Agenda para a Política Externa no Governo Dilma

LUIZ FELIPE LAMPREIA

De todas as heranças boas e más que o atual governo recebeu, a política externa é uma das mais negativas, avalia o ex-chanceler, que discorre sobre o elenco de erros cometidos no governo Lula e propõe uma agenda para a administração da presidente Dilma Rousseff

recalibrar as relações internacionais do Brasil. “Para desempenhar suas novas e crescentes responsabilidades, o Brasil precisa ter uma política externa equilibrada que não incorra nos arruobos que nos levaram a grandes desgastes em passado recente”.

45 Respostas da Política Externa Brasileira

às Incertezas do Mundo Atual

MARCO AURÉLIO GARCIA

O assessor especial de política externa da presidente Dilma Rousseff explica que haverá mudanças em relação ao governo Lula em função da imprevisibilidade dos acontecimentos no mundo atual. Sobre as relações com os países do Norte, diz que delas “esperam-se não só melhorias em matéria de comércio e investimentos, mas também um bom relacionamento no que se refere à transferência de tecnologia e inovação, elementos essenciais para a nova fase de nosso desenvolvimento nacional”.

53 Perspectivas de Mudanças no Padrão Gerencial e Ético do Modelo Político-eleitoral

JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO

A análise parte do pressuposto de que o modelo político-eleitoral brasileiro, fundado na construção de maiorias parlamentares de apoio ao presidente da República, mediante a aglutinação de partidos heterogêneos, não deverá sofrer alterações substantivas no futuro previsível. O autor propõe uma agenda mínima de uma reforma voltada para a eficiência administrativa e a recomposição da base ética do governo. A primeira providência é identificar os órgãos mais suscetíveis a desvios de conduta. Em segundo lugar, desburocratizar os processos licita-

tórios, instituir pré-requisitos para a nomeação para cargos de confiança e restabelecer a autonomia efetiva de órgãos e entidades da administração indireta.

59 O Papel da Internet na Conquista dos Votos de Marina Silva

CAIO TÚLIO COSTA

A internet tem potencial para mudar radicalmente o fazer político. No Brasil, isso começou a ficar mais claro em 2010 e a atuação de Marina Silva na internet representou o maior diferencial na campanha presidencial. Ferramenta imprescindível na disseminação da causa do desenvolvimento sustentável, a internet teve papel estratégico na composição dos 19 636 359 votos no número 43, de Marina Silva, digitado nas urnas eletrônicas no primeiro turno.

76 O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

A macroeconomia estruturalista do desenvolvimento é constituída por um conjunto de modelos, e o novo desenvolvimentismo, por um conjunto de propostas de política, que só se consolidaram do ponto de vista teórico, recentemente. Mas já se avançou muito nessa direção, como ficou demonstrado quando 25 economistas e cientistas políticos de diversos países se reuniram em um workshop em São Paulo, em maio de 2010, e propuseram e aprovaram as “Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo” (“Ten Theses on New Developmentalism”). A esse grupo se juntaram cerca de 50 outros economistas e cientistas políticos importantes que foram convidados para serem também “subscritores originais” do documento.

Apresentação

.....

Na edição passada, focalizamos os resultados das eleições de 2010 e suas implicações para o sistema de partidos no Brasil. Vimos que na disputa presidencial de 2006 e na do ano passado destacam-se duas tendências: o protagonismo do PT e do PSDB, com pouco espaço para que surja uma terceira força realmente competitiva, e a irrelevância dos partidos de direita, no máximo coadjuvantes em coligações lideradas pelos dois protagonistas.

Diante da nova realidade que emergiu das urnas – um segundo mandato para o Partido dos Trabalhadores, instalado no poder há quase uma década, e o enfraquecimento dos partidos oposicionistas no Congresso Nacional – e em face do quase inexistente debate interno sobre o papel da oposição, *Interesse Nacional* decidiu oferecer aos leitores um esforço intelectual sob a forma de três artigos, como contribuição para uma análise crítica dos problemas e das oportunidades que se abrem para a oposição se firmar como alternativa ao bloco de poder dominante.

Os autores são o sociólogo, ex-presidente da República e presidente de honra do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo e doutor em Geografia Humana Demétrio Magnoli, e o diplomata de carreira e professor universitário Paulo Roberto de Almeida.

O Conselho Editorial da Revista, reunido em 18 de janeiro, planejou ter nesta edição dois artigos sobre a política externa do governo

Dilma Rousseff. Assinam os textos o assessor especial de política externa da presidência da República, Marco Aurélio Garcia, e o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia.

Este número traz ainda um artigo do advogado João Geraldo Piquet Carneiro, especialista em ética pública, sobre padrão gerencial e ético do modelo político-eleitoral; uma análise sobre o papel da internet na campanha de Marina Silva, escrita por Caio Túlio Costa, jornalista e consultor em novas mídias; e o ensaio do economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, professor da FGV-SP, sobre o novo desenvolvimentismo.

Fernando Henrique Cardoso mostra o quadro complexo a ser enfrentado pela oposição: “Diante do autoritarismo (regime militar) era mais fácil fincar estacas em um terreno político e alvejar o outro lado. Na situação presente, as dificuldades são maiores. Isso graças à convergência entre dois processos não totalmente independentes: o ‘triunfo do capitalismo’ entre nós (sob sua forma global, diga-se) e a adesão progressiva – no começo envergonhada e por fim mais deslavada – do petismo lulista à nova ordem e a suas ideologias”. O ex-presidente da República vê complexidade crescente a partir dos primeiros passos do governo Dilma que, adotando estilo contrastante com o do antecessor, pode envolver parte das classes médias. Ele enxerga, entretanto, oportunidades para as oposições em um trabalho voltado às novas classes médias, aos profis-

sionais das funções contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços, em geral, espalhados pelo Brasil afora. Segundo Fernando Henrique, a imensa maioria destes grupos está ausente do jogo político-partidário, mas não desconectada das redes de internet, Facebook, YouTube, Twitter, etc.

Demétrio Magnoli, que assina o texto “Partido Único”, diz que “da campanha de 2010 não emanou um discurso coerente de ação política oposicionista”. Ao mesmo tempo, “a sociedade brasileira – moderna, urbana, complexa – não se ajusta à sedimentação de seu sistema político sob o peso de um *hegemon*. A rejeição ao petismo expressa-se na sociedade sob as mais diversas formas. Essa oposição, entretanto, não se traduz adequadamente nos atuais partidos oposicionistas – e, portanto, também não encontra expressão parlamentar. É um sinal preocupante sobre o estado de saúde de nossa democracia”.

Paulo Roberto de Almeida adota uma postura bastante crítica em seu artigo. Para ele, “o que surpreende no processo político brasileiro não é tanto a capacidade do governo de alinhar em torno de suas posições as forças políticas dos mais variados horizontes, sobretudo no Congresso; a surpresa é constituída, antes, pela debilidade da ‘oposição’, derrotada, mas ainda não destruída, e sua incapacidade de reorganizar suas tropas, de redefinir suas bandeiras de luta e de exercer sua função institucional de oferecer uma alternativa às políticas do bloco no poder”. Tudo leva a crer que uma nova oposição precisa ser construída, ou que a atual “oposição” deva ser praticamente reinventada, para, finalmente, começar a existir, afirma.

Passados os cem dias iniciais do governo da presidente Dilma Rousseff, são naturais as comparações entre as ênfases dadas no governo anterior e no atual, principalmente em relação à política externa, considerada a área cuja herança recebida é das mais negativas, na avaliação de Luiz Felipe Lampreia. Em seu artigo, ele elenca

os principais erros cometidos na administração Lula, pontua alguns dos acertos da diplomacia do governo Rousseff e traça uma agenda para a política externa brasileira se reequilibrar, tendo em vista as novas e crescentes responsabilidades do Brasil, que se afirma como potência global.

Marco Aurélio Garcia garante que “as mudanças existem e existirão, por duas razões. A primeira, porque a presidenta dirigirá um país que hoje ocupa um lugar no mundo muito distinto daquele que ocupava em janeiro de 2003, com as vantagens e responsabilidades que isso pressupõe. Mas haverá mudanças porque toda política externa tem de conviver com uma certa dose de imprevisibilidade. Quem poderia, em um passado relativamente recente, prever a queda do Muro de Berlim, o ataque às Torres Gêmeas, a crise de setembro de 2008 ou as turbulências que hoje sacodem o mundo árabe?”

Olhos voltados para o Congresso e para a ética pública, Piquet Carneiro avalia que “nesse momento inicial da nova legislatura, ainda não se percebem no horizonte político pressões internas nos partidos coligados no sentido de melhorar o padrão gerencial e ético de operação desse modelo. Ao contrário, o resultado das eleições parlamentares de 2010 aponta no sentido da consolidação do modelo de troca de votos por cargos e verbas”.

A passagem do candidato do PSDB, José Serra, ao segundo turno nas eleições de 2010 se deveu ao crescimento de última hora da candidatura de Marina Silva. O jornalista Caio Túlio Costa, coordenador de mídia digital da campanha da candidata, diz que, com alguma margem de segurança, sem a internet ela não teria alcançado quase vinte milhões de votos nem conquistado o terceiro lugar com o maior percentual (19,3%) dos votos desde a primeira eleição geral e livre depois da ditadura, em 1989.

A discussão sobre modelos econômicos tem estado presente em números anteriores desta

Revista. Nesta edição, Luiz Carlos Bresser-Pereira explica o que é “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, que ele vem formulando há dez anos, em colaboração com um grupo de economistas keynesianos e estruturalistas. “Estou propondo uma estratégia

nacional de desenvolvimento que denomino *novo desenvolvimentismo*, que é substancialmente mais austera e responsável e leva a uma taxa de crescimento substancialmente maior do que aquela proporcionada pela ortodoxia convencional”. ○

OS EDITORES

O Papel da Oposição

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Há muitos anos, na década de 1970, escrevi um artigo com o título acima no jornal *Opinião*, que pertencia à chamada imprensa “nanica”, mas era influente. Referia-me ao papel do MDB e das oposições não institucionais. Na época, me parecia ser necessário reforçar a frente única antiautoritária e eu conclamava as esquerdas não armadas, sobretudo as universitárias, a se unirem com um objetivo claro: apoiar a luta do MDB no Congresso e mobilizar a sociedade pela democracia. Só dez anos depois a sociedade passou a atuar mais diretamente em favor dos objetivos pregados pela oposição, aos quais se somaram também palavras de ordem econômicas, como o fim do “arrocho” salarial. No entretanto, vivia-se no embalo do crescimento econômico e da aceitação popular dos generais presidentes, sendo que o mais criticado pelas oposições, em função do aumento de práticas repressivas, o general Médici, foi o mais popular: 75% de aprovação.

Não obstante, não desanimávamos. Graças à persistência de algumas vozes, como a de Ulisses Guimarães, às inquietações sociais manifestadas pelas greves do final da década e ao aproveitamento pelos opositores de toda brecha que os atropelos do exercício do governo, ou as dificuldades da economia proporcionaram (como as crises do petróleo, o aumento

da dívida externa e a inflação), as oposições não calavam. Em 1974, o MDB até alcançou expressiva vitória eleitoral em pleno regime autoritário. Por que escrevo isso novamente, 35 anos depois?

Para recordar que cabe às oposições, como é óbvio e quase ridículo de escrever, se oporem ao governo. Mas para tal precisam afirmar *posições*, pois, se não falam em nome de alguma causa, alguma política e alguns valores, as vozes se perdem no burburinho das maledicências diárias sem chegar aos ouvidos do povo. Todas as vezes se confundem e não faltará quem diga – pois dizem mesmo sem ser certo – que todos, governo e oposição, são farinhas do mesmo saco, no fundo “políticos”. E o que se pode esperar dos políticos, pensa o povo, senão a busca de vantagens pessoais, quando não clientelismo e corrupção?

Diante do autoritarismo era mais fácil fincar estacas em um terreno político e alvejar o outro lado. Na situação presente, as dificuldades são maiores. Isso graças à convergência entre dois processos não totalmente independentes: o “triunfo do capitalismo” entre nós (sob sua forma global, diga-se) e a adesão progressiva – no começo envergonhada e por fim mais deslavada – do petismo lulista à nova ordem e a suas ideologias. Se a estes processos somarmos o efeito dissolvente que o carisma de Lula produziu nas instituições, as oposições têm de se situar politicamente em um quadro complexo. Complexidade crescente a partir dos primeiros

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, sociólogo, foi presidente da República (1995–2003) e é presidente de honra do PSDB.

passos do governo Dilma que, com estilo até agora contrastante com o do antecessor, pode envolver parte das classes médias. Estas, a despeito dos êxitos econômicos e da publicidade desbragada do governo anterior, mantiveram certa reserva diante de Lula. Esta reserva pode diminuir com relação ao governo atual se ele, seja por que razão for, comportar-se de maneira distinta do governo anterior. É cedo para avaliar a consistência de mudanças no estilo de governar da presidente Dilma. Estamos no início do mandato e os sinais de novos rumos dados até agora são insuficientes para avaliar o percurso futuro.

É preciso refazer caminhos

Antes de especificar estes argumentos, esclareço que a maior complexidade para as oposições se firmarem no quadro atual – comparando com o que ocorreu no regime autoritário, e mesmo com o petismo durante meu governo, pois o PT mantinha uma retórica semianticapitalista – não diminui a importância de fincar a oposição no terreno político e dos valores, para que não se perca no oportunismo nem perca eficácia e sentido, aumentando o desânimo que leva à inação. É preciso, portanto, refazer caminhos, a começar pelo reconhecimento da derrota: uma oposição que perde três disputas presidenciais não pode se acomodar com a falta de autocritica e insistir em escusas que jogam a responsabilidade pelos fracassos no terreno “do outro”. Não estou, portanto, utilizando o que disse acima para justificar certa perplexidade das oposições, mas para situar melhor o campo no qual se devem mover.

Se as forças governistas foram capazes de mudar camaleonicamente a ponto de reivindicarem o terem construído a estabilidade financeira e a abertura da economia, formando os “campeões nacionais” – as empresas que se globalizam – isso se deu porque as oposições minimizaram a capacidade de contorcionismo do PT, que começou com a Carta aos Brasileiros

de junho de 1994 e se desnudou quando Lula foi simultaneamente ao Fórum Social de Porto Alegre e a Davos. Era o sinal de “adeus às armas”: socialismo só para enganar trouxas, nacional-desenvolvimentismo só como “etapa”. Uma tendência, contudo, não mudou, a do hegemonismo, ainda assim, aceitando aliados de cabresto.

Segmentos numerosos das oposições de hoje, mesmo no PSDB, aceitaram a modernização representada pelo governo FHC com dor de consciência, pois sentiam bater no coração as mensagens atrasadas do esquerdismo petista ou de sua leniência com o empreguismo estatal. Não reivindicaram com força, por isso mesmo, os feitos da modernização econômica e do fortalecimento das instituições, fato muito bem exemplificado pela displicência em defender os êxitos da privatização ou as políticas saneadoras, ou de recusar com vigor a mentira repetida de que houve compra de votos pelo governo para a aprovação da emenda da reeleição, ou de denunciar atrasos institucionais, como a perda de autonomia e importância das agências reguladoras. Da mesma maneira, só para dar mais alguns exemplos, o Proer e o Proes, graças aos quais o sistema financeiro se tornou mais sólido, foram solenemente ignorados, quando não estigmatizados. Os efeitos positivos da quebra dos monopólios, o do petróleo mais que qualquer outro, levando a Petrobras a competir e a atuar como empresa global e não como repartição pública, não foram reivindicados como êxitos do PSDB. O estupendo sucesso da Vale, da Embraer ou das teles e da Rede Ferroviária sucumbiu no murmúrio maledicente de “privatarias” que não existiram. A política de valorização do salário mínimo, que se iniciou no governo Itamar Franco e se firmou no do PSDB, virou glória do petismo. As políticas compensatórias iniciadas no governo do PSDB – as bolsas – que o próprio Lula acusava de serem esmolas e quase naufragaram no natimorto Fome Zero – voltaram a brilhar na boca de Lula, pai dos pobres, diante do silêncio da oposição e deslumbramento do país e... do mundo!

Não escrevo isso como lamúria, nem com a vã pretensão de imaginar que é hora de reivindicar feitos do governo peessedebista. Inês é morta, o passado... passou. Nem seria justo dizer que não houve nas oposições quem mencionasse com coragem muito do que fizemos e criticasse o lulismo. As vozes dos setores mais vigorosos da oposição se estiolaram, entretanto, nos muros do Congresso e este perdeu força política e capacidade de ressonância. Os partidos se transformaram em clubes congressuais, abandonando as ruas; muitos parlamentares trocaram o exercício do poder no Congresso por um prato de lentilhas: a cada nova negociação para assegurar a “governabilidade”, mais vantagens recebem os congressistas e menos força político-transformadora tem o Congresso. Na medida em que a maioria dos partidos e dos parlamentares foi entrando no jogo de fazer emendas ao orçamento (para beneficiar suas regiões, interesses – legítimos ou não – de entidades e, por fim, sua reeleição), o Congresso foi perdendo relevância e poder. Consequentemente, as vozes parlamentares, em especial as de oposição, que são as que mais precisam da instituição parlamentar para que seu brado seja escutado, perderam ressonância na sociedade. Com a aceitação sem protesto do “modo lulista de governar” por meio de medidas provisórias, para que serve o Congresso senão para chancelar decisões do Executivo e receber benesses? Principalmente, quando muitos congressistas estão dispostos a fazer o papel de maioria obediente a troco da liberação pelo Executivo das verbas de suas emendas, sem esquecer que alguns oposicionistas embarcam na mesma canoa.

Ironicamente, uma importante modificação institucional, a descentralização da ação executiva federal, estabelecida na Constituição de 1988 e consubstanciada desde os governos Itamar Franco e FHC, diluiu sua efetividade técnico-administrativa em uma pletera de recursos orçamentários “carimbados”, isto é, de orientação político-clientelista definida, acarretando sujeição ao Poder Central, ou, melhor, a quem o sim-

boliza pessoalmente e ao partido hegemônico. Neste sentido, diminuiu o papel político dos governadores, bastião do oposicionismo em estados importantes, pois a relação entre prefeituras e governo federal saltou os governos estaduais e passou a se dar mais diretamente com a presidência da República, por meio de uma secretaria especial colada ao gabinete presidencial.

Como, por outra parte, existe – ou existiu até há pouco – certa folga fiscal e a sociedade passa por período de intensa mobilidade social movida pelo dinamismo da economia internacional e pelas políticas de expansão do mercado interno que geram emprego, o desfazimento institucional produzido pelo lulismo e a difusão de práticas clientelísticas e corruptoras foram sendo absorvidos, diante da indiferença da sociedade. Na época do mensalão, houve um início de desvendamento do novo Sistema (com S maiúsculo, como se escrevia para descrever o modelo político criado pelos governos militares). Então, ainda havia indignação diante das denúncias que a mídia fazia e os partidos ecoavam no Parlamento. Pouco a pouco, embora a mídia continue a fazer denúncias, a própria opinião pública, isto é, os setores da opinião nacional que recebem informações, como que se anestesiou. Os cidadãos cansaram de ouvir tanto horror perante os céus sem que nada mude.

Diante deste quadro, o que podem fazer as oposições?

Definir o público a ser alcançado

Em primeiro lugar, não manter ilusões: é pouco o que os partidos podem fazer para que a voz de seus parlamentares alcance a sociedade. É preciso que as oposições se deem conta de que existe um público distinto do que se prende ao jogo político tradicional e ao que é mais atingido pelos mecanismos governamentais de difusão televisiva e midiática em geral. As oposições se baseiam em partidos não propriamente mobilizadores de massas. A definição de qual é o outro público a ser alcançado pelas oposi-

ções e como fazer para chegar até ele e ampliar a audiência crítica é fundamental. Enquanto o PSDB e seus aliados persistirem em disputar com o PT influência sobre os “movimentos sociais” ou o “povão”, isto é, sobre as massas carentes e pouco informadas, falarão sozinhos. Isto porque o governo “aparelhou”, cooptou com benesses e recursos as principais centrais sindicais e os movimentos organizados da sociedade civil e dispõe de mecanismos de concessão de benesses às massas carentes mais eficazes do que a palavra dos opositores, além da influência que exerce na mídia com as verbas publicitárias.

Sendo assim, dirão os cétricos, as oposições estão perdidas, pois não atingem a maioria. Só que a realidade não é bem essa. Existe toda uma gama de classes médias, de novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens), de profissionais das atividades contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços espalhados pelo Brasil afora, às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de “classe c” ou de nova classe média. Digo imprecisamente porque a definição de classe social não se limita às categorias de renda (a elas se somam educação, redes sociais de conexão, prestígio social, etc.), mas não para negar a extensão e a importância do fenômeno. Pois bem, a imensa maioria destes grupos – sem excluir as camadas de trabalhadores urbanos já integrados ao mercado capitalista – está ausente do jogo político-partidário, mas não desconectada das redes de internet, Facebook, YouTube, Twitter, etc. É a estes que as oposições devem dirigir suas mensagens prioritariamente, sobretudo no período entre as eleições, quando os partidos falam para si mesmo, no Congresso e nos governos. Se houver ousadia, os partidos de oposição podem organizar-se pelos meios eletrônicos, dando vida não a diretórios burocráticos, mas a debates verdadeiros sobre os temas de interesse dessas camadas.

Mas não é só isso: as oposições precisam voltar às salas universitárias, às inúmeras re-

des de palestras e que se propagam pelo país afora e não devem, obviamente, desacreditar o papel da mídia tradicional: com toda a modernização tecnológica, sem a sanção derivada da confiabilidade, que só a tradição da grande mídia assegura, tampouco as mensagens, mesmo que difundidas, se transformam em marcas reconhecidas. Além da persistência e ampliação destas práticas, é preciso buscar novas formas de atuação para que a oposição esteja presente, ou pelo menos para que entenda e repercuta o que ocorre na sociedade. Há inúmeras organizações de bairro, um sem-número de grupos musicais e culturais nas periferias das grandes cidades, etc., organizações voluntárias de solidariedade e de protesto, redes de consumidores, ativistas do meio ambiente, e por aí vai, que atuam por conta própria. Dado o anacronismo das instituições político-partidárias, seria talvez pedir muito aos partidos que mergulhem na vida cotidiana e tenham ligações orgânicas com grupos que expressam as dificuldades e anseios do homem comum. Mas que pelo menos ouçam suas vozes e atuem em consonância com elas.

Não deve existir uma separação radical entre o mundo da política e a vida cotidiana, nem muito menos entre valores e interesses práticos. No mundo interconectado de hoje, vê-se, por exemplo, o que ocorre com as revoluções no meio islâmico, movimentos protestatários irrompem sem uma ligação formal com a política tradicional. Talvez as discussões sobre os meandros do poder não interessem ao povo no dia-a-dia tanto quanto os efeitos devastadores das enchentes ou o sufoco de um trânsito que não anda nas grandes cidades. Mas, de repente, se dá um “curto-circuito” e o que parecia não ser “política” se politiza. Não foi o que ocorreu nas eleições de 1974 ou na campanha das “diretas já”? Nestes momentos, o pragmatismo de quem luta para sobreviver no dia-a-dia lidando com questões “concretas” se empolga com crenças e valores. O discurso, noutros termos, não pode ser apenas o institucional, tem de ser o do cotidiano, mas não desligado de valores. Obvia-

mente em nosso caso, o de uma democracia, não estou pensando em movimentos contra a ordem política global, mas em aspirações que a própria sociedade gera e que os partidos precisam estar preparados para que, se não os tiverem suscitado por sua desconexão, possam senti-los e encaminhá-los na direção política desejada.

Seria erro fatal imaginar, por exemplo, que o discurso “moralista” é coisa de elite à moda da antiga UDN. A corrupção continua a ter o repúdio não só das classes médias como de boa parte da população. Na última campanha eleitoral, o momento de maior crescimento da candidatura Serra e de aproximação aos resultados obtidos pela candidata governista foi quando veio à tona o “episódio Erenice”. Mas é preciso ter coragem de dar o nome aos bois e vincular a “falha moral” a seus resultados práticos, negativos para a população. Mais ainda: é preciso persistir, repetir a crítica, ao estilo do “beba Coca Cola” dos publicitários. Não se trata de dar-nos por satisfeitos, à moda de demonstrar um teorema e escrever “cqđ”, como queríamos demonstrar. Seres humanos não atuam por motivos meramente racionais. Sem a teatralização que leve à emoção, a crítica – moralista ou outra qualquer – cai no vazio. Sem Roberto Jefferson não teria havido mensalão como fato político.

Qual é a mensagem?

Por certo, os opositoristas para serem ouvidos precisam ter o que dizer. Não basta criar um público, uma audiência e um estilo, o conteúdo da mensagem é fundamental. Qual é a mensagem? O maior equívoco das oposições, especialmente do PSDB, foi o de haver posto à margem as mensagens de modernização, de *aggiornamento* do País, e de clara defesa de uma sociedade democrática comprometida com causas universais, como os direitos humanos e a luta contra a opressão, mesmo quando esta vem mascarada de progressismo, apoiada em políticas de distribuição de rendas e de identificação das massas com o Chefe. Nas moder-

nas sociedades democráticas, por outro lado, o Estado tanto mantém funções na regulação da economia como em sua indução, podendo chegar a exercer papel como investidor direto. Mas o que caracteriza o Estado em uma sociedade de massas madura é sua ação democratizadora. Os governos devem tornar claros, transparentes, e o quanto possível imunes à corrupção, os mecanismos econômicos que cria para apoiar o desenvolvimento da economia. Um Estado moderno será julgado por sua eficiência para ampliar o acesso à educação, à saúde e à previdência social, bem como pela qualidade da segurança que oferece às pessoas. Cabe às oposições serem a vanguarda nas lutas por estes objetivos.

Defender o papel crescente do Estado nas sociedades democráticas, inclusive em áreas produtivas, não é contraditório com a defesa da economia de mercado. Pelo contrário, é preciso que a oposição diga alto e bom som que os mecanismos de mercado, a competição, as regras jurídicas e a transparência das decisões são fundamentais para o Brasil se modernizar, crescer economicamente e se desenvolver como sociedade democrática. Uma sociedade democrática amadurecida estará sempre comprometida com a defesa dos direitos humanos, com a ecologia e com o combate à miséria e às doenças, no país e em toda a parte. E compreende que a ação isolada do Estado, sem a participação da sociedade, inclusive dos setores produtivos privados, é insuficiente para gerar o bem-estar da população e oferecer bases sólidas para um desenvolvimento econômico sustentado.

Ao invés de se aferrarem a esses valores e políticas que lhes eram próprios como ideologia e como prática, as oposições abriram espaço para que o lulopetismo ocupasse a cena da modernização econômica e social. Só que eles têm os pés de barro: a cada instante proclamam que as privatizações “do PSDB” foram contra a economia do País, embora comecem a fazer descaradamente concessões de serviços públicos nas estradas e nos aeroportos, como se não estivessem fazendo na prática o mea-cul-

pa. Cabe às oposições não apenas desmascarar o cinismo, mas, sobretudo, cobrar o atraso do País: onde está a infraestrutura que ficou bloqueada em seus avanços pelo temor de apelar à participação da iniciativa privada nos portos, nos aeroportos, na geração de energia e assim por diante? Quão caro já estamos pagando pela ineficiência de agências reguladoras entregues a sindicalistas “antiprivatizantes” ou a partidos clientelistas, como se tornou o PCDOB, que além de vender benesses no ministério dos Esportes, embota a capacidade controladora da ANP, que deveria evitar que o monopólio voltasse por vias transversas e prejudicasse o futuro do País.

Oposição precisa vender o peixe

Dirão novamente os céticos que nada disso interessa diretamente ao povo. Ora, depende de como a oposição venda o peixe. Se tomarmos como alvo, por exemplo, o atraso nas obras necessárias para a realização da Copa e especializarmos três ou quatro parlamentares ou técnicos para martelar no dia-a-dia, nos discursos e na internet, o quanto não se avança nestas áreas por causa do burocratismo, do clientelismo, da corrupção ou simplesmente da viseira ideológica que impede a competição construtiva entre os setores privados e destes com os monopólios, e se mostrarmos à população como ela está sendo diretamente prejudicada pelo estilo petista de política, criticamos este estilo de governar, suscitamos o interesse popular e ao mesmo tempo oferecemos alternativas.

Na vida política tudo depende da capacidade de politizar o apelo e de dirigi-lo a quem possa ouvi-lo. Se gritarmos por todos os meios disponíveis que a dívida interna de R\$ 1,69 trilhão (mostrando com exemplos ao que isto corresponde) é assustadora, que estamos pagando R\$ 50 bilhões por ano para manter reservas elevadas em dólares, que pagamos a dívida (pequena) ao FMI sobre a qual incidiam juros moderados, trocando-a por dívidas em reais com juros enormes, se mostrarmos o quanto custa a cada con-

tribuinte cada vez que o Tesouro transfere ao BNDES dinheiro que o governo não tem e por isso toma emprestado ao mercado pagando juros de 12% ao ano, para serem emprestados pelo BNDES a juros de 6% aos grandes empresários nacionais e estrangeiros, temos discurso para certas camadas da população. Este discurso deve desvendar, ao mesmo tempo, o porquê do governo assim proceder: está criando um bloco de poder capitalista-burocrático que sufoca as empresas médias e pequenas e concentra renda.

Este tipo de política mostra descaso pelos interesses dos assalariados, dos pequenos produtores e profissionais liberais de tipo antigo e novo, setores que, em conjunto, custeiam as benesses concedidas ao grande capital com impostos que lhe são extraídos pelo governo. O lulopetismo não está fortalecendo o capitalismo em uma sociedade democrática, mas sim o capitalismo monopolista e burocrático que fortalece privilégios e corporativismos.

Com argumentos muito mais fracos o petismo acusou o governo do PSDB quando, em fase de indispensável ajuste econômico, aumentou a dívida interna (ou, melhor, reconheceu os “esqueletos” compostos por dívidas passadas) e usou recursos da privatização – todos contabilizados – para reduzir seu crescimento. A dívida pública consolidada do governo lulista foi muito maior do que a herdada por este do governo passado e, no entanto, a opinião pública não tomou conhecimento do fato. As oposições não foram capazes de politizar a questão. E o que está acontecendo agora quando o governo discute substituir o fator previdenciário, recurso de que o governo do PSDB lançou mão para mitigar os efeitos da derrota sofrida para estabelecer uma idade mínima de aposentadoria? Propondo a troca do fator previdenciário pela definição de... uma idade mínima de aposentadoria.

Petistas camaleões

Se os governistas são camaleões (ou, melhor, os petistas, pois boa parte dos governistas

nem isso são: votavam com o governo no passado e continuam a votar hoje, como votarão amanhã), em vez de saudá-los porque se aproximam da racionalidade ou de votarmos contra esta mesma racionalidade, negando nossas crenças de ontem, devemos manter a coerência e denunciar as falsidades ideológicas e o estilo de política de mistificação dos fatos, tantas vezes sustentado pelo petismo.

São inumeráveis os exemplos sobre como manter princípios e atuar como uma oposição coerente. Mesmo na questão dos impostos, quando o PSDB e o DEM junto com o PPS ajudaram a derrubar a CPMF, mostraram que, coerentes, dispensaram aquele imposto porque ele já não era mais necessário, como ficou demonstrado pelo contínuo aumento da receita depois de sua supressão. É preciso continuar a fazer oposição à continuidade do aumento de impostos para custear a máquina público-partidária e o capitalismo burocrático dos novos dinossauros. É possível mostrar o quanto pesa no bolso do povo cada despesa feita para custear a máquina público-partidária e manter o capitalismo burocrático dos novos dinossauros. É para ser coerente, a oposição deve lutar desde já pela redução drástica do número de cargos em comissão, nomeados discricionariamente, bem como pelo estabelecimento de um número máximo de ministérios e secretarias especiais, para conter a fúria de apadrinhamento e de conchas partidários à custa do povo.

Em suma: não há oposição sem “lado”. Mais do que ser de um partido, é preciso “tomar partido”. É isso que a sociedade civil faz nas mais distintas matérias. O que o PSDB pensa sobre liberdade e pluralidade religiosa? Como manter a independência do Estado laico e, ao mesmo tempo, prestigiar e respeitar as religiões que formam redes de coesão social, essenciais para a vida em sociedade? O que pensa o partido sobre o combate às drogas? É preciso ser claro e sincero: todas as drogas causam danos, embora de alcance diferente. Adianta botar na cadeia os drogados?

Sinceridade comove a população

Há casos nos quais a regulação vale mais que a proibição: veja-se o tabaco e o álcool, ambos extremadamente daninhos. São não apenas regulados em sua venda e uso (por exemplo, é proibido fumar em locais fechados ou beber depois de uma festa e guiar automóveis) como estigmatizados por campanhas publicitárias, pela ação de governos e das famílias. Não seria o caso de fazer a mesma coisa com a maconha, embora não com as demais drogas muito mais danosas, e concentrar o fogo policial no combate aos traficantes das drogas pesadas e de armas? Se disso ainda não estivermos convencidos, pelo menos não fuçamos à discussão, que já corre solta na sociedade. Sejam sinceros: é a sinceridade que comove a população e não a hipocrisia que pretende não ver o óbvio.

Se a regra é ser sincero, por que temer ir fundo e avaliar o que nós próprios fizemos no passado, acreditando estar certos, e que continua sendo feito, mas que requer uma revisão? Tome-se o exemplo da reforma agrária e dos programas de incentivo à economia familiar. Fomos nós do PSDB que recriamos o Ministério da Reforma Agrária e, pela primeira vez, criamos um mecanismo de financiamento da agricultura familiar, o Pronaf. Nenhum governo fez mais em matéria de acesso à terra do que o do PSDB quando a pasta da Reforma era dirigida por um membro do PPS. Não terá chegado a hora de avaliar os resultados? O Pronaf não estará se transformando em mecanismo de perpétua renovação de dívidas, como os grandes agricultores faziam no passado com suas dívidas no Banco do Brasil? Qual é o balanço dos resultados da reforma agrária? E as acusações de “aparelhamento” da burocracia pelo PT e pelo MST são de fato verdadeiras? Sem que a oposição afirme precipitadamente que tudo isso vai mal – o que pode não ser correto – não pode temer buscar a verdade dos fatos, avaliar, julgar e criticar para corrigir.

Existe matéria em abundância para manter

os princípios e para ir fundo nas críticas sem temer a acusação injusta de que se está defendendo “a elite”. Mas política não é tese universitária. É preciso estabelecer uma agenda. Geralmente esta é dada pelo governo. Ainda assim, usemola para concentrar esforços e dar foco, repetição e persistência à ação oposicionista. Tomemos um exemplo, o da reforma política, tema que o governo afirma estar disposto a discutir. Pois bem, o PSDB tem posição firmada na matéria: é favorável ao voto distrital (misto ou puro, ainda é questão indefinida). Se é assim, por que não recusar de plano a proposta da “lista fechada”, que reforça a burocracia partidária, não diminui o personalismo (ou alguém duvida que se pedirão votos para a lista “do Lula”?) e separa mais ainda o eleitor dos representantes?

Compromisso com o voto digital

Não é preciso afinar uma posição de intransigência: mantenhamos o compromisso com o voto distrital, façamos a pregação. Se não dispusermos de forças para que nossa tese ganhe, aceitemos apenas os melhoramentos óbvios no sistema atual: cláusula de desempenho (ou de barreira), proibição de coligações nas eleições proporcionais e regras de fidelidade partidária, ainda que para algumas destas medidas seja necessário mudança constitucional. Deixemos para outra oportunidade a discussão sobre financiamento público das campanhas, pois sem a distritalização o custo para o contribuinte será enorme e não se impedirá o financiamento em “caixa preta” nem o abuso do poder econômico. Mas denunciemos o quanto antidemocrático existe no voto em listas fechadas. Em suma: não será esta uma boa agenda para a oposição firmar identidade, contrapor-se à tendência petista de tudo burocratizar e, ao mesmo tempo, não se encerrar em um puro negativismo aceitando modificações sensatas?

Por fim, retomando o que disse acima sobre o “triunfo do capitalismo”. O governo do PT e o próprio partido embarcaram, sem dizer,

na adoração do bezerro de ouro. Mas, marcados pelos cacoetes do passado, não perceberam que o novo na fase contemporânea do capitalismo não é apenas a acumulação e o crescimento da economia. Os grandes temas que se estão desenhando são outros e têm a ver com o interesse coletivo: como expandir a economia sem destruir o meio ambiente, como assegurar direitos aos destituídos deles, não só pela pobreza, mas pelas injustiças (desigualdades de gênero, de raça, de acesso à cultura)? Persistem preocupações antigas: como preservar a Paz em um mundo no qual há quem disponha da bomba nuclear?

A luta pela desnuclearização tem a ver com o sentido de um capitalismo cuja forma “selvagem” a sociedade democrática não aceita mais. Esta nova postura é óbvia no caso da ecologia, pois o natural egoísmo dos Estados, na formulação clássica, se choca com a tese primeira, a da perpetuação da vida humana. O terror atômico e o aquecimento global põem por terra visões fincadas no terreno do nacional-estatismo arcaico.

Há um nacionalismo de novo tipo, democrático, aberto aos desafios do mundo e integrado nele, mas alerta aos interesses nacionais e populares. Convém redefinir, portanto, a noção do interesse nacional, mantendo-o persistente e alerta no que é próprio aos interesses do País, mas compatibilizando-o com os interesses da humanidade.

Estas formulações podem parecer abstratas, embora se traduzam no dia-a-dia: no Brasil, ninguém discute sobre qual o melhor modo de nossa presença no mundo: será pelo velho caminho armamentista, nuclearizando-nos, ou nossas imensas vantagens comparativas em outras áreas, entre elas as do chamado *soft power*, podem primar? Por exemplo, nossa “plasticidade cultural mestiça”, a aceitação das diferenças raciais – sem que se neguem e combatam as desigualdades e preconceitos ainda existentes – não são um ganho em um mundo multipolar e multicultural? E a disponibilidade de uma matriz energética limpa, sem exageros de muitas

usinas atômicas (sempre perigosas), bem como os avanços na tecnologia do etanol, não nos dão vantagens? Por que não discutir, a partir daí, o ritmo em que exploraremos o pré-sal e as obscuras razões para a “estatização do risco e divisão do lucro” entre a Petrobras e as multinacionais por meio do sistema de partilha? São questões que não exploramos devidamente, ou cujas decisões estão longe de ser claramente compatíveis com o interesse nacional de longo prazo.

Falta de estratégia

Na verdade, falta-nos estratégia. Estratégia não é plano de ação: é o peso relativo que se dá às questões desafiadoras do futuro somado à definição de como as abordaremos. Que faremos neste novo mundo para competir com a China, com os Estados Unidos ou com quem mais seja? Como jogar com nossos recursos naturais (petróleo à frente) como fator de sucesso e poder sem sermos amanhã surpreendidos pelo predomínio de outras fontes de energia? E, acima de tudo, como transformar em políticas o anseio por uma “revolução educacional” que dê lugar à criatividade, à invenção e aos avanços das tecnologias do futuro?

A China, ao que parece, aprendeu as lições da última crise e está apostando na inovação, preparando-se para substituir as fontes tradicionais de energia, sobretudo o petróleo, de que não dispõe em quantidade suficiente para seu consumo crescente. E os próprios Estados Unidos, embora atônitos com os erros acumulados desde a gestão Bush, parecem capazes de continuar inovando, se conseguirem sair depressa da crise financeira que os engolfou.

De tudo isso o PT e seus governos falam, mas em ziguezague. As amarras a uma visão oposta, vinda de seu passado recente, os inibem para avançar mais. Não é hora das oposições serem mais afirmativas? E se por acaso, como insinuei no início deste artigo, houver divisões no próprio campo do petismo por causa da vi-

são canhestra de muitos setores que apoiam o governo e de suas necessidades práticas o levarem a direções menos dogmáticas? Neste caso, embora seja cedo para especular, terá a oposição inteireza e capacidade política para aproveitar as circunstâncias e acelerar a desagregação do antigo e apostar no novo, no fortalecimento de uma sociedade mais madura e democrática?

Engana-se quem pensar que basta manter a economia crescendo e oferecer ao povo a imagem de uma sociedade com mobilidade social. Esta, ao ocorrer, aumenta as demandas tanto em termos práticos, de salários e condições de vida, como culturais. Em um mundo interconectado pelos modernos meios de comunicação o cidadão comum deseja saber mais, participar mais e avaliar por si se de fato as diferenças econômicas e sociais estão diminuindo. Sem, entretanto, uma oposição que se oponha ao triunfalismo lulista, que coroa a alienação capitalista, desmistificando tudo o que seja mera justificativa publicitária do poder e chamando a atenção para os valores fundamentais da vida em uma sociedade democrática, só ocorrerão mudanças nas piores condições: quando a fagulha de alguma insatisfação produzir um curto-circuito. Mesmo este adiantará pouco se não houver à disposição uma alternativa viável de poder, um caminho preparado por lideranças nas quais a população confie.

No mundo contemporâneo este caminho não se constrói apenas por partidos políticos, nem se limita ao jogo institucional. Ele brota também da sociedade, de seus *blogs*, *twitters*, redes sociais, da mídia, das organizações da sociedade civil, enfim, é um processo coletivo. Não existe apenas uma oposição, a da arena institucional; existem vários focos de oposição, nas várias dimensões da sociedade. Reitero: se as oposições institucionais não forem capazes de se ligar mais diretamente aos movimentos da vida, que pelo menos os ouçam e não tenham a pretensão de imaginar que pelo jogo congressional isolado alcançarão resultados significativos. Os vários focos de insatisfação social, por sua

vez, também podem se perder em demandas específicas a serem atendidas fragmentariamente pelo governo se não encontrarem canais institucionais que expressem sua vontade maior de

transformação. As oposições políticas, por fim, se nada ou pouco tiverem a ver com as múltiplas demandas do cotidiano, como acumularão forças para ganhar a sociedade? ○

Partido Único



DEMÉTRIO MAGNOLI

Há quase um ano, Dilma Rousseff deflagrava as atividades públicas de sua campanha presidencial com um périplo em Minas Gerais. O estado parecia, para petistas e tucanos, o terreno onde se travaria uma batalha eleitoral decisiva. Contudo, entre tantos lugares, a candidata de Lula embrenhou-se pelas veredas de São João del Rei, até o túmulo de Tancredo Neves, no qual depositou flores. O gesto era mais que oportunismo eleitoral paroxístico. Havia, nele, uma declaração sobre a história.

Meses depois, na primeira semana de horário eleitoral gratuito, José Serra colou um retrato de Lula à sua imagem, sugerindo uma associação política. O gesto, ilustração de manual de um truque oportunista autodestrutivo, continha uma declaração sobre a história. Tanto quanto a declaração de Dilma, era uma narrativa falsa, essencialmente mentirosa.

Em princípio, num plano superficial, as duas mentiras evidenciam a pobreza política de uma campanha presidencial na qual os protagonistas desdenharam a capacidade de discernimento dos eleitores. É um equívoco analítico, porém, tratá-las como falsificações simétricas. O triunfo de Dilma e a derrota de Serra revelam a desigualdade entre as duas mentiras. A produção de uma narrativa falsa sobre a história recente

do Brasil serve ao projeto hegemônico do lulismo. Quando o governo Dilma completou cem dias, a oposição praticamente desapareceu da paisagem nacional, não como resultado de algum tipo de restrição das liberdades pelo governo, mas como fruto da falência política do PSDB e do DEM.

No túmulo de Tancredo

Lula e o PT acercaram-se de Delfim Netto, celebraram com Jader Barbalho, aliaram-se a José Sarney, trocaram figurinhas com Paulo Maluf, assopraram as cicatrizes de Fernando Collor, uniram-se a Renan Calheiros. O que é um Tancredo, perto disso? Uma diferença, entre tantas, está na circunstância de que a figura homenageada por Dilma na sua peregrinação a São João del Rei deixou o mundo dos vivos para ingressar no firmamento dos símbolos.

Tancredo é uma representação: o ícone da transição pactuada que deu origem à Nova República. O PT vilipendiou aquela transição e decidiu não fazer parte da ordem que nascia. Primeiro, expulsou seus três deputados que votaram por Tancredo no Colégio Eleitoral. Depois, recusou-se a homologar a Constituição de 1988. O que fazia a candidata de Lula no berço simbólico de tudo o que o PT queimou na maior encruzilhada de nossa história recente?

A coerência absoluta é privilégio das seitas políticas, responsáveis apenas perante seus próprios dogmas. Todos os partidos de verdade,

.....
DEMÉTRIO MAGNOLI, sociólogo e doutor em Geografia Humana, integra o GACINT-USP e assina colunas de opinião nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

aqui e alhures, experimentam ambivalências ao olhar para trás, na direção de seu passado. Mas o lulopetismo encontra-se numa categoria separada. A narrativa histórica implícita na peregrinação ao túmulo de Tancredo situa-se em algum ponto entre a esquizofrenia e o distúrbio bipolar. E, no entanto, há método na loucura.

O PT surgiu como leito de confluência de muitas águas e diferentes histórias. Na média, identificava-se como um partido de ruptura, socialista mas avesso ao “socialismo real”. Os trabalhadores, numa vertente, e o “povo de Deus”, em outra, formavam a base social imaginada do petismo original. Depois, à medida que se aproximava do poder, o PT converteu-se num partido da ordem. A conversão, contudo, jamais assumiu as formas de uma releitura honesta de seu passado e de uma crítica política das ideias originais.

A antiga corrente interna liderada pelo deputado José Genoíno bem que tentou, mas o PT não seguiu a dura trilha de *aggiornamento* pela qual, ao longo de meio século, os partidos marxistas da Segunda Internacional se transfiguraram na atual social-democracia europeia. Na hora do triunfo de Lula, a distância incomensurável entre palavras e atos teve de ser vencida pelo recurso a um salto fraudulento: a Carta aos Brasileiros, articulada por Antonio Palocci, escrita por ex-trotskistas e assinada pelo candidato como negação do programa partidário. Não é trivial encarar o passado quando se joga esconde-esconde com o presente.

A esquizofrenia salta aos olhos. Nos seus dois mandatos, Lula pilotou a política econômica com o *software* elaborado por FHC e foi buscar no ninho tucano o operador dos manetes do Banco Central. Em campanha, Dilma jurou que rezará as três orações do livro da ortodoxia: câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário. Paralelamente, as resoluções do Congresso do PT de 2007 lamentavam a queda do Muro de Berlim e reiteravam tanto as “convicções anticapitalistas” quanto o compromisso com a “luta pelo socialismo”.

No partido, desde as crises da cueca e do caseiro, ninguém mais ousa sugerir um *aggiornamento* – uma carência que se traduz pelo agravamento dos sintomas de esquizofrenia. A dicotomia desenvolve-se como uma bifurcação de negações complementares: a prática de governo lulopetista não pode encontrar expressão na plataforma partidária e as palavras escritas pelo partido não podem encontrar correspondência nos programas de governo.

O lulopetismo fabricou não uma, mas duas versões da história do Brasil. A original, apoiada na chave da ruptura, diz que a nação alcançou a independência quando Lula subiu a rampa do Planalto, após a longa noite de “500 anos” na qual “a elite governou este país”. Uma segunda, apoiada na chave da continuidade, diz que Lula restaurou uma estrada de emancipação projetada por Getúlio Vargas (“o presidente que tirou toda a nação de um estágio de semiescravidão”), implantada por Juscelino Kubitschek (“quem conscientizou o país de que o desenvolvimento nacional é uma prerrogativa intransferível de um povo”) e pavimentada por Ernesto Geisel (“o presidente que comandou o último grande período desenvolvimentista do país”). As duas versões, contraditórias entre si, convivem numa harmonia perfeita regulada pelas necessidades e circunstâncias políticas.

As versões contraditórias contêm, ambas, um elemento invariante, que é o conto de uma queda. De acordo com ele, a presidência de FHC representou uma catástrofe nacional: a venda do templo e a conspurcação dos lugares santos. Nessa linha, diante do túmulo de Tancredo, Dilma crismou o ex-presidente tucano como chefe dos “exterminadores do futuro”. A peregrinação da candidata lulista a São João del Rei cumpria uma função de produção de sentido. Ela estava lá para escrever algumas novas linhas na versão continuísta da narrativa histórica do lulopetismo. O Brasil, informa-nos a versão revisada, moveu-se continuamente na direção do futuro, numa jornada inaugurada por Getúlio Vargas, que prosseguiu com Juscelino

Kubitschek, Ernesto Geisel e a Nova República, até desviar-se tragicamente de seu rumo, na hora da ascensão de FHC. À luz dessa versão, Lula surgiu para, providencialmente, resgatar a nação do abismo, mostrando-lhe a senda de volta à estrada principal.

Da Carta aos Brasileiros à homenagem prestada por Dilma ao fundador da Nova República, o lulopetismo percorreu um longo caminho e eliminou bagagens pesadas, que representavam fardos políticos. O socialismo, embalsamado nas resoluções partidárias, foi expurgado da cena pública. Os radicais do “povo de Deus” deixaram o partido, rumo ao PSOL, ou foram acomodados na periferia buliçosa, mas inefetiva, do MST. O novo partido da ordem ocupou o centro do palco político, tecendo a coalizão com o PMDB e forjando um bloco de poder extraparlamentar que, sob o influxo das empresas estatais e dos fundos de pensão, abrange uma fatia significativa do grande empresariado, as centrais sindicais e os chamados movimentos sociais. Em São João del Rei, Dilma depredava a história – mas a mentira fazia sentido.

O retrato de Lula

Depois da peregrinação de Dilma, Serra tinha a oportunidade de fazer uma declaração esclarecedora sobre a história, na abertura de sua campanha na televisão. O principal candidato opositor poderia colar no muro, ao lado do seu, os retratos de Tancredo Neves, Itamar Franco e FHC. Legitimamente, poderia ir adiante, enfileirando no lado oposto os retratos de José Sarney, Fernando Collor, Lula e Dilma Rousseff. Entretanto, escolheu colar no seu muro o retrato de Lula. A decisão – adotada pelo próprio candidato ou por seu marqueteiro genial, tanto faz – condensa a falência política da oposição.

O gesto farsesco teve um impacto avassalador, palpável o suficiente para ser registrado tanto nas pesquisas quanto nas conversas de rua: nos dias seguintes, milhões de eleitores

de Serra desertaram indignados, declarando-se fartos do baile de máscaras promovido pelo candidato. Os eleitores tinham razão: aquele não era um equívoco episódico, mas o prolongamento e a conclusão lógica de uma estratégia de campanha alicerçada sobre a abdicação do direito de fazer oposição.

Bem antes do gesto catastrófico, a campanha já se equilibrava precariamente sobre uma corda frouxa, trançada com os fios complementares da arrogância e da covardia. A arrogância transparecia na crença quase mística nos efeitos da comparação entre as biografias de Serra e da candidata oficial. A covardia, na decisão inabalável de não confrontar o lulismo com uma visão alternativa sobre o governo, o Estado e a nação. Sob o manto de uma estratégia supostamente eficaz, derivada dos altos níveis de aprovação do governo e da figura de Lula, Serra apresentava-se como o gerente mais confiável do continuísmo. No fim, a derrota não representou um fracasso eleitoral, mas o sintoma epidérmico de uma doença grave que corrói o organismo dos partidos de oposição. O mal de que padecem o PSDB e o DEM é a incapacidade de oferecer à nação uma plataforma alternativa à do lulopetismo.

Algo de curioso aconteceu quando, na contagem de votos do segundo turno, desenhou-se inequivocamente o resultado final. Então, rompendo um protocolo da democracia, Serra retardou o discurso de reconhecimento da derrota, escolhendo pronunciar-se depois de Dilma. No seu pronunciamento, o candidato opositor não se referiu à presidente eleita como presidente de todos os brasileiros, preferindo conclamar seus seguidores a ocuparem a “trincheira” da “luta pela democracia”. Desse modo, encerrou num diapasão sectário, inadequado à vigência indiscutível das liberdades políticas, uma campanha marcada pela hesitação em fazer oposição.

Naquele discurso final, Serra jactou-se dos 44% de votos válidos obtidos no segundo turno e os dirigentes do PSDB enfatizaram o valor dos

triumfos em São Paulo e no Sul. Há algo aí, sem dúvida, mas o quadro inteiro é bastante diferente daquilo que sugeria o partido derrotado. Dilma venceu esmagadoramente no Nordeste, mas triunfou também no Sudeste, graças aos resultados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e obteve um empate técnico no Rio Grande do Sul. As bancadas oposicionistas no Senado e na Câmara sofreram severa redução, produzindo esmagadoras maiorias governistas.

Os números frios não contam a história eleitoral inteira. A passagem de Serra ao segundo turno, graças ao crescimento de última hora da candidatura de Marina Silva, decorreu de fatores largamente estranhos às campanhas dos candidatos. Segundo todos os indícios disponíveis, Dilma resolveria a eleição no primeiro turno não fossem os efeitos de uma tripla conjunção: o escândalo do tráfico de influência de Erenice Guerra na Casa Civil, os ataques verbais destemperados de Lula contra a imprensa e uma polêmica sobre o tema do aborto que emergiu nas igrejas e na internet.

Derrotas eleitorais são eventos normais nas democracias. A derrota eleitoral de Serra é maior do que sugerem as estatísticas e os mapas publicados no final das apurações. Contudo, ainda mais expressivo é o fracasso político da oposição. Da campanha de 2010 não emanou um discurso coerente de ação política oposicionista. A conclamação patética à “trincheira” da “democracia” evidenciou o vazio. Hoje, diante dos olhos de todos, ele é preenchido pelas guerrilhas personalistas intestinas que, destituídas de algum conteúdo de interesse público, desmoralizam os partidos de oposição.

A candidata de Lula tinha o favoritismo desde o início da disputa eleitoral. Contava com o apoio do presidente, que a classificou como seu “pseudônimo”, e também da maior parte das elites política e empresarial. Além disso, crucialmente, beneficiava-se das altas taxas de crescimento econômico dos últimos anos, nos quais o Brasil surfou a “etapa chinesa” da globalização. Para ter uma chance de mudar o cenário

previsível, Serra precisaria agir como estadista – isto é, como a figura que se ergue acima das circunstâncias, desafia o senso comum, afronta setores de sua própria base partidária e oferece aos eleitores uma narrativa política transparente, equilibrada e franca. Em campanha, o candidato tucano não se furtou a dirigir críticas fragmentárias ao governo e à sua candidata. Porém, como estilhaços de uma granada perdida, elas nunca formaram um conjunto coerente, capaz de sintetizar uma aspiração de mudança.

Serra não tem, contudo, a responsabilidade integral pelo fracasso político de sua campanha. A abdicação de agir como oposicionista tem um precedente tão próximo quanto ainda vívido. Nas eleições presidenciais de 2006, a campanha de Geraldo Alckmin entrou em colapso logo após o primeiro turno, quando o candidato cobriu-se com os logotipos das empresas estatais para sublimar o debate sobre as privatizações de FHC. Alckmin e Serra, cada um na sua hora, destruíram suas campanhas por meio de gestos paralelos de rendição política. Há, nisso, bem mais que uma coincidência.

De olho no retrovisor

No primeiro debate televisivo da campanha, Serra afirmou que não disputa eleições “de olho no retrovisor”. A frase de efeito não apenas denota desconforto com o passado como também veicula uma canhestra tentativa de passar uma borracha sobre a história. De mais a mais, evidencia uma surpreendente incompreensão da democracia: eleição é o momento no qual a nação revisita suas opções pretéritas e reflete sobre as diferentes estradas que conduzem ao futuro.

Atrás da frase, estava a esperança de circundar a discussão sobre o governo FHC – a mesma esperança que conduziu Alckmin a fantasiar-se como campeão das empresas estatais. O governo FHC representou o ápice da aventura política do PSDB. Nas duas eleições sucessivas, o repúdio tácito à própria herança, com seus acertos e er-

ros, impediu que os tucanos analisassem criticamente o governo Lula e o PT, inscrevendo-os numa narrativa inteligível da trajetória recente do Brasil. A candidatura de Dilma Rousseff, tal como arquitetada por Lula, convertia a eleição num plebiscito sobre o lulismo. Não era viável, a não ser pela renúncia a fazer oposição, driblar a natureza plebiscitária do pleito. A alternativa era aceitá-la – mas mudando seus termos, por meio de um debate político esclarecedor.

O governo FHC inscreve-se, como o governo Lula, na trajetória brasileira pós-redemocratização. Nessa trajetória, firmaram-se consensos nacionais: o império da lei, das liberdades públicas e da democracia; a estabilidade econômica, a inserção do País na corrente da globalização; o resgate da “dívida social” gerada pelo modelo de crescimento implantado na ditadura militar. Tais consensos se consolidaram na “era FHC”. A política econômica seguida por Lula foi, no essencial, uma continuidade do programa delineado com o Plano Real. As políticas sociais de Lula foram, basicamente, desdobramentos das de FHC, com ampliações relevantes derivadas da conjuntura internacional favorável.

A oposição tinha a oportunidade de narrar essa história, apontando passo a passo a resistência do PT aos avanços obtidos no passado recente. O PT expulsou seus deputados que foram ao Colégio Eleitoral votar em Tancredo. O PT rejeitou o Plano Real. O PT denunciou, pela voz de Lula, o Bolsa-Escola como “bolsa esmola”. As conversões tardias do lulopetismo, queimando o que adorava e adorando o que queimava, deveriam ser expostas aos eleitores, a fim de traduzir em outros termos o debate sobre o passado proposto pelo próprio PT. A oposição não fez nada disso, em duas eleições, porque perdeu o rumo desde o segundo mandato de FHC.

Na moldura propiciada pela política de equilíbrio macroeconômico, o governo FHC redefiniu o lugar do Estado na economia, por meio do programa de privatização e da implantação das agências reguladoras. Além dis-

so, avançou na profissionalização da burocracia e da gestão públicas, iniciando a desmontagem do Estado patrimonial herdado da “era Vargas”. No plano político, cautelosa e lentamente, começou a libertar a máquina administrativa da vasta rede de interesses clientelistas tecida por elites regionais e grupos partidários.

Contudo, o impulso das reformas arrefeceu na hora da aprovação da emenda da reeleição, que demandou compromissos em arco, abrangendo justamente as elites ameaçadas pelo programa de modernização do Estado. No segundo mandato, o sistema político enrijeceu-se e as forças inerciais fizeram sentir seu peso. As reformas política, eleitoral, sindical e trabalhista, tão necessárias, foram sacrificadas em nome da governabilidade. Sob o impacto das crises financeiras internacionais e de graves erros de gestão da política energética, o governo sofreu desgastes sucessivos, que prepararam o triunfo de Lula em 2002.

Uma derrota eleitoral não significa, necessariamente, uma derrota política. Mas, já na campanha eleitoral de 2002, o PSDB e o DEM relutavam em fazer uma defesa clara, contundente defesa da obra do governo FHC. O PT, pelo contrário, engajava-se na construção de uma narrativa oportunista, presa à dupla âncora do nacionalismo e do corporativismo, que atribuía às privatizações os problemas sociais do País. Ali, os principais partidos da atual oposição decidiam ignorar “o retrovisor”, cedendo o terreno doutrinário e ideológico ao petismo.

A renúncia à defesa do legado ajudou o lulopetismo a pintar em cores farsescas toda a política brasileira dos últimos oito anos. Lula governou com *software* macroeconômico de seu antecessor, mas seu partido jamais reconheceu essa dívida, que propiciou o crescimento com estabilidade. Lula não reverteu as privatizações de FHC, mas seu partido continuou a exibí-las como uma abominação. Lula ampliou vastamente as transferências sociais de renda que condenara, mas passou a acusar a oposição de classificá-las como “bolsa esmola”. A destruição

sistemática da inteligibilidade da linguagem política serviu à construção da atual hegemonia do lulopetismo – mas apenas porque o PSDB e o DEM fugiram do campo de batalha das ideias.

A crítica à campanha de Serra em 2010 não é apenas inevitável, mas também necessária. Contudo, ela se transfigurará em novo subterfúgio escapista dos partidos de oposição se não se olhar para “o retrovisor”. No fim das contas, o candidato do PSDB foi fiel a seu partido, reproduzindo os hábitos e costumes inaugurados antes ainda da passagem da faixa presidencial de FHC para Lula.

A oposição que não temos

O lulismo, que prossegue com Dilma Rousseff, não é a política macroeconômica do governo, tomada de empréstimo de FHC, mas uma concepção sobre o Estado e a nação. A sua vinheta de propaganda diz que o Brasil é “um país de todos”. Eis a mentira a ser exposta. O Estado remodelado ao longo dos dois mandatos de Lula é um conglomerado de interesses privados. Nele se acomodam a elite patrimonialista tradicional, a nova elite política petista, grandes empresas associadas aos fundos de pensão, centrais sindicais chapa-branca e movimentos sociais financiados pelo governo.

Num “país de todos”, a administração pública é conduzida por uma burocracia profissional. Sob Lula, a tradição de colonização privada da máquina pública amplificou-se e assumiu formas singulares, que resultam da emergência das novas elites oriundas do PT, dos sindicatos e dos movimentos sociais. Mais do que nunca, o Brasil precisa de uma reforma do Estado. O lulismo, que conferiu a José Sarney o estatuto de “homem incomum”, não a fará. A oposição, entretanto, não levanta essa bandeira, que se choca com o patrimonialismo entranhado em todos os partidos políticos.

Num “país de todos”, o movimento sindical expressa a vontade dos trabalhadores organizados. O lulismo repaginou o imposto sindical de

origem varguista para estender o financiamento compulsório às centrais sindicais. A nova burocracia sindical, como a antiga, está subordinada ao Estado – com a diferença muito importante de que a sua corrente central também se conecta ao aparelho político do PT. Os partidos de oposição não reagiram à montagem da versão lulista da CLT, preferindo buscar pontos de apoio nas correntes periféricas do neopeleguismo. Nada indica que ousarão propor a adoção da Convenção 87 da OIT, retomando a palavra de ordem da liberdade sindical que um dia pertenceu ao PT e à CUT.

Num “país de todos”, a cidadania é um contrato apoiado no princípio da igualdade perante a lei. No Brasil do lulismo, os indivíduos ganharam rótulos raciais oficiais, que já começam a regular o exercício de direitos e ameaçam produzir fronteiras sociais intransponíveis. A única pesquisa científica de opinião pública sobre o tema das cotas raciais, realizada poucos anos atrás no Rio de Janeiro por uma ONG racista, revelou que uma maioria de dois terços, formada por pessoas de todas as cores de pele, rejeita a introdução da raça na lei. Mesmo assim, a aprovação parlamentar das primeiras leis raciais da história do País não foi confrontada pelo PSDB ou pelo DEM, só encontrando resistência em algumas figuras da oposição, como notadamente o senador Demóstenes Torres (DEM – GO).

Num “país de todos”, a política externa subordina-se a valores consagrados na Constituição, como a promoção dos direitos humanos. Sob o lulismo, a palavra constitucional vergou-se diante de ideologias propensas à celebração de ditaduras enroladas nos trapos de um visceral antiamericanismo. Em Cuba, Lula comparou os prisioneiros políticos do castrismo aos presos comuns brasileiros. Na ONU, os representantes do País opuseram-se a investigações e denúncias sobre violações de direitos humanos. Na América Latina, o Brasil deu cobertura ao enrijecimento do autoritarismo chavista, flertou com a reivindicação de concessão às FARC do estatuto de “força combatente” e engajou-

-se na aventura burlesca promovida por Hugo Chávez em Honduras. Alhures, numa iniciativa desastrosa, o Brasil tricou o fracassado acordo tripartite com o Irã, escarnecendo da política internacional de não proliferação nuclear.

Vozes da oposição exercitaram a crítica, mas apenas no episódio da aprovação parlamentar do ingresso da Venezuela no Mercosul os partidos oposicionistas marcaram claramente seu inconformismo com a política oficial. Na campanha eleitoral, sob o curioso argumento de que não se trata de assunto capaz de ganhar as atenções da maioria, Serra emudeceu quase por completo sobre os problemas estratégicos e de princípio da política externa lulista. Os partidos de oposição parecem desconhecer o impacto dos temas dos direitos humanos, das liberdades públicas e da democracia na sociedade brasileira. A persistente relutância em expor as relações entre a natureza autoritária do PT e as orientações de política internacional do lulismo constitui uma aula completa sobre o estado falimentar do PSDB e do DEM.

O governo Lula conservou os fundamentos da política macroeconômica herdada mas, aos poucos, começou a plantar as sementes de um modelo econômico baseado no protagonismo estatal. As agências reguladoras sofreram vertiginoso esvaziamento. À tríade constituída por Eletrobras, Telebras e Petrobras atribuíram-se novas funções, de reorganização anticompetitiva dos mercados nos quais operam. A alteração da Lei Geral de Telecomunicações para favorecer a Oi, os ensaios do Projeto Nacional de Banda Larga, a engenharia financeira da hidrelétrica de Belo Monte e o marco regulatório do pré-sal representam indícios clamorosos da reconstituição de um modelo de capitalismo de Estado abandonado nos anos 1990.

O BNDES, banco público de fomento, e os fundos de pensão, patrimônios privados controlados efetivamente pelo governo, desempenham papéis cruciais na estratégia econômica geral do lulopetismo. O poder financeiro discricionário desses atores propicia vultosas transferências de

recursos para o grande empresariado que orbita ao redor do Estado. As sucessivas capitalizações do BNDES, com recursos do Tesouro, funcionam de fato como um vasto subsídio público a empresários privados, escolhidos a dedo pelo poder político de turno.

O novo modelo econômico, ainda esboçado, adquirirá amplitude com uma anunciada coleção de obras faraônicas, que se estende de Belo Monte ao Trem-Bala e alcança os projetos de infraestrutura e esportivos ligados à Copa do Mundo e às Olimpíadas. Entretanto, ao que parece, os partidos oposicionistas nada têm a dizer sobre o modelo em gestação, que subordina o interesse público aos interesses privados. Assim, depois de renunciarem à defesa programática das agências reguladoras e das privatizações, o PSDB e o DEM curvam-se a uma estratégia de desenvolvimento baseada na emissão de dívida pública e no desperdício em larga escala dos recursos nacionais.

O Plano Real e a política de estabilidade econômica configuraram um programa de governo com profundo apelo popular. FHC foi eleito e reeleito em primeiro turno, derrotando Lula por duas vezes, pois esse programa abriu a estrada para o crescimento com distribuição de renda. O chão estabelecido na “era FHC” solicitava um novo programa de apelo popular, voltado para a universalização efetiva dos direitos sociais. Contudo, o PSDB e o DEM jamais formularam tal programa – e, como resultado, perderam a audiência da maior parte da população de baixa renda. Nas eleições de 2010, mais que um corte regional, verificou-se um recorte social no eleitorado: Serra foi batido na população de baixa renda até mesmo em São Paulo.

O lulopetismo alicerça-se sobre uma doutrina conservadora, que veste fantasias de esquerda. Lula também não formulou um programa de universalização dos direitos sociais, preferindo concentrar-se numa audaciosa expansão dos programas de transferência direta de renda, que geram imediatos dividendos eleitorais. Na “era Lula”, pouco se fez nas esferas da educação, da

saúde e da segurança pública. No “país de todos”, os pobres continuam sem escolas públicas e hospitais de qualidade e seguem à mercê do crime organizado. Serra desperdiçou a oportunidade de apresentar ao País um ambicioso plano de metas destinado a universalizar os direitos sociais num horizonte temporal previsível, ordenado por um cronograma verificável. Mas, afinal, por que ele daria esse passo, se os partidos oposicionistas desistiram há tempo de falar ao povo?

Um eleitorado sem representação

Lula abordou a sua sucessão como uma campanha de reeleição. No Brasil, como na América Latina em geral, o instituto da reeleição tende a converter o Estado numa máquina partidária. A presidência, os ministérios, as empresas estatais e as centrais sindicais neopelegas foram mobilizadas para assegurar o triunfo da candidata oficial. A economia, no ano eleitoral de 2010, avançou em desabalada carreira, num ritmo alucinante propiciado pelo crédito farto e pelos fluxos especulativos de investimentos estrangeiros. Eduardo Campos em Pernambuco, Jaques Wagner na Bahia, Sérgio Cabral no Rio de Janeiro, Antonio Anastasia em Minas Gerais, Geraldo Alckmin em São Paulo, todos candidatos da continuidade, obtiveram a vitória nos pleitos estaduais sem a necessidade de segundo turno. Por que, então, a “mulher de

Lula”, o pseudônimo do mito vivo, disputando em condições excepcionalmente favoráveis, não triunfou no primeiro turno?

Os institutos de pesquisa registravam, na época da campanha eleitoral, uma taxa de aprovação do governo Lula em torno de 80%. Cerca de dois terços da aprovação recordista originavam-se de indivíduos que conferem ao presidente a avaliação “bom”, não “ótimo”. Nesse grupo, uma maioria não votou na “mulher de Lula” no primeiro turno. Dilma precisou de segundo turno, disputando contra um Serra carente de discurso político, assim como o próprio Lula precisou do turno final quando concorreu com um Alckmin que se negava a defender a herança de FHC.

Os resultados eleitorais de 2010, tanto quanto os de 2006, permanecem abertos a análises e polêmicas. Há, porém, uma evidência indiscutível: uma parte expressiva do eleitorado brasileiro, superior a 40%, rejeita nitidamente o lulopetismo. A sociedade brasileira – moderna, urbana, complexa – não se ajusta à sedimentação de seu sistema político sob o peso de um *hegemon*. A rejeição ao petismo expressa-se na sociedade sob as mais diversas formas. Essa oposição, entretanto, não se traduz adequadamente nos atuais partidos oposicionistas – e, portanto, também não encontra expressão parlamentar. É um sinal preocupante sobre o estado de saúde de nossa democracia. ○

Miséria da “Oposição” no Brasil Da Falta de um Projeto de Poder à Irrelevância Política?

.....
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

O cenário político brasileiro: A deterioração democrática

Um observador medianamente informado sobre a cena política brasileira da última década seria capaz de reconhecer a conjuntura histórica de transformação que ocorre nas forças dominantes no sistema político. Trata-se de uma evolução gradual, que um analista que trabalhe com as categorias “gramscianas” provavelmente consideraria tratar-se da emergência de um novo “bloco dominante”, tendente à hegemonia política e social. Essas novas forças estão identificadas com o PT e os partidos e movimentos a ele associados, que passaram de uma longa trajetória (1980–2002) de oposição ao sistema de poder anteriormente dominante, e que mantém, desde 2003, sua bem-sucedida consolidação majoritária. Os recursos – políticos, financeiros, humanos – para essa ascensão vieram em primeiro lugar dos sindicatos e dos movimentos sociais vinculados ao partido hegemônico nesse bloco e, depois de 2003, do próprio Estado e de uma miríade de entidades dominadas ou influenciadas por ele (empresas estatais, fundos de pensão, empresários “amigos” e os próprios militantes encastelados numa infinidade de cargos públicos).

.....
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA é diplomata de carreira e professor universitário, com diversos livros sobre a política externa e as relações internacionais do Brasil (www.pralmeida.org); não pertence, nem pretende pertencer a qualquer organização política brasileira.

O mesmo observador tampouco deixaria de reconhecer a oposição atual como uma oposição “miserável”, ou seja, incapaz de assumir as responsabilidades de sua condição. Com efeito, ele não teria dificuldades em constatar a gradual diluição da “oposição”, das mesmas forças que ocuparam o poder entre meados dos anos 1990 e início da década seguinte, mas que foram batidas três vezes desde então (2002, 2006 e 2010) e que arriscam serem vencidas novamente em 2014. O que surpreende no processo político brasileiro não é tanto a capacidade do governo de alinhar em torno de suas posições as forças políticas dos mais variados horizontes, sobretudo no Congresso; a surpresa é constituída, antes, pela debilidade da “oposição”, derrotada, mas ainda não destruída, e sua incapacidade de reorganizar suas tropas, de redefinir suas bandeiras de luta e de exercer sua função institucional de oferecer uma alternativa às políticas do bloco no poder.

O termo “oposição” figura, na maior parte deste ensaio, entre aspas, pois o que se apresenta hoje, fora do arco governamental, não merece, legitimamente, essa designação, seja por deficiências intrínsecas, seja por fatores objetivos vinculados ao quadro político-eleitoral do Brasil. As aspas, justamente, não se devem às derrotas, esperadas ou previsíveis, da “oposição”, mas à sua incapacidade de ser aquilo a que o processo político a relegou temporariamente: uma oposição, na plena acepção da palavra. Se, e quando, ela assumir seu papel, será eximida da presença das aspas.

Se o mesmo observador, especulando por antecipação, fosse convidado a traçar um prognóstico sobre o futuro do sistema político brasileiro e se, no mesmo movimento, ele se dedicasse a divagar sobre a trajetória provável da “oposição” nos anos à frente, talvez não hesitasse muito em prever um destino melancólico, quando não trágico, para as forças que passam por oposição ao governo do PT. Estaria ela, de fato, condenada a desaparecer do cenário político, como força alternativa viável ao atual bloco hegemônico? Teriam os supremos estrategistas petistas – muitos mais por instinto do que por estratégias bem calculadas – conseguido realizar aquilo que Gramsci pregou no cárcere mussoliniano, sem que ele ou o partido que recuperou sua herança intelectual jamais tivesse conseguido materializar na prática? Estaríamos em face de um “bloco histórico” destinado a manter hegemonia sobre o sistema político pelo futuro previsível? Se isso ocorrer, seria o mais próximo que o Brasil já chegou daquilo que muitos representantes desse bloco chamam de “pensamento único”, embora eles mesmos apliquem o termo a uma inexistente ou rarefeita tribo de “neoliberais”.

Este texto não aspira responder a todas as questões relevantes para o futuro da democracia no Brasil. Não é nosso objetivo analisar todos os componentes de um sistema político relativamente complexo em suas diferentes vertentes organizacionais e forças atuantes, mas relativamente simples quanto às linhas principais de seu ordenamento. De um lado, temos o poder econômico incontestável de quem detém o poder – e pode, assim, “comprar”, literalmente, os apoios de que necessita para se perpetuar no poder; de outro, forças dispersas e desorganizadas que sequer se entendem sobre um diagnóstico da situação, para planejar um contra-ataque que estaria na lógica de todos os sistemas políticos democráticos: a alternância no comando do Estado. Uma constatação de ordem geral não pode, contudo, deixar de ser feita inicialmente: o sistema democrático

brasileiro, que já era de baixa qualidade antes de 2003, tornou-se ainda mais deplorável no plano de seu funcionamento e no de sua responsabilidade para com os eleitores, uma vez que o bloco petista se encarregou de deteriorar ainda mais a qualidade da democracia brasileira, realizando um amálgama de todas as forças políticas oportunistas, fisiológicas e rentistas que sempre se aproximaram do centro do poder, qualquer poder.

Mas o presente texto não pretende analisar o cenário político brasileiro como um todo; trata apenas da trajetória recente da atual “oposição” ao governo do PT, supostamente empenhada, desde 2003, em criar as condições para reconquistar seu eleitorado e se configurar como alternativa viável de governo, no seguimento de uma hipotética vitória eleitoral em 2014. Estabelece primeiro um diagnóstico da situação política na presente conjuntura, para examinar em seguida as tarefas da oposição num sistema político democrático. Passa, então, a analisar as principais deficiências da “oposição” brasileira, para depois formular uma série de considerações sobre uma possível estratégia de reconquista do poder pela “oposição”, visando convertê-la em oposição, simplesmente, credível e com chances de chegar ao poder. O texto conclui afirmando que o eventual sucesso de qualquer estratégia de ação da atual “oposição” depende, em grande medida, de lideranças esclarecidas, o que não parece ser o caso, atualmente, com o simulacro de oposição existente.

Outra constatação inicial, que o mesmo observador político referido ao início deste ensaio poderia fazer é que essa “oposição” presumida deixou ao relento, de fato órfão, metade do eleitorado brasileiro, a julgar pelas evidências da mais recente campanha presidencial, ao faltar com suas responsabilidades de verdadeira oposição e ao não oferecer respostas compatíveis com as demandas desses eleitores. Mas essa constatação é um desdobramento lógico da análise que agora passa ser feita.

O diagnóstico da situação política

É evidente que o atual bloco no poder – dominado majoritariamente pelo PT – conquistou legitimamente sua hegemonia política ao longo dos três últimos embates eleitorais. Ele o fez com base em hábil propaganda política, com extenso recurso à manipulação das comunicações, mas também com o apoio de uma boa organização partidária (e corporativa), ainda que recorrendo diligentemente à propaganda enganosa, eventualmente a fraudes processuais (quando não a crimes eleitorais, apenas parcialmente sancionados pela justiça do mesmo nome). Essencialmente, porém, a razão maior do sucesso foi, de forma muito explícita, o carisma político-eleitoral de sua principal liderança e figura de grande relevo no cenário político. É também evidente que essa mesma personalidade e o seu partido domesticado – mesmo se fracionado internamente – pretendem preservar a atual hegemonia pelo futuro previsível, com base nos mesmos elementos políticos, aplicando de maneira diligente as mesmas receitas que os habilitaram a dirigir o país nos últimos oito anos.

Ainda mais evidente, e visível, nesse período, foi o desaparecimento gradual e a virtual inoperância daquilo que se poderia chamar, com extrema generosidade, de “oposição”; na verdade, um conglomerado de tênues lideranças políticas, fragmentado em projetos pessoais ou regionais, e totalmente incapaz de oferecer alternativas credíveis ao eleitorado que não comunga das mesmas concepções de política, de economia e de sociedade do bloco no poder. Nunca se percebeu, desde 2003, um discurso coerente da “oposição”, alternativo e em oposição ao do bloco no poder. Este tampouco tinha um discurso coerente, mas soube implementar medidas de clara receptividade popular, sobretudo nas áreas sociais, com um enorme reforço de propaganda nas supostas virtudes do governo e apoiado no evidente carisma do seu líder político. Com base em virtudes próprias

e nesse grande empenho publicitário, o líder em questão praticamente deixou a condição de carisma para firmar-se como novo mito do cenário político brasileiro, provando, mais uma vez, que mentiras bem articuladas podem, sim, criar fatos políticos dotados de boa impregnação popular.

Caso a evolução dos próximos anos confirme esse mesmo cenário, pode-se ter o afastamento da “oposição” – ou o que passa por ela – do governo durante mais de duas décadas, frustrando possivelmente metade do eleitorado brasileiro – das regiões mais desenvolvidas e majoritariamente de estratos mais esclarecidos – que não se reconhece no, e até recusa o, projeto de poder do bloco petista atualmente hegemônico. A percepção que emerge da atual situação brasileira é a de que a maior parte da população – embora não suas correntes mais esclarecidas – partilha das concepções econômicas, políticas e culturais do atual bloco no poder, que demonstrou ter praticado um “gramscismo” adaptado às condições de educação política do Brasil, configurando um cenário político que apresenta desafios para a consolidação de um sistema democrático no país, na medida em que as práticas políticas mobilizadas por esse bloco representam de fato um atraso relativo do ponto de vista da ética cidadã.

Não é surpreendente que o governo mantenha a capacidade de iniciativa e a ofensiva política – por todos os meios ao seu alcance – ou que até procure dominar – igualmente por todos os meios disponíveis, inclusive alguns pouco recomendáveis – o poder legislativo, colocado como nunca antes – salvo nos períodos ditatoriais – em situação de subordinação e de dependência em relação às verbas e diretivas do Executivo. Não se pode, tampouco, esquecer os movimentos ditos “sociais” (a maioria na folha de pagamentos do Executivo) e suas correias de transmissão nos mais diversos setores, com destaque para o sindical (não só de trabalhadores, mas igualmente patronais), que desempenham um papel importante na estratégia “gramscia-

na” de ocupação de espaços. A rigor, trata-se de uma “ditadura do Executivo”, no sentido de que este passa a determinar o voto dos parlamentares e as ações do que passa por uma “sociedade civil organizada” – manipulada, seria o termo mais exato – na direção que mais interessa ao primeiro, embora à custa de nacos do orçamento e de farta distribuição de cargos e comissões nas mais diversas prebendas estatais (na verdade, em todos os entes dominados ou influenciados pela vontade daquele poder).

O que é surpreendente é a “oposição” colocar-se totalmente a reboque da agenda governamental, deixar-se pautar pela propaganda oficial e descurar completamente da construção de uma pauta própria de críticas e reivindicações independentes, em nome da sociedade e dos eleitores de oposição que ela deveria supostamente representar. O que surpreende, de fato, é essa renúncia a ser oposição, ou a forma confusa, errática e até patética com que a “oposição” se desempenhou nesses anos de “travessia do deserto”. O parlamento é, evidentemente, o ponto fulcral das articulações políticas. Mas se a oposição revelou-se totalmente ineficiente, e até irrelevante, na suposta “casa das leis”, ela era inexistente, literalmente, na esfera da própria sociedade, cujos espaços de manifestações e de expressão de opiniões – inclusive nos meios acadêmicos e da imprensa – estavam totalmente ocupados por adesistas, por militantes da causa ou por serviçais do bloco no poder.

As tarefas da oposição num sistema político democrático

Em situações democráticas “normais” – isto é, com possibilidades reais de alternância no poder entre duas, ou mais, correntes majoritárias – o grupo que perdeu as eleições em um dado país se recompõe politicamente – eventualmente mudando seus líderes – e se dedica a uma séria preparação para os novos embates eleitorais mais à frente. Nas democracias mo-

dernas, o poder costuma ser alternativamente investido por três grandes grupos políticos – geralmente um de tendência social-democrata, ou socialista, outro bloco centrista ou reformista moderado, e, não raro, também, um setor conservador – que vão sendo guindados ao comando do Estado ou dele afastados em função da conjuntura econômica e dos benefícios sociais que eles possam trazer à maioria da população: desemprego, inflação, segurança (imigração, por exemplo), ou até questões morais (corrupção, mentiras e fraudes políticas, etc.).

A primeira tarefa, quando um grupo ou partido é “empurrado” para a oposição, é a de elaborar um diagnóstico – se possível consensual – sobre as razões da derrota: os líderes se dedicam, então, a analisar os fatores principais do insucesso para daí retirar as lições que se impõem, no que pode ser um simples episódio eleitoral momentâneo. Se a derrota é, porém, recorrente, ao longo de dois ou mais embates eleitorais, ou mesmo “estrondosa”, o diagnóstico teria de ser amplo, alcançando inclusive as bases programáticas do partido (sua “carta” aos eleitores). Nos casos menos graves se deveria atuar sobre os fatores de oportunidade, de mensagem política e de apresentação de propostas ao público eleitor. Feito o diagnóstico, retiradas as lições, deve-se preparar o terreno para as novas etapas que se apresentarão inevitavelmente à oposição. Nos regimes presidencialistas, as eleições sempre têm datas marcadas; nos parlamentaristas, elas podem se apresentar a intervalos variados.

Normalmente, uma oposição organizada tem, entre seus membros mais relevantes e também no *staff* partidário, especialistas nas diversas políticas macroeconômicas e setoriais que devem compor a mensagem do partido para o seu eleitorado, tradicional e flutuante (pois a intenção é sempre a de conquistar maior apoio entre os eleitores). Esses especialistas devem fazer o seguimento das políticas correspondentes do bloco no poder, discutir suas implicações para o país e tentar oferecer suas propostas alternativas de políticas, que contemplem as ex-

pectativas de seu eleitorado e de franjas mais amplas da população.

Normalmente, esse trabalho é conduzido no parlamento, mas o partido também pode ter apoios extensivos na sociedade, como são aqueles vinculados a movimentos sindicais e de interesses setoriais. Na tradição inglesa, tem-se a prática do *shadow cabinet*, ou seja, um “ministério” alternativo que faz o acompanhamento das políticas em curso, elabora a crítica das medidas implementadas e faz um oferecimento público de suas próprias alternativas de política. Não é preciso ser britânico, contudo, para exercer o saudável hábito do gabinete-espelho, ou melhor, de um governo paralelo; basta organizar seus especialistas e colaboradores voluntários para lançar o debate com a sociedade. Mais até do que oferecer soluções prontas e completas, a oposição tem de saber questionar os fundamentos de cada medida governamental, refazendo os cálculos de custo-benefício, alertando para os *trade-offs* e os *side-effects* – eles sempre existem – e antecipando consequências indesejadas e o custo-oportunidade da “receita” oficial. Este é, aliás, o principal dever da oposição: ela deve estar sempre pronta a oferecer soluções alternativas, ainda que parciais, ao quinto ou mesmo ao terço da população eleitoral não suficientemente identificada a uma das forças políticas nacionais dominantes (eventualmente no poder). É essa fração do eleitorado inconstante em suas escolhas – e volúvel, portanto – que pode fazer pender a balança para um lado ou para o outro, em função de considerações de curto prazo ou ligadas à conjuntura econômica do momento.

Na prática, as coisas são mais complicadas, pois, mesmo nos partidos mais modernos e institucionalizados, muito depende dos líderes do momento, do carisma e da atração que estes possam exercer sobre o eleitorado, e também das disputas entre as lideranças desse partido; estas últimas sempre podem eventualmente descambar para o regionalismo ou o caciquismo, em ambos os casos com consequências ne-

fastas para a imagem da oposição. Mais grave ainda é quando essa oposição perde o contato com a realidade e com as expectativas de seu próprio eleitorado, para não dizer da maioria da nação. Surgem, nesse caso, dissidências que vão para outros partidos ou constituem os seus próprios. A experiência brasileira é extremamente pródiga nesses tipos de evento, sendo conhecida pela anarquia partidária, pela dança de partidos por parte de políticos profissionais e pela criação de partidos de aluguel ou de fachada.

Em qualquer hipótese, qualquer governo – de esquerda, de direita ou de centro – suporta o inevitável desgaste da governança, já que políticas “antipopulares” sempre precisam ser implementadas em algum momento, seja para corrigir exageros de tipo social-democrático (distributivismo fiscalmente irresponsável, déficits orçamentários, desalinhamentos cambiais, etc.), seja na vertente oposta (percepções de que os centristas ou conservadores se ocupam mais dos ricos do que dos pobres), ou por razões diversas (problemas de segurança, desemprego, etc.). A própria dinâmica econômica e conjunturas adversas impõem limites a quem exerce o poder.

Assim, quando o eleitorado decidir tentar outros caminhos, outras soluções, a oposição, qualquer que seja ela, precisa estar pronta para oferecer suas receitas e propor seus remédios. A oposição precisa ter um programa de governo. Para isso ela precisa ter um projeto de poder, ou seja, ter consciência do que, exatamente, precisa ser feito, dizer como pretende fazer, e demonstrar credibilidade no empreendimento. O eleitorado brasileiro, pelo menos parte dele, tentou encontrar outra via, pelo menos em duas oportunidades: a “oposição” o abandonou miseravelmente. Ela não tinha soluções e sequer um discurso a apresentar. É o que discutiremos agora.

A “oposição” brasileira e suas principais deficiências

Não é preciso ser um analista político de qualquer envergadura para constatar que

a “oposição” brasileira – que, apenas para lembrar, vinha de oito anos, ou mais, de exercício do poder – falhou miseravelmente em sua missão oposicionista. Dizer que ela foi inepta, ineficiente, incompetente, patética, seria até ser generoso com as principais forças que foram agrupadas nessa classificação de “oposição”. Basta dizer que, simplesmente, não existiu uma oposição de verdade durante todo o governo Lula: as forças que deveriam, até precisavam, ser oposição, simplesmente se autoanularam para um exercício que é uma das tarefas mais legítimas em todos os regimes democráticos.

Em sua defesa, pode-se dizer que os petistas, seu líder em especial, foram extremamente competentes – descontando-se, claro, as mistificações criadas para tal efeito – na construção de uma versão peculiar do processo político, da própria história recente do Brasil, o que deixou as forças potencialmente oposicionistas num estado psicologicamente defensivo, até de “vergonha assumida”, por supostos erros e injustiças cometidas ao longo do chamado neoliberalismo do “tucanato”. As campanhas eleitorais de 2002, de 2006 e de 2010 foram construídas com base em deformações grosseiras das políticas conduzidas sob os governos anteriores, desde as simplificações enganosas sobre as privatizações, até as patriotadas sobre a soberania retórica e a submissão ao FMI, passando pelo monopólio da “bondade social”, como se tudo tivesse tido início em 2003. Poucas vezes, no cenário político brasileiro, a versão deformada da história, em vários aspectos até mentirosa, conseguiu tal impregnação no imaginário popular, a ponto de anular discursos e ações daquelas mesmas forças que deram início à estabilização econômica e criaram as condições para a fase de crescimento com distribuição e prosperidade.

Muito se deve, obviamente, às qualidades de “ilusionista” político do presidente popular, suas mistificações propagandistas, mas também às boas condições da economia internacional, durante a maior parte de seus dois mandatos, e a uma gestão razoavelmente responsável na frente

econômica. Mas deve-se reconhecer, também, que a “oposição” se autoanulou durante todo esse tempo, jamais tendo conseguido articular um discurso coerente, sequer esclarecedor, sobre o cenário de mentiras criado pelo bloco no poder. Quais as razões desse suicídio político?

Todo e qualquer ato político é encarnado por personagens políticos, príncipes e conselheiros do príncipe, que se conjugam na missão de conduzir homens e partidos ao pináculo do poder, ao comando do Estado. Devemos então concluir que à “oposição” brasileira faltaram as virtudes e as qualidades que, segundo Maquiavel, devem estar presentes nas pessoas que pretendem deter esse comando. Não que o presidente do bloco no poder fosse um estadista, mas certamente se tratava de um “animal político” extremamente competente. Pode-se dizer, nesse sentido, que à “oposição” – ou o que passa por ela – faltaram “animais políticos” de verdade, pessoas que tivessem as virtudes ou a fortuna – para permanecer nos termos do florentino – para representar uma pequena chance de alternância na disputa de poder.

Incapacidade de se organizar

Por certo que se trata de uma incapacidade de se organizar, com bases reais na sociedade, para, a partir daí, conceber e exibir um discurso coerente, compatível com as aspirações de largos estratos sociais, sobretudo nas classes médias. Mais grave ainda: pode-se dizer que à “oposição” brasileira faltaram, sobretudo, ideias claras sobre como apresentar e “vender” seu programa, se é presumível que, de fato, ela pudesse ter algo assimilável a um programa para oferecer à metade da população – na verdade estratos cambiantes – que não aceita e nunca aceitou a propaganda política que lhe foi servida sob disfarce de “política nacional” pelo bloco no poder. Sem conseguir ver claro no cenário político, dividida pelo caciquismo de seus líderes regionais, a “oposição” não soube sequer explorar as inconsistências e mazelas

do bloco no poder, tão evidentes aos olhos de estratos médios de eleitores basicamente comprometidos com a ética e a moralidade no trato da coisa pública.

Pode-se aventar a hipótese de que a qualidade dos homens públicos que se colocam numa oposição de princípio ao bloco no poder – não por razões puramente instrumentais, de conquista do poder pelo poder, mas quer se acreditar que por razões de filosofia política – precisaria melhorar dramaticamente para que eles possam integrar algo suscetível de ser chamado de oposição. Talvez sejam necessárias, inclusive, novas lideranças políticas, que obviamente tenham “princípios” compatíveis com uma oposição digna desse nome. Tal “reinvenção” depende de vários fatores dentre os quais podem ser citados: a reeducação dos próprios integrantes do que é hoje uma oposição de araque; a reorganização de suas bases partidárias; a revisão do seu modo de “funcionamento” no Congresso; mudanças nos parâmetros mentais que orientam o discurso político e que comandam suas ações no plano prático; transparência aos olhos dos eleitores e, sobretudo, distinção clara com “tudo isso que está aí”, atualmente, e que visivelmente não agrada ao eleitorado insuado. Tudo leva a crer que uma nova oposição precisa ser construída, ou que a atual “oposição” deva ser praticamente reinventada, para, finalmente, começar a existir. Vejamos como.

Da travessia do deserto a... mais deserto?

A oposição a ser construída – a verdadeira, não o simulacro que hoje existe – já parte de uma formidável base real e potencial. Os dados eleitorais estão disponíveis no *site* do TSE, mas se podem extrair algumas conclusões adicionais a partir deles. A base total do eleitorado brasileiro situava-se, em 2010, em quase 136 milhões de pessoas, provavelmente atingindo 145 milhões em 2014. A abstenção em 2010 foi excepcional, alcançando quase trinta milhões de eleitores, aos quais se juntaram 4,6 milhões

que anularam seus votos e 2,5 milhões que se abstiveram de qualquer escolha. Os “excluídos” representaram, portanto, um quarto do eleitorado; pode-se, em toda a legitimidade, imaginar que eles possam ser reduzidos à metade, em condições normais de disputa política, o que, infelizmente, não ocorreu em 2010.

Imaginamos, também, que os votos dados à “oposição”, em torno de 43 milhões, sejam realmente de oposição ao presente estado de coisas, especificamente ao “Estado do PT”. Pode-se razoavelmente conceber que uma oposição – qualquer oposição – no Brasil possa reunir metade do eleitorado, admitindo-se, inclusive, que a educação política, de um lado, e o desgaste do poder petista, do outro, contribuam para uma pequena maioria potencial, numa situação em que o mito carismático ainda estará ativo e trabalhando para consolidar o poder petista.

Num regime parlamentarista, é possível compor um governo com apenas 40% de apoio popular. Regimes presidencialistas do tipo brasileiro, ou americano, contudo, convivem com maiorias diferenciadas para a representação parlamentar e para a chefia do executivo, cargo este que exige a maioria absoluta do eleitorado. Na prática, não existe, a rigor e numa abordagem prosaicamente matemática, nenhuma garantia antecipada de vitória, ou certeza de derrota, para qualquer um dos lados, na medida em que, à diferença dos sistemas parlamentaristas, contendas eleitorais em sistemas fortemente marcados por disputas pessoais apresentam-se quase como uma loteria. Um dos fatores é que os eleitores “flutuantes”, os “indiferentes” e os “desalentados” são em número suficiente para alterar a balança para qualquer um dos lados.

Porém, números são um componente talvez objetivo, mas insuficiente para determinar resultados eleitorais. Mais importante é a predisposição do eleitorado para “acolher” uma definição clara quanto aos problemas mais angustiantes da conjuntura. A situação econômica pode até ser decisiva numa escolha eleitoral; mas as percepções sobre quem conduz a política

econômica e sobre como ela é conduzida pelos responsáveis também são relevantes. Questões como emprego, segurança pessoal, disponibilidade de serviços públicos – saneamento, saúde e educação, etc. – e temas pontuais, de interesse setorial ou regional podem fazer pender a balança eleitoral. Em outros termos, não existe uma determinação prévia quanto aos embates eleitorais no modelo brasileiro – como em qualquer outro, aliás – e isso significa que as chances estão abertas às forças políticas que pretendam se apresentar como oposição.

Não importam quais sejam as alternativas de políticas oferecidas ao público eleitor por uma oposição efetiva e confiável. É preciso que esta seja precisamente isso: confiável. Ora, não é surpresa para nenhum eleitor medianamente bem informado que a classe política, de maneira geral, fez tudo o que era possível para se desqualificar moralmente, para se rebaixar no plano da ética, para deteriorar completamente a instituição parlamentar e outro tanto no plano dos executivos locais, estaduais e até o federal. Qualquer que seja a qualidade da nova mensagem política de oposição, se ela um dia existir, sua credibilidade, intrínseca e extrínseca, depende essencialmente da regeneração moral de suas lideranças, que deveriam operar aquilo que os italianos – escaldados por anos e anos de corrupção política – chamam de *rientro morale*, ou seja, uma profunda recomposição da ética na vida política do país.

A julgar por exemplos recentes – os aumentos para os próprios parlamentares e a questão das aposentadorias escandalosas de ex-governadores são dois casos eloquentes do completo descompasso entre as expectativas da população e a atitude das “oposições” – o Brasil não está sequer próximo de uma recomposição da classe política para fora da atual degradação das instituições de representação; nisso, a suposta “oposição” não se diferencia em nada das perversões morais alimentadas pelo próprio bloco no poder. Aparentemente, a “oposição” atual ainda não está pronta a empreender essa passagem;

ela não quer enfrentar sua própria regeneração moral (talvez não possa, ou não tem coragem, provavelmente não quer).

Uma vez aceita e internalizada essa decisão pela “moralização” da oposição – que se situa no centro de toda e qualquer regeneração oposicionista, cabe lembrar – começa, então, a tarefa de organizá-la em função do objetivo da reconquista do poder. Tal tarefa implica, em primeiro lugar, uma definição clara de um programa político de escopo nacional e setorial, ou seja, uma plataforma explícita que toque em todos e em cada um dos principais problemas nacionais, sobretudo na esfera institucional, no terreno econômico e nas diversas áreas de maior impacto no plano das políticas públicas (social, cultural, regional, etc.).

Não é simples montar um programa e uma plataforma de ação com tal amplitude, o que certamente exigirá seminários e grupos de trabalho em cada uma dessas vertentes abertas à ação partidária. Mas um partido, ou uma oposição, que pretenda aspirar a ser uma real alternativa de poder não pode ser econômico nem em definições programáticas, nem em propostas político-econômicas relativamente detalhadas. Basta arregaçar as mangas e colocar o cérebro para pensar.

O que fazer? Tudo depende de lideranças esclarecidas

Vendo o panorama da planície, isto é, do ponto de vista dos cidadãos eleitores, não parece haver dúvidas de que o Brasil não conta com uma classe política à altura de suas novas responsabilidades enquanto potência emergente, desejosa de assumir um papel relevante na cena internacional. O parlamento, em especial, mas também os partidos políticos e as forças que gravitam em torno deles parecem viver num mundo à parte, feito de partilha de despojos estatais, conquista de pedaços do orçamento e disputa por pequenas prebendas em todos os poros do imenso ogro estatal.

A discussão sobre temas internacionais no parlamento, e dentro dos partidos, é rara, superficial e geralmente equivocada. Quando ela ocorre, tende a focar falsos problemas que estariam, supostamente, na origem das dificuldades enfrentadas pelo Brasil: guerra cambial de alguns, concorrência desleal de outros, capitais especulativos de um lado, arrogância imperial do outro, ameaças imaginárias sobre a soberania brasileira, em alguma parte de seu imenso território, e sobre seus fabulosos recursos naturais. Poucos desses representantes políticos, contudo, comparam o Brasil a seus equivalentes em outras partes do mundo; poucos deles se dão conta de como o Brasil avança devagar, de como ele está de fato atrasado em relação às mudanças mais dinâmicas que estão ocorrendo um pouco em todas as partes.

De fato, nenhum dos problemas atuais enfrentados pelo Brasil tem a ver com impactos negativos do ambiente externo: o mundo tem sido muito “generoso” com o Brasil, oferecendo mercados e provendo investimentos de todos os tipos para sustentar seu crescimento do período recente. Todos os problemas brasileiros, sem exceção, são *made in Brazil*, têm raízes puramente internas e devem receber aqui sua solução; seu equacionamento passa por um conjunto de reformas que deveria estar no centro de qualquer programa credível de proposta política geral de um movimento oposicionista que aspire legitimamente conquistar o poder para implementar, a partir daí, essas reformas.

A oposição não conseguirá chegar a ocupar esse espaço alternativo de candidata ao poder se não trabalhar intensamente no diagnóstico dos problemas brasileiros, no oferecimento de

respostas sólidas aos mesmos problemas, e na sua própria organização interna, colocando-se numa posição de governo “virtual”, ou potencial, com base em propostas aceitáveis para uma maioria de brasileiros, sem ceder a populismos ou à demagogia habitual nesses meios. Ou seja, a oposição precisa estar pronta para oferecer outro futuro a todos os brasileiros que não acham que a esperteza política aliada ao oportunismo propagandístico representa o horizonte real de possibilidades para o país. Existe um imenso contingente de brasileiros que não se reconhece no estado de coisas vendido atualmente como a condição normal e possível para o Brasil. Como diriam alguns sonhadores, “outro Brasil é possível”; mas para isso outra oposição é necessária, uma que se apresente como alternativa credível.

Uma das condições essenciais para que essa oposição seja construída parece ser a existência de lideranças dotadas de credibilidade intrínseca e de capacidade política para, em primeiro lugar, reformar profundamente a “oposição” atual; num segundo momento, presidir à elaboração temática e organizacional de um “governo” alternativo ao atual bloco no poder. Não existe nenhum obstáculo “técnico”, nenhuma força externa à própria “oposição”, nenhum impedimento estrutural, ou nacional, de caráter político, para que essas tarefas sejam empreendidas.

Tudo depende da disposição de figuras políticas que pretendam aspirar ao papel de alternativa ao poder atual: a “fortuna” do quadro político pode ser favorável a uma oposição renovada, como observado nas eleições de 2010. Mas o fator mais importante ainda é – ele sempre é – constituído pelas “virtudes” dos condutores de cidadãos. ○

Agenda para a Política Externa no Governo Dilma



LUIZ FELIPE LAMPREIA

De todas as heranças boas e más que o atual governo recebeu, a política externa é uma das mais negativas. O elenco dos erros é longo e inclui, principalmente:

- a) a fracassada tentativa de envolvimento diplomático na querela sobre armas nucleares do Irã com as grandes potências, que terminou levando a uma contundente derrota por 12 a 2 no Conselho de Segurança da ONU e abalou o prestígio internacional do Brasil, naquilo que terá sido o mais grave erro em toda a história de nossa política externa;
- b) a abstenção em resoluções da ONU que condenavam violações gritantes de direitos humanos no Irã, no Sudão e em outros regimes ditatoriais, o que representou um sério afastamento do Brasil de sua tradicional posição na matéria;
- c) a defesa incondicional do regime cubano, inclusive de sua política repressiva, com manifestações do presidente Lula em Havana no sentido de que os dissidentes em greve de fome eram comparáveis a criminosos comuns;
- d) a quixotesca tentativa de desempenhar o papel de mediador entre israelenses e palestinos, que nem chegou a começar por total falta de credibilidade;
- e) as sucessivas derrotas de candidaturas brasileiras ou apoiadas pela nossa diplomacia

em disputas por cargos relevantes em órgãos internacionais, como na Unesco, no Banco Interamericano de Desenvolvimento, na Organização Mundial do Comércio (OMC) e em muitos outros;

- f) a nacionalização da Petrobras pelo governo boliviano, que resultou na perda de um investimento de mais de us\$ 1,5 bilhão;
- g) a atuação diplomática muito discreta do Brasil em situações tensas e conflitivas na América do Sul, como entre a Colômbia e a Venezuela, o Peru e o Chile, ou entre o Uruguai e a Argentina, por exemplo, o que significou um déficit comentado por diversos líderes, como a ex-presidente Michelle Bachelet, do Chile, e debilita a liderança brasileira na região.

Não é desejável frequentar Ahmadinejad, os ditadores do Cazaquistão e da Guiné Equatorial, mandar um embaixador para a Coreia do Norte, fazer gestos positivos para o ditador do Sudão. São iniciativas gratuitas que nos tiram credibilidade. Este balanço negativo fez com que a política externa se tornasse muito polêmica no Brasil. Todos os principais jornais, numerosos analistas e a maior parte da opinião pública que segue estes assuntos, todos tomaram posições muito críticas. O desafio da diplomacia brasileira, hoje, é voltar a fazer com que a política externa consiga um amplo apoio nacional e possa recuperar o terreno que o Brasil perdeu com os equívocos do governo passado.

.....
LUIZ FELIPE LAMPREIA é diplomata. Foi ministro das Relações Exteriores no período 1995-2001.

América do Sul: Prioridades e desafios

O Brasil não se envolve em conflitos regionais há quase 150 anos. Não tem inimigos, nem enfrenta ameaças internacionais que nos obriguem a colocar a segurança nacional como um imperativo prioritário. Tem, por isso, como objetivo básico de política externa a promoção de seu desenvolvimento econômico. O comércio internacional adquire, obviamente, importância central para atingi-lo e nossos vizinhos são parceiros fundamentais.

O palco histórico do Brasil e a âncora de nossa política externa é, desde sempre, a América do Sul. Aqui estão nossas principais prioridades e desafios. A relação com os países da região está hoje assinalada pelo considerável avanço que o Brasil realizou com a expansão de sua economia e pelo fortalecimento de suas empresas estatais e privadas. Até o final da década de 1980, o comércio regional de mercadorias era inexpressivo, enquanto o investimento brasileiro nesses países era praticamente nulo.

Hoje, existe uma corrente forte de intercâmbio, uma série de empresas brasileiras possuem forte presença nos setores produtivos – sejam eles agrícolas, industriais ou de mineração e de serviços – em diversos países da América do Sul. Daí derivam algumas considerações principais que o novo governo brasileiro precisa levar em conta.

Em primeiro lugar, há que dar novo impulso ao Mercosul. O ambicioso projeto da Unasul de promover a integração sul-americana ainda se encontra em fase inicial, sendo muito mais uma ambição do que uma realidade. O Mercosul, com todas as suas falhas, é tangível. Seu relançamento deve começar por abrir mais o mercado brasileiro para nossos vizinhos. Boa parte da responsabilidade pela relativa estagnação do Mercosul, depois do ímpeto que teve em seus primeiros anos, deveu-se a que nenhum dos países membros observou suficientemente os preceitos de livre comércio entre si. O Bra-

sil teve, inclusive, uma parte considerável de responsabilidade nisso. No momento em que existe um crescimento bastante forte e simultâneo em todos os quatro países membros, seria muito oportuno que houvesse um importante avanço na liberalização do comércio dentro do Mercosul para benefício de todos. Isto permitiria reforçar também a união aduaneira – hoje muito limitada e permeada de exceções – mediante a ampliação da tarifa externa comum, o que por sua vez favoreceria o Brasil.

O Mercosul, que parecia ter sido condenado a uma paralisia definitiva, ressurgiu agora como uma nova oportunidade para todos os seus integrantes, devendo ser fortalecido em suas disciplinas básicas. Como disse em meu livro *O Brasil e os Ventos do Mundo*: “O Mercosul é mais do que uma união aduaneira ou um mecanismo de promoção do comércio. O Mercosul tem efetivamente criado uma série de níveis de entendimento com a cooperação militar, a cooperação entre profissionais liberais, o intercâmbio educacional e cultural, em suma criou uma verdadeira intimidade que não existia antes até porque vivíamos de costas uns para os outros”.

Isto não deve significar, porém, que o Mercosul volte a ser encarado como a melhor opção de inserção internacional do Brasil, como foi o caso na década de 1990. Adquirimos um peso internacional próprio. Nem sequer do ponto de vista dos acordos de livre comércio é do interesse brasileiro estar necessariamente obrigado a encontrar um denominador comum. Seria útil realizar estudos que permitissem um certo grau de flexibilidade no conceito de negociação em bloco. Deveria ser explorada a possibilidade de que nosso país adquirisse autonomia para negociar com diversos países do mundo.

Com o fim da opção da Alca e a realização de numerosos acordos de livre comércio por muitos de nossos principais parceiros comerciais, na região e fora dela, o Brasil encontra-se na situação de ter desvantagem concorrencial pela falta de preferências comerciais. Fica, as-

sim, dificultado o acesso de nossos produtos de maior valor agregado aos maiores mercados mundiais.

Hoje, mesmo a negociação em curso com a União Europeia parece ter poucas possibilidades de avanço, enquanto não há sequer um começo com outros grandes países. A autonomia negociadora poderia abrir novas perspectivas para o Brasil. É necessário, porém, ter em mente as limitações destes acordos, especialmente o risco de obtermos muito pouco em termos de acesso adicional a mercados em setores em que já existem contenciosos (como algodão e açúcar, por exemplo) e onde os *lobbies* protecionistas são muito entrincheirados e poderosos, em especial na agricultura.

Em segundo lugar, o Brasil precisa desempenhar um papel mais ativo na solução de eventuais conflitos regionais. Não se trata de impor uma presença mediadora constante, mesmo porque não é evidente que nossa intervenção seja desejada, nem que a posição brasileira seja acompanhada por todos, sempre. Porém, a omissão que caracterizou a atuação brasileira no governo passado é uma lacuna que debilita a liderança regional que pretendemos exercer. Ela deveu-se provavelmente ao cálculo de que o envolvimento poderia ser excessivamente desgastante se não fosse efetivo, ou ser visto como a tomada de partido por um dos lados da questão.

O Brasil não tem os meios militares e econômicos para impor soluções, mas tem certamente condições para exercer um peso político e diplomático considerável na região. Nossa presença não precisa ser singular. Ela pode ocorrer em conjunto com os outros países ou no contexto de ações da OEA ou da Unasul. Mas é indispensável que o Brasil tenha um papel de destaque, sem se omitir em questões fundamentais, como a paz na América do Sul. No passado, o Brasil desempenhou este papel com grande êxito em diversas situações históricas, em especial na solução definitiva do secular conflito entre o Peru e o Equador, pelo Tratado Itamaraty, de 1998.

Em terceiro lugar, pelo peso crescente que o Brasil vai adquirindo na economia dos países vizinhos, precisamos encontrar um equilíbrio entre a submissão aos caprichos de governos populistas (como foi o caso da nacionalização da Petrobras Bolívia) e uma postura intervencionista. O governo tem a obrigação de proteger os interesses das empresas brasileiras, por um lado, mas não pode adotar uma conduta prepotente que seja explorada contra nós, com acusações de “imperialismo”.

Obviamente, o Brasil não pode ameaçar seus vizinhos, mas tem suficiente influência para dar avisos claros e tomar posições firmes em defesa de seus interesses. Foi o caso do Equador em setembro de 2008, quando o presidente Rafael Correa, às vésperas de um referendo sobre uma nova constituição, expulsou a Odebrecht e ameaçou não pagar o empréstimo de us\$ 200 milhões que o BNDES concedeu ao seu país para financiar as obras que a construtora levava adiante. Nesse caso, a resposta do governo brasileiro foi comedida e rápida, com o adiamento da visita do ministro de Transportes do Brasil, na qual seriam discutidos temas ligados a obras de infraestrutura viária de interesse do Equador. Na sequência, houve uma posição diplomática brasileira firme, mas discreta. O presidente do Equador “deplorou” a decisão do adiamento, mas acabou por atenuar sua posição. Os pagamentos da dívida equatoriana foram honrados. Em julho de 2010, a Odebrecht voltou ao Equador.

O caso da hidrelétrica de Itaipu é emblemático. Desde o Tratado de 1973, tem sido um ícone da colaboração bilateral com o Paraguai, tendo nosso país uma postura exemplar, que permitiu ao vizinho assumir posições paritárias na gestão da empresa Itaipu Binacional. Há alguns anos, o Paraguai reivindica a revisão dos pagamentos da sua dívida. Seria, a meu ver, um equívoco fazer concessões sobre a dívida paraguaia (já que o Brasil financiou 100% da construção da usina), pois o Paraguai terá, em 2023, 50% do grande patrimônio que é a usina,

sem dever mais nada. Não devemos tampouco aceitar que o consumidor brasileiro arque com novos e maiores ônus pela energia de Itaipu, sob qualquer forma, levando-se em conta que uma parte substancial do consumo do Sudeste brasileiro é atendido por essa energia. Encontrar um equilíbrio que dê satisfação ao Paraguai é importante, porque o Brasil não pode ser uma ilha de prosperidade e precisa levar em conta as aspirações justas de seus vizinhos. Nesse sentido, o apoio brasileiro à construção de nova linha de transmissão para a capital paraguaia é muito oportuno.

Devemos contribuir na medida de nossas possibilidades para que este país possa renovar sua economia, tornando-a menos dependente do comércio eufemisticamente chamado de “triangular” e até de atividades ilícitas. Temos todo o interesse em que a economia paraguaia se fortaleça e que haja uma melhor distribuição de renda, capaz de permitir um efetivo progresso social. Será necessário encontrar fórmulas que ajudem o desenvolvimento do Paraguai sem criar uma penalização injusta para o consumidor brasileiro. Mas praticar uma política externa baseada na ideia da *generosidade* é um sério equívoco.

O governo passado inaugurou uma postura inédita na nossa história diplomática: a tomada de posição na política dos vizinhos. Com sucessivas declarações de apoio em pleitos eleitorais – a favor de Néstor Kirchner, Evo Morales e Hugo Chávez – praticamos o que o Brasil se abstinha de fazer desde que deixou de imiscuir-se nas questões internas dos países da região há quase 150 anos, em particular desde a gestão Rio Branco (1902–1910). Esta conduta deveria continuar sendo a linha mestra da política externa brasileira. A sucessiva intervenção a favor de um candidato nas eleições dos vizinhos pode levar-nos a situações muito difíceis de manejar.

Não há motivo igualmente para continuar a demonstrar uma inclinação tão favorável a Hugo Chávez. O Brasil ignorou todos os abu-

dos totalitários de poder, inclusive na área de direitos humanos, que o líder venezuelano cometeu, assim como suas intervenções em países da região – como o apoio que sempre deu às FARC na Colômbia, sua atuação no Peru e mesmo o incentivo e suporte à nacionalização da Petrobras na Bolívia. Com isso, foi possível construir uma relação amistosa que teve reflexos positivos no comércio e na presença favorecida de empresas brasileiras na Venezuela.

Porém, a administração venezuelana tem sido muito incompetente. A inflação está quase fora de controle, em particular no setor de alimentos, tendo chegado a 9% em janeiro passado; faltou energia elétrica e água. A Venezuela foi o único país com PIB negativo em 2010, quando todas as economias do subcontinente tiveram excelentes performances. Assim sendo, é possível que, nas eleições de 2012, o autoritário Chávez venha a perder a Presidência, especialmente se a oposição for capaz de apresentar-se unida em torno de um candidato forte. Não se trata aqui de preconizar uma atitude permanentemente crítica ao líder bolivariano, mas de exercer uma influência moderadora, tanto no plano externo (onde está perdendo influência e capacidade de liderança), quanto, sobretudo, no âmbito interno, à medida que as eleições se aproximam e podem resultar em encontros.

Riscos nas relações com os Estados Unidos

A nossa relação com os Estados Unidos não tem mais a centralidade que a caracterizava no passado recente. Mas continua a ser uma dimensão muito importante de nossa política externa. O Brasil e os Estados Unidos nunca foram inimigos e nem ameaça recíproca. Falar em relações perigosas é uma fantasia carregada de distorção ideológica. É do interesse de ambos os países ter boas relações, mas é igualmente verdade que o Brasil nunca será um aliado sistemático dos Estados Unidos. Como escre-

veu Peter Hakim, em artigo recente da revista *Foreign Affairs Latinoamérica*: “É quase inevitável que Brasil e Estados Unidos venham a divergir nos próximos anos neste continente e no mundo. [...] Suas políticas e agendas refletem diferentes prioridades, abordagens e interesses. Eles não poderão sempre encontrar posições comuns ou manter suas divergências em surdina”.

Houve um rápido avanço nas relações com os Estados Unidos nos primeiros meses do governo da presidente Rousseff, que deu claros sinais de desejo de reaproximação, em decisão pragmática e acertada. Nos últimos dois anos do governo anterior, tinha ocorrido um afastamento crescente, em razão da postura antiamericana que foi adotada pelo presidente Lula e seu ministro. Superar as divergências recentes, todavia, não será tarefa fácil.

O governo americano decidiu investir mais atenção e capital político na relação com o Brasil, o que também representa um gesto construtivo. Há, porém, alguns riscos neste momento. O primeiro deles é a questão do apoio à legítima pretensão do Brasil a ter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Esta aspiração é vista pelo governo e pela sociedade brasileira como o marco mais concreto do novo *status* internacional do Brasil. Tendo anunciado que apoiará a entrada da Índia como membro permanente, em sua visita recente a Nova Delhi, o presidente Obama criou um precedente entre os países emergentes, pois até então os Estados Unidos nunca se tinham manifestado abertamente em favor do Japão e procuravam delongar a reforma do Conselho. Se não fizer o mesmo em relação ao Brasil nos próximos tempos, criará um desapontamento que outras manifestações positivas dificilmente poderão compensar.

O segundo risco consiste em que os americanos interpretem a aproximação em curso como um sinal de que vão receber de nós um apoio regular e que atenderemos a todos os seus pedidos, o que não acontecerá, por certo. Na

agenda continental, pode haver expectativas de que o Brasil gerencie as idiossincrasias da região, em particular na Venezuela, onde há um desafio crescente à hegemonia de Hugo Chávez, ou mesmo em Cuba. Isto certamente não nos interessa, embora o Brasil deva desempenhar um papel por conta própria, especialmente no primeiro caso, para favorecer a democracia e os direitos humanos.

Adesão à OCDE: Passo importante e desejável

O Brasil precisa abandonar certos preconceitos que estão hoje totalmente superados. Por exemplo, considerar que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um clube de ricos onde estaríamos deslocados é uma atitude míope. Por que não ingressar na OCDE? A organização, hoje liderada pelo mexicano José Angel Gurría, já fez numerosos pedidos para que o Brasil se torne membro. Durante o governo FHC, o Brasil aproximou-se gradativamente da OCDE, ingressando em diversos comitês que nos interessavam. Houve, porém, um afastamento da entidade, que ainda é tratada de forma pejorativa, por alguns setores da burocracia e da diplomacia nacionais, como o “clube dos ricos”. A adesão cuidadosamente negociada à OCDE traria benefícios palpáveis às nossas empresas em termos de financiamentos mais favoráveis à exportação e seria um adicional de peso ao *status* cada vez mais ponderável do Brasil na cena internacional. Na agenda internacional, esta é uma das mais importantes decisões que a presidente Dilma poderia tomar.

Direitos humanos: Sem tergiversações

Há posições morais que um país deve tomar mesmo que isto seja contrário a seus interesses econômicos. A área de direitos humanos é uma das que não devem ser objeto de tergiversações. Não foi o que se verificou no

governo passado, pois a delegação brasileira se absteve em votações no Conselho de Direitos Humanos. O Brasil tem adotado algumas posturas ambíguas que desvirtuaram nossa posição tradicional e o mandato desse órgão. Destacam-se, recentemente, os votos no tratamento das violações ocorridas sobre a Coreia do Norte, Irã, Sri Lanka e diversos outros países. É frequente o uso por autoridades brasileiras do argumento de que o Conselho de Direitos Humanos não deve ser seletivo no tratamento de violações de direitos humanos. Mas ações de cada governo devem ser julgadas individualmente. A delegação brasileira também alega com regularidade ser contraproducente discutir e aprovar uma resolução sem o envolvimento do país em questão. As violações de direitos humanos não podem ser assim relativizadas, nem submetidas a dinâmicas políticas ou geopolíticas locais, sejam elas em Cuba, no Irã, na Líbia ou na China.

É por isso bem-vinda a recente afirmação da ministra Maria do Rosário no Conselho de Direitos Humanos, no sentido de que “no governo Dilma, direitos humanos não se negociam e a presidenta é intransigente com o tema”. O recente almoço em Genebra da embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo com a dissidente exilada iraniana Shirin Ebadi, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 2003, foi um sinal concreto desta mudança na posição brasileira. O próximo passo coerente seria copatrocinar o projeto de resolução que cria uma comissão para investigar as violações de direitos humanos no Irã.

Relacionamento Sul-Sul, sim, mas sem criar frente unida

Uma das principais ênfases da política externa do governo passado foi no chamado relacionamento Sul-Sul, quase um tentativa de reeditar o terceiro-mundismo dos anos 1950 e 1960. Não há dúvida de que é importante para o Brasil manter as melhores relações com os mais destacados países do Hemisfério Sul. Nos últimos quinze anos, demos sempre grande

importância às relações com a China, a Índia e a África do Sul. O que não tem cabimento é a ideia de formar uma frente unida do Sul (como inaugurado na conferência de Bandung, em 1955, quando se falava em países do Terceiro Mundo), como forma de oposição aos países do Norte.

Um dos fundamentos desta orientação era o declínio de poder dos Estados Unidos. Ele é sensível em termos relativos, mas está muito longe de ser intenso e decisivo. Como disse o analista chinês Minxin Pei, na edição de julho/agosto de 2009 da revista *Foreign Policy*: “Não creiam na badalação (*hype*) intensa feita sobre o declínio da América e o despertar de uma nova era asiática. Muitas décadas passarão antes que a China, a Índia e o resto da região dominem o mundo, se é que algum dia o farão”. Felizmente, esta não deve ser a ênfase do atual governo. Como disse o ministro Antonio Patriota, em recente entrevista a importante revista brasileira: “Durante o governo Lula, a linha de atuação Sul-Sul ficou em evidência porque era o aspecto mais inovador da política externa. Mas já naquela época, como embaixador em Washington, eu defendia que isso não se dava em detrimento da atenção a parceiros tradicionais do mundo desenvolvido. Esse é o espírito com que continuaremos a trabalhar”.

O País deve reforçar o sistema de não proliferação

O Brasil deve procurar desempenhar um papel significativo nas discussões para reforçar o sistema internacional de não proliferação e evitar a multiplicação de armas nucleares. Devemos fazer pleno uso de nossas credenciais, que são impecáveis, pois temos um compromisso constitucional e fazemos parte de todos os acordos internacionais globais e regionais de renúncia às armas nucleares. Com as recentes evoluções na Coreia do Norte e no Irã, o próprio regime de não proliferação está sob crescente ameaça e precisa ser reforçado.

Existe, no momento, uma questão em aberto neste terreno, que é a adesão do Brasil ao Protocolo Adicional do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Esse mecanismo, criado em 1997, permite fiscalização mais precisa das instalações atômicas dos países signatários, sem aviso prévio. A rejeição do protocolo pelo Brasil é posta em questão pelos países ocidentais, em especial os Estados Unidos, como incompreensível. Creio, contudo, que a decisão pode ser adiada. Por ora, não existe nenhuma suspeita internacional de que o Brasil esteja desenvolvendo um programa nuclear encoberto, embora o ex-vice-presidente da República e um ministro do anterior governo tenham advogado publicamente que o país adquirisse armas nucleares. Esta posição terá de ser reavaliada mais adiante quando o país estiver em condições de produzir maiores quantidades de urânio enriquecido e eventualmente de tornar-se um exportador.

O que não deve repetir-se é o envolvimento brasileiro com o Irã nesta matéria, no qual fomos usados pelo regime de Teerã para tentar ganhar tempo e evitar novas sanções da ONU. É patente que esse país está buscando, no mínimo, ter capacidade de dotar-se de armas nucleares. Não há outra explicação para a multiplicidade de centros – por vezes secretos – de enriquecimento de urânio. Há um impasse completo nos esforços para colocar as instalações nucleares iranianas sob salvaguardas da Agência Atômica de Viena e para obter qualquer cooperação desse país com as decisões do Conselho de Segurança da ONU. O Brasil deve defender a liberdade de cada país buscar desenvolver sua indústria nuclear para fins pacíficos. Mas não havia nenhuma razão para que o Brasil buscasse ter um papel de mediador entre o Irã e as grandes potências, para o qual nosso país não tinha motivos geopolíticos ou econômicos sérios. Este afã de protagonismo resultou em sério fracasso, já que não produziu acordo e acelerou a votação de sanções pelo Conselho de Segurança da ONU, decisão tomada por

todos os membros permanentes, contra a qual votaram apenas o Brasil e a Turquia, sofrendo uma derrota contundente por 12 a 2.

Potência global e política externa equilibrada

A afirmação do Brasil como potência global está em curso, sendo cada vez mais reconhecida. A inclusão no BRIC e no G-20, o crescente interesse que recebe na grande imprensa internacional, a boa performance da economia brasileira, os progressos havidos na promoção de maior inclusão social e no enfrentamento do crime organizado no Rio de Janeiro – nossas credenciais estão em alta.

Por isso, é necessário atuar além das questões anteriormente abordadas neste artigo, em todas as suas vertentes do cenário global, em especial:

- a) uma participação ativa na busca de fórmulas internacionais para equacionar o problema do aquecimento global, como vem fazendo desde que, a partir de 2009, deixou de refugiar-se atrás do conceito de responsabilidade histórica dos países que se industrializaram mais cedo e conseguiu resultados muito animadores na redução do desmatamento da Amazônia, principal calcanhar-de-aquiles brasileiro;
- b) um papel importante nas principais negociações comerciais, em especial na OMC. À medida que as maiores economias ocidentais se recuperem da grande crise que começou em 2008 e quando não houver mais preocupação com o ressurgimento do protecionismo, surgirão novas oportunidades na OMC ou mesmo fora dela. A ênfase brasileira no G-20 da OMC como nosso principal grupo deve ser recalibrada, já que, como ficou evidente nas últimas reuniões ministeriais, os interesses brasileiros divergem dos da China e da Índia em matéria de agricultura;
- c) o Brasil, como outros países emergentes, inclusive a China e a Índia, reivindicam maior

participação no poder decisório do Fundo Monetário Internacional. Este é um importante objetivo estratégico.

Para desempenhar suas novas e crescentes responsabilidades, o Brasil precisa ter uma política externa equilibrada que não incorra nos arroubos que nos levaram a grandes desgastes

em passado recente. Com os novos avanços no processo de inclusão social que, desde o Plano Real, em 1994, vem permitindo a redução gradual da pobreza e uma melhor distribuição de renda, o Brasil vai superando seu principal desafio e projetando-se internacionalmente como país democrático, pacífico e mais justo. ○

Respostas da Política Externa Brasileira às Incertezas do Mundo Atual

MARCO AURÉLIO GARCIA

Oito anos após o início do governo Lula (2003–2010), é possível fazer um balanço, ainda que provisório, de sua política externa. Provisório, porque a proximidade excessiva dos acontecimentos sempre dificulta juízos objetivos sobre um período marcado por grandes transformações, como o transcorrido no Brasil e no mundo nestes últimos anos.

A própria objetividade almejada dificilmente é alcançável. Ambicionada por historiadores e cientistas sociais, ela sofre a interferência de conflitos de interesse que atravessam todas as sociedades, sobretudo em períodos de aceleradas mudanças, como o atual.

O pensamento conservador sempre tratou de aprisionar as transformações sociais em fórmulas de sentido unívoco. Assim, a política exterior de um país, além de ser caracterizada como “política de Estado” e, por essa razão, “não partidária”, tinha de refletir o “interesse nacional”.

O liberalismo, em sua versão conservadora, reduziu a democracia à existência de um “Estado democrático de direito” imutável. Contra essa rigidez se insurgiram, cada um à sua maneira, a social-democracia e as revoluções socialistas do século xx. Destas últimas não nasceu

a democracia anunciada. Ao tentar adjetivá-la – “burguesa” ou “proletária” – seus partidários acabaram por negar os aspectos universais dessa forma de governo e de convivência social. A despeito disso, as experiências mais tarde qualificadas como de “socialismo real”, apesar de seus descaminhos, exerceram forte pressão sobre os países desenvolvidos, em matéria de regulação econômica, planificação e, sobretudo, conquistas sociais para as classes trabalhadoras.

Já a social-democracia, que procurou fundir os ideais políticos perdidos do liberalismo com as aspirações de uma mudança social do (e/ou no) capitalismo, tampouco logrou seus objetivos de articular de forma duradoura mercado e Estado, democracia política e democracia econômica e social e de construir uma ordem mundial democrática e não assimétrica. O impasse que viveu nos últimos anos o pensamento de esquerda é resultado desses dois fenômenos históricos.

Em resposta à crise desses dois paradigmas, Claude Lefort estabeleceu que a democracia supõe, e mesmo exige, a existência de um espaço público no qual sujeitos sociais são capazes de criar *novos direitos*. Não se nega o Estado democrático de direito. Simplesmente ele é resgatado do imobilismo e das amarras formalistas com as quais se buscou aprisioná-lo.

As instituições e a normatividade do Estado de direito deixam de ser uma camisa-de-força da democracia. Oferecem, antes, as regras (e instituições) para uma resolução dos conflitos, que nunca será definitiva, pois responde a in-

MARCO AURÉLIO GARCIA é professor licenciado do Departamento de História da Unicamp. Foi assessor especial de política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), função que mantém na presidência de Dilma Rousseff.

teresses diferentes, configurados e renovados na sociedade.

Essa digressão, aparentemente aleatória, ganha significação concreta quando se examina a história do Brasil republicano, para não ir mais longe.

É sintomático que, por ocasião da ruptura institucional de 1964, os novos donos do poder tenham procurado encobrir o golpe de Estado e a subsequente ditadura com fórmulas jurídicas, preparadas por constitucionalistas de plantão. O regime militar manteve, salvo durante brevíssimos intervalos, o simulacro de um sistema de partidos e o Congresso nacional funcionando, para realizar, entre outras tarefas, a “alternância” dos generais na presidência.

Em uma espécie de homenagem do vício à virtude, a ditadura pretendeu revestir o Estado de exceção com os ouropéis do Estado democrático de direito.

Naqueles anos, o próprio “interesse nacional” sofreu suas inflexões, e isso se refletiu na política externa praticada entre 1964 e 1984. Por vezes, ele refletia os valores dominantes do período da Guerra Fria, no qual o que era “bom para os Estados Unidos, também o era para o Brasil”, como ocorreu no início dos governos militares. Em outra circunstância, uma leitura distinta do “interesse nacional”, imposta por nova percepção das mudanças da conjuntura mundial, permitiu a ressurreição da política externa independente do governo deposto, sob o “codinome” (a prudência de uma clandestinidade intelectual assim o obrigava) de pragmatismo responsável.

O Brasil que emergiu do fim do regime militar procurou reconstituir sua presença no mundo.

Retomou aos poucos os ideais defendidos no passado por San Tiago Dantas, Afonso Arinos e Araújo Castro, valores que haviam sobrevivido “clandestinamente” durante parte dos governos militares.

A lenta democratização da sociedade e do Estado brasileiros foi acompanhada de bre-

ves, mas intensas lutas sociais. Bastaria lembrar o debate sobre a política econômica, em meio a conflitos redistributivos, como os que sacudiram o País nos períodos marcados por forte inflação, que se somava à estagnação, à concentração de renda e à vulnerabilidade internacional.

Naqueles momentos, era difícil qualificar, de forma unívoca, o que seria o “interesse nacional”. Essa dificuldade se fazia mais evidente na esfera econômica, mas também se fez sentir em outros cenários da vida social e política, entre os quais o da política externa. Esta, como projeção do país na esfera internacional e elemento consubstancial na configuração de um projeto nacional de desenvolvimento, reflete conflitos e contradições da sociedade ainda que deva, e possa, apresentar uma cara coerente. Mas por estar ligada ao que se passa no país e no mundo, ela também expressa interesses partidários.

Diplomacia e paixões políticas

É falso, para dizer o menos, que a política externa tenha de ser conduzida de forma aséptica, por técnicos da diplomacia, incapazes de deixar-se contaminar pelas “impurezas” da realidade. Nada mais ideológico do que negar a presença das ideologias.

Não é preciso, assim, fazer uma longa digressão sobre nossa tradição diplomática para dar-se conta de que ela nunca esteve infensa às paixões políticas de cada período. As pressões de Osvaldo Aranha para que o Brasil se inclinasse para os Aliados, e não para o Eixo, foram fruto de um pendor “partidário”, ainda que os partidos estivessem proibidos no Estado Novo.

João Neves da Fontoura foi “homem de partido”, da mesma forma que Horácio Lafer. San Tiago Dantas era filiado ao PTB, Arinos à UDN, a qual abrigou em suas filas Abreu Sodré, antes de seu trânsito pela Arena e seu estacionamento no PFL. O banqueiro e chanceler Olavo Setúbal também integrou sucessivamente a Arena,

o fugaz Partido Popular e, posteriormente, o PFL. Fernando Henrique Cardoso foi quadro dirigente do PMDB e do PSDB. Celso Lafer, para citar um último exemplo, nunca escondeu sua militância tucana. Da mesma forma, ministros de Relações Exteriores dos Estados Unidos e dos países europeus sempre mantiveram suas filiações partidárias.

Em suas funções, todos aqueles ex-ministros brasileiros mencionados serviram seu país de acordo com os valores e princípios que acreditavam ser universais, mas que aprenderam e amadureceram em seus espaços políticos próprios, isto é, em seus partidos. Nada mais natural. Suas gestões foram muitas vezes objeto de críticas de setores da sociedade – partidos ou facções da opinião pública. Falso, portanto, que, sob o manto de uma “política de Estado”, se escondesse uma unanimidade de opiniões.

O autor destas notas, por décadas na oposição, em mais de uma vez expressou diferenças ou divergências – mas também acordos – com orientações implementadas pelos sucessivos governos que antecederam a chegada de Lula à presidência da República.

É, assim, falaciosa a tese de que a política externa do governo Lula – e seus possíveis desdobramentos – tenha provocado a interrupção de uma tradição republicana e haja “dividido o País”, como alguns pretenderam.

A política externa, como toda política, sempre dividiu e divide uma sociedade, salvo em momentos muito especiais, como os de graves ameaças forâneas. Isso porque a política externa – como a econômica, a social e tantas outras – expressa interesses sociais e políticos distintos, e percepções culturais diversas. O nível dessa diversidade e a tolerância em relação a ela é forte indicador do grau de democracia existente em um país.

O Brasil e as mudanças globais

A política externa do governo Lula e da nova presidenta resgatou valores que inspira-

ram os grandes momentos de nossa tradição diplomática: o respeito à soberania nacional e a não intervenção nos assuntos internos de outros países, a luta pela paz e pela solução política de conflitos, a defesa da democracia e dos direitos humanos, o multilateralismo. A essa agenda foram acrescentados (ou nela enfatizados) temas como o do combate à fome e à exclusão social no mundo, o que implicou a defesa de uma ordem econômica global mais justa.

Para lograr esse último objetivo, impunha-se lutar por uma reforma das instituições de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – não só quanto à substância de suas políticas, mas também em relação à sua governança. No interior da Organização Mundial do Comércio, confrontada com a tarefa de concluir a Rodada Doha, o Brasil articulou o G-20, que mudou a lógica até então predominante das negociações comerciais globais.

Orientando-se claramente por uma perspectiva multilateral, a política externa brasileira também enfatizou a necessidade de um *aggiornamento* das Nações Unidas, em especial do seu Conselho de Segurança, responsável pelas complexas questões de segurança coletiva. Foi reiterada a tese de que era inaceitável um Conselho que, por sua composição, reflexo da conjuntura do imediato pós-Segunda Guerra, não expressasse a nova correlação de forças internacional nestes primeiros anos do século XXI. Por essa razão, o Itamaraty acentuou sua mobilização em torno dessa reivindicação, especialmente depois da criação do G-4, juntamente com a Índia, a Alemanha e o Japão.

Nas últimas três décadas, assistiu-se à vertiginosa aceleração da história, desde o fim da Guerra Fria e da bipolaridade até os dias de hoje, quando, no Sul do mundo, emergiram países com crescente importância econômica e política global, entre eles o Brasil.

A crise dos instrumentos de governança global foi atenuada pela criação de instâncias *ad hoc*, como o G-8, para o qual passaram a ser posteriormente convidados países emergentes.

Essa prática, inaugurada em 2003 na reunião de Evian, foi sendo aprofundada em quase todos os encontros posteriores.

Nas sucessivas reuniões, cada vez mais ampliadas do G-8, ficava evidente que uma nova correlação de forças no mundo exigiria novos instrumentos de coordenação internacional.

A grave crise de 2008, que teve seu desencadeamento a partir da falência do Lehman Brothers, apressou a formação de um organismo mais representativo, o G-20 financeiro. Ainda que limitado em suas atribuições e desenvolvimento, limitações decorrentes das resistências de Estados Unidos e China a fazerem mudanças em suas políticas monetárias e cambiais e a submeterem-se a critérios multilaterais, o G-20 abriu o debate sobre grandes temas – regulação de fluxos financeiros globais, fim dos paraísos fiscais, mecanismos inovadores de financiamento no combate à pobreza – e contribuiu para uma reforma parcial, mas significativa, do FMI, especialmente de sua governança.

As grandes potências têm procurado confinar o G-20 no debate – mesmo assim parcial – de temas econômicos, reservando para o G-8 ou para outro condomínio (o 5+1, por exemplo) o enfrentamento de questões políticas globais relevantes, sobretudo as que envolvem os temas da segurança coletiva.

“Reserva de mercado” em política

Essa espécie de “reserva de mercado” em torno de questões políticas explica a reação dos Estados Unidos e de outras potências ao acordo de Teerã que o Brasil e a Turquia firmaram com o Irã, em 2010, para impedir que esse país usasse seu programa nuclear com fins militares.

A história mostrou, sem que fosse necessário transcorrer muito tempo, que havia coincidência entre o que os governos turco e brasileiro propugnavam e as propostas defendidas pelo presidente norte-americano. Mas isso não foi suficiente. A “invasão” por Turquia e Brasil de um território político-diplomático

até então exclusivo das potências tradicionais provocou a intempestiva reação do G-5+1 de implementar sanções contra o Irã, desconsiderando o avanço – pequeno, por certo – que representara ter levado Ahmadinejad à mesa de negociações, que aí fez concessões até então não obtidas.

Da mesma forma, os movimentos da diplomacia brasileira no Oriente Médio com o intuito de desbloquear a questão palestina não foram bem recebidos, a despeito do reiterado fracasso das iniciativas das grandes potências nesta nevrálgica região do mundo.

Quando estas notas foram redigidas, a crise social e política desencadeada no Oriente Médio e no Norte da África estava em curso, sem previsões muito claras e seguras sobre seu desdobramento futuro.

Os acontecimentos do Egito, da Tunísia, da Líbia e de quase todos os países daquela região põem hoje em evidência o fracasso do chamado *Grande Jogo*, que desenhou o atual Oriente Médio em começos do século passado. Mas explicitou, igualmente, a inconsistência da *Realpolitik* levada adiante, décadas após, pelas grandes potências.

O desencadeamento da crise financeira e econômica global de 2008 alterou substancialmente o quadro mundial. Acentuou as incertezas que têm marcado a evolução histórica nas últimas décadas.

Primeiro, porque a crise econômica não está encerrada e mantém fortes doses de imprevisibilidade. A perda de dinamismo das economias desenvolvidas, longe de estimular o surgimento de projetos renovadores – como o do New Deal, nos anos 1930 – tem provocado aventuras monetárias e cambiais, de claro signo protecionista, permitindo a implementação de orientações conservadoras, como aquela a que se assiste em boa parte da Europa.

As dificuldades que as esquerdas do velho continente têm encontrado até agora para definir respostas consistentes a uma crise que não produziram – mas que, em alguns casos, têm

de gerir – criaram um perigoso vazio, cada vez mais ocupado por forças de extrema-direita.

Os rumos que venham a tomar os acontecimentos do Oriente Médio e Norte da África poderão provocar sensível agravamento da situação econômica e social dos países desenvolvidos, sobretudo dos fortemente dependentes de petróleo, além de estimular fluxos migratórios descontrolados.

Os períodos de incertezas e de declínio de grandes potências, ainda que esse declínio seja lento, são extremamente perigosos. Qualquer acontecimento, mesmo que de pequena expressão, pode desencadear catástrofes de grande monta.

Multilateralismos e multipolarismo: O “polo” sul-americano

Da mesma forma que o dinamismo da economia mundial é hoje garantido pelos países da antiga periferia, é importante que a renovação das relações internacionais resulte de uma maior participação deles na governança global.

Essa convicção multilateral, que informou a política externa brasileira, especialmente a partir do período Lula, e continuará presente no governo Dilma Rousseff, vem acompanhada da tese segundo a qual o rearranjo da ordem global se dará a partir da formação de novos polos. Por esse motivo, a política externa brasileira enfatizou suas ações na América do Sul, com a expansão e fortalecimento do Mercosul, com a criação e agora institucionalização da Unasul ou, finalmente, com um novo tipo de relacionamento bilateral com os países da região.

Essa diretriz, que marcou o governo Lula, foi manifestada no discurso de posse de Dilma Rousseff, quando a presidenta reiterou a disposição do Brasil de associar seu destino ao da América do Sul.

Muitas razões poderiam ser invocadas para sustentar essa *opção sul-americana*. As mais mencionadas correntemente estão ligadas à cons-

tatação do enorme potencial da região. Maior reserva energética do mundo, se levarmos em consideração os recursos hídricos, de petróleo e gás, o carvão, o sol e os ventos e as enormes potencialidades dos biocombustíveis.

O continente possui, igualmente, grandes e diversificados recursos minerais capazes de sustentar, com sobras, a atual e futura demanda mundial. Aqui estão reunidas condições privilegiadas para a produção de alimentos, não só por fatores naturais favoráveis – solo, água e sol – como pelos avanços científicos e tecnológicos que têm marcado grande parte da agricultura regional nas últimas décadas. A diversidade de regiões e climas vem acompanhada de uma biodiversidade exuberante, ainda pouco explorada.

Apesar de desigual, o processo de industrialização – concentrado no Brasil e na Argentina – se expande por muitos outros países. Contando com cerca de 400 milhões de habitantes, muitos dos quais beneficiados pela expansão do emprego e da renda, a América do Sul perfila-se hoje como um importante mercado regional. Durante a crise, esse mercado foi capaz de proteger a região das intempéries econômicas globais. Esta tem sido uma das razões para a atração de investimentos produtivos para o Brasil e outros países.

A América do Sul goza, hoje, de boa situação macroeconômica. Inflação relativamente controlada, baixa vulnerabilidade externa e, sobretudo, crescimento fundado na expansão do emprego e da renda e na inclusão social.

Mas os fatores imateriais não devem ser esquecidos. O continente vive há mais de uma década um período de consolidação democrática, que se tem imposto, inclusive, em países onde as contradições sociais oferecem base para certa instabilidade social e política. A ação da Unasul na ameaça de guerra civil na Bolívia e na tentativa de golpe no Equador atesta a força da democracia no continente. A criação do Conselho Sul-americano de Defesa fortalecerá a vocação pacífica desta parte do mundo, que também se caracteriza como livre de armamentos nucleares.

Região com relativa homogeneidade cultural e linguística, a América do Sul não apresenta maiores contenciosos entre suas nações. Diferendos de fronteira existentes são residuais e podem ser resolvidos por via diplomática. Não há sinais de conflitos religiosos e ideológicos que possam alimentar paixões políticas, como em outras regiões do mundo.

É claro que esse quadro extremamente favorável para um processo de integração é atravessado por dificuldades, que têm sido reconhecidas e enfrentadas.

A persistência de uma certa balcanização da América do Sul decorre da precariedade de sua integração física e energética. Não por acaso esses dois itens têm merecido atenção prioritária na política externa brasileira, nas agendas do Mercosul e da Unasul. Pontes, conexões interoceânicas, hidrovias, hidrelétricas e linhas de transmissão aproximam sistemas produtivos, homens e mulheres, garantindo, ao mesmo tempo, a interiorização de um desenvolvimento antes muito concentrado nas zonas oceânicas e facilitando o escoamento de nossas exportações.

Essas iniciativas são fundamentais para atenuar as assimetrias resultantes de uma integração fundada apenas no comércio, onde as vantagens do Brasil seriam enormes e permanentes.

A integração terá, assim, de ser complementada por um processo de articulação produtiva e financeira e pelo incremento da inovação científica e tecnológica, capaz de produzir um novo tipo de desenvolvimento. Esse critério tem também presidido as relações bilaterais do Brasil com os países do continente. Como disse Chico Buarque, não falamos “fino” com os Estados Unidos e “grosso” com o Paraguai e a Bolívia. Ao contrário, soubemos entender as demandas desses e de outros países e compreender que seu atendimento não era fruto de irresponsável “generosidade”, nem mesmo de compreensível solidariedade. Tratava-se de construir um entorno que não faça do Brasil uma ilha de prosperidade econômica e social em meio a um oceano de instabilidade social e política.

Essa preocupação não confere nenhuma primazia ao Brasil, menos ainda reflete qualquer aspiração de liderança regional. A política externa brasileira tem buscado um relacionamento solidário com nossos vizinhos, que compatibilize a articulação de processos nacionais diferenciados, inclusive do ponto de vista político-ideológico, com uma disposição de presença conjunta e soberana num mundo em construção.

Olhando o Sul sem esquecer o Norte

A ênfase da política externa brasileira no Sul do mundo, e seu especial interesse para com a América Latina, a África e os países árabes, foi por muitos tachada de “desvio terceiro-mundista” do governo Lula. A qualificação não procede historicamente e está impregnada de conteúdo ideológico. Não procede, porque revela um absoluto desconhecimento do significado político da expressão Terceiro Mundo. Ela nasce basicamente após a Conferência de Bandung, em 1955, quando Índia, Indonésia, Egito, Iugoslávia, China e outros países recém-descolonizados da África tentaram construir uma alternativa entre os países capitalistas (o primeiro mundo) e o então chamado campo socialista (segundo mundo).

Sob o manto deste terceiro-mundismo podiam encontrar-se países que não estiveram em Bandung, mas que praticavam internamente políticas nacional-desenvolvimentistas e, internacionalmente, optaram pelo “não alinhamento”. Na própria América Latina, os ventos do terceiro-mundismo se fizeram sentir, como o demonstram, para não citar outros exemplos, os arroubos diplomáticos do breve governo Jânio Quadros, admirador confesso de Sukarno, Nasser e Tito.

As circunstâncias históricas que deram nascimento àquele relevante movimento internacional deixaram de existir com o passar dos anos. Tentar repeti-lo seria um anacronismo histórico, o que não significa desconsiderar sua importância e as heranças que deixou.

As relações centro-periferia, tal como se configuraram cinquenta anos atrás, não mais existem, sem que isso tenha eliminado as assimetrias entre países pobres e países ricos.

Ao olhar para o Sul, sem esquecer o Norte, nossa política externa dos últimos anos fez e fará um movimento natural em direção a países de grande potencial, como o Brasil, mas que tiveram seu desenvolvimento e inserção internacional inibidos pela ausência de um projeto nacional de desenvolvimento ou por uma visão distorcida da cena internacional.

É importante, ainda que não seja o aspecto fundamental, que esse movimento tenha propiciado uma mudança fundamental em nosso comércio exterior e em nossos investimentos lá fora. Grande parte de nossos fluxos comerciais internacionais se dirigiram para a América Latina, a África, a Ásia e os países árabes, e sua composição foi em grande medida de produtos de valor agregado.

As mudanças de nossa presença econômica e comercial no mundo seguiram estritamente as pegadas da política externa, e isso os empresários brasileiros compreenderam muito bem. Não vem deles a caracterização de nossa diplomacia como “ideológica”, menos ainda de “terceiro-mundista”.

O olhar para o Norte que a política externa brasileira realizou e deverá dar continuidade no novo período governamental tem grande importância, na medida em que dessas relações esperam-se não só melhorias em matéria de comércio e investimentos, mas também um bom relacionamento no que se refere à transferência de tecnologia e inovação, elementos essenciais para a nova fase de nosso desenvolvimento nacional.

Esse olhar não será submisso, como o foi em outras ocasiões. Tampouco será de confrontação. O relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia está atravessado por complexos problemas econômicos a serem resolvidos. O principal deles, em ambos os ca-

sos, é a persistência, quando não incremento, do protecionismo.

Dessas relações dependerá, igualmente, a realização de muitos dos novos objetivos que o País se foi dando em matéria industrial, científica, tecnológica e de defesa.

Nossa política externa deverá cada vez mais adensar seus conteúdos, sem com isso assumir um perfil fundamentalista. Deverá, ao mesmo tempo, dar mais institucionalidade a nossas iniciativas internacionais.

Temos consciência do significado de nossa experiência recente. De haver enfrentado, ainda que não resolvido plenamente, o problema fundamental de nosso país – o da desigualdade social – que minava nossa democracia e nos envergonhava aos olhos do mundo.

Temos consciência de que nossa luta universal em defesa dos direitos humanos exige, igualmente, resolver os enormes déficits internos que ainda possuímos nessa matéria. Esse é um compromisso forte do novo governo.

Uma política externa não se faz sem princípios nem sem valores. Mas ela não se faz apenas com uns e outros. Não queremos exportar nosso modelo econômico e social, menos ainda nossos avanços democráticos. Somos conscientes do importante que foi haver podido compatibilizar crescimento, distribuição de renda, equilíbrio macroeconômico e democracia. Mas não buscamos constituir-nos em paradigmas, em “modelo” para quem quer que seja. Sabemos que cada país tem de fazer seu próprio aprendizado.

Um mundo de incertezas e as certezas que podem subsistir: Continuidade e diferenças

É com esse propósito que participamos do BRIC, do IBAS e de tantos outros foros globais. Muito se tem especulado sobre as mudanças da política externa neste início do governo Dilma Rousseff. As mudanças existem e existirão por duas razões. A pri-

meira, porque a presidenta dirigirá um país que hoje ocupa um lugar no mundo muito distinto daquele que ocupava em janeiro de 2003, com as vantagens e responsabilidades que isso pressupõe.

Mas haverá mudanças, porque toda política externa tem de conviver com uma certa imprevisibilidade. Quem poderia, em um passado relativamente recente, prever a queda do Muro de Berlim, o ataque às Torres Gêmeas, a crise de setembro de 2008 ou as turbulências que hoje sacodem o mundo árabe?

Mencionar esses elementos imprevisíveis não significa cair num relativismo, que faz da formulação política um campo de indefinições e perplexidades.

A sintonia da política externa com as transformações em curso no País, os mecanismos democráticos que devem presidir a elaboração de ambos os processos e, sobretudo, a obediência aos interesses da maioria, que a democracia permite aferir, são os melhores antídotos para que as incertezas não afastem o país dos objetivos que se traçou. ○

Perspectivas de Mudanças no Padrão Gerencial e Ético do Modelo Político-eleitoral

.....
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO

Breve retrospectiva da evolução do modelo político-eleitoral

A presente análise parte do pressuposto de que o modelo político-eleitoral brasileiro, fundado na construção de maiorias parlamentares de apoio ao presidente da República, mediante a aglutinação de partidos heterogêneos, não deverá sofrer alterações substantivas no futuro previsível. Cabe indagar, então, se tal modelo comportaria algum aperfeiçoamento no sentido de torná-lo mais eficiente do ponto de vista gerencial e mais confiável em termos éticos. Esta é a questão que procurarei enfrentar neste artigo.

A lógica do modelo é bem conhecida. Do ponto de vista dos governadores e dos parlamentares, trata-se de uma visão predominantemente extrativista de recursos federais. É também a forma de estados e municípios participarem da formulação de políticas regionais e setoriais.

Uma vez instalado em determinado órgão, o representante da coligação tratará de beneficiar o seu estado e reduto eleitoral, assim como atender aos objetivos eventualmente comuns aos partidos. Do ponto de vista do Executivo

federal, a barganha assegura quórum básico para a aprovação de projetos de lei, medidas provisórias e emendas constitucionais. Todavia, a manutenção do bloco de apoio ao Executivo é de administração complexa, a qual exige cuidados permanentes. Assim, não basta um acerto global no início da nova legislatura. Ao longo do tempo, diversos fatores influirão nas composições previamente negociadas. Podem ser questões relacionadas com o maior ou menor crescimento econômico, a inflação, as eleições municipais, emergências climáticas e assim por diante. Mas também é certo que o modo de operação do modelo estará exposto a denúncias de corrupção e, portanto, à necessidade de troca de alguns dos prepostos da coligação.

Neste momento inicial da nova legislatura, ainda não se percebem no horizonte político pressões internas nos partidos coligados no sentido de melhorar o padrão gerencial e ético de operação desse modelo. Ao contrário, o resultado das eleições parlamentares de 2010 aponta no sentido da consolidação do modelo de troca de votos por cargos e verbas.

Na legislatura anterior, e principalmente nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a necessidade de ampliar a base partidária de apoio ao governo se acentuou sobremaneira. Salvo situações especialmente escandalosas, a variável ética não parece ter constituído motivo de preocupação na gestão do modelo. Emblemático foi o exemplo dado

.....
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO, advogado, foi secretário executivo e coordenador do Programa Nacional de Desburocratização (1979-1985) e presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (1999-2004).

pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que entregou ao estado da Bahia, justamente onde o ministro foi candidato a governador, metade dos recursos extraordinários destinados a socorrer as áreas e populações atingidas pelos temporais de 2009/2010.

A expectativa de que a maior visibilidade das transgressões éticas dos últimos anos contribuisse para alguma elevação do padrão ético do processo eleitoral tampouco se confirmou. Iniciativas moralizadoras, como a Lei da Ficha Limpa (ainda sujeita ao teste de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal) e a atuação mais incisiva da Justiça Eleitoral não foram suficientes para modificar o perfil parlamentar. O discurso da moralidade pública não transcendeu o plano retórico. De outro lado, nada indica que o Congresso Nacional irá retomar a missão constitucional de fiscalizar o Executivo; ao contrário, continuará a reduzir a ação parlamentar à produção legislativa. Apenas no mês de fevereiro deste ano foram apresentadas cerca de oitocentas proposições de natureza legislativa.

Congresso e distanciamento dos eleitores

O que fica evidente neste início de legislatura é o imenso distanciamento da atividade político-partidária da motivação dos eleitores. Isto nada tem a ver com o velho refrão de que o brasileiro não sabe votar. Mais adequado é reconhecer que o eleitor brasileiro não tem condições objetivas de votar corretamente. Dos 513 deputados eleitos, apenas 35 (6,8%) se elegeram exclusivamente com os votos que lhes foram dados diretamente, ou seja, com o mínimo do quociente eleitoral aplicável. Todos os demais foram eleitos com as “sobras” eleitorais. Finda a eleição, não há como o eleitor, por mais atento que seja, acompanhar direta ou indiretamente o desempenho do parlamentar em quem votou. Isto ficou claro na composição das comissões permanentes da Câmara dos Deputados.

Vários outros expedientes procedimentais impedem o eleitor de acompanhar minimamente o desempenho dos candidatos eleitos. Entre esses expedientes, destacam-se o “voto de liderança” (que substitui o voto em plenário) e a decisão “terminativa” das comissões permanentes, também com dispensa da votação em plenário.

Portanto, quando se constrói um acordo para nomear alguém para um ministério ou órgão de primeiro nível, os que têm assento à mesa de negociações não estarão preocupados com a opinião dos eleitores. Estes, por seu turno, não terão informações suficientes para fazer qualquer juízo de valor sobre a substância do que vier a ser deliberado em matéria de cargos e distribuição de verbas.

Executivo e distribuição de cargos

Do ponto de vista do Executivo, ainda não se notam mudanças relevantes no *modus operandi* em torno da distribuição de cargos (a disputa por verbas ainda não se põe). Não obstante, parece inevitável que o governo da presidente Dilma Rousseff seja compelido a agir de forma mais prudente na escolha de quadros para o preenchimento de cargos de mais responsabilidade decisória.

A mídia e certos setores da sociedade continuarão a exercer pressão sobre o Congresso e o Executivo. A Controladoria Geral da União (CGU) desenvolveu nos últimos anos maior capacidade de fiscalização e o número de funcionários demitidos por conduta ilegal vem crescendo significativamente. Há, porém, uma limitação de natureza política, qual seja, a impossibilidade de a CGU atuar de forma independente no plano político posto que ela pertence à estrutura do próprio Executivo e o ministro titular é subordinado ao presidente da República.

O Tribunal de Contas da União (TCU) também teve a sua estrutura técnica bastante reforçada nos últimos anos e tem competência

institucional ampla em matéria de aplicação de recursos públicos. Além disso, atua preventivamente – ainda que com certa lentidão – sobre o sistema de compras públicas.

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal também atuam de maneira ostensiva na detecção de desvios de conduta que tipificam corrupção ou improbidade. Ocorre que a eficácia dessas iniciativas depende da agilidade do Judiciário. E, apesar dos esforços recentes de reforma, é ainda muito lento em matéria processual penal.

O fato político concreto e incontornável é que se fixou na opinião pública a convicção de que a atividade político-partidária é essencialmente corrupta. Em torno dessa constatação, alguns tentam fazer a distinção entre “percepção” de corrupção e corrupção “efetiva”, como se a primeira fosse um fenômeno menos grave que a segunda. Na realidade, a percepção é pior na medida em que pode se confundir com inação ou tolerância do Poder Público com desvios de conduta. Algo semelhante ocorreu na Grã-Bretanha em meados dos anos 1990, quando mais de 70% dos eleitores opinaram no sentido de que os membros do Parlamento eram desonestos. Daí resultou a criação, em 1994, do Committee on Standards in Public Life¹. Resta saber se algo com o mesmo impacto poderá vir a ocorrer no ambiente político e administrativo brasileiro.

.....

1. Dos trabalhos iniciais da Comissão resultou o *Relatório Nolan*, o qual sinalizou uma importante inflexão no trato da questão ética no Parlamento e no governo em geral. Ficou famosa a frase de um dos membros da Comissão no sentido de que, quando 70% da sociedade acham que os membros do Parlamento são desonestos, não adianta tentar convencer as pessoas de que elas estão enganadas. Algo de concreto terá de ser feito no plano político. Posteriormente, a Comissão ampliou o escopo de investigação e passou a produzir recomendações para vários níveis da administração pública e a produzir pesquisas periódicas de opinião junto ao público e aos servidores públicos.

Obsolescência do modelo de partilha de cargos como instrumento de manutenção da base de apoio parlamentar

Desde o retorno ao governo civil, em 1985, ficou estabelecido que as áreas governamentais ligadas à formulação e execução da política econômica ficariam excluídas da negociação de cargos. Essas áreas “técnicas” abrangem principalmente o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Secretaria do Tesouro e a Secretaria da Receita Federal.

A partir do governo Fernando Henrique, a preocupação foi primordialmente o controle da inflação e o reequilíbrio das contas públicas. Ou seja, o esforço de gestão desenvolvia-se, do ponto de vista prático, em duas frentes: aumentar a arrecadação, de um lado, e conter a despesa, do outro. Portanto, os órgãos críticos eram o Ministério da Fazenda, o Banco Central em matéria de câmbio e juros, e a Secretaria do Tesouro na contenção da despesa. À Receita Federal competia primordialmente a ampliação da arrecadação de tributos federais. O controle orçamentário dos órgãos setoriais era assegurado pelo contingenciamento de recursos. Essa estratégia foi, como se sabe, bem-sucedida para alcançar o reequilíbrio das contas públicas. A base parlamentar de apoio ao governo foi mantida, sem pôr em risco a complexa gestão da economia.

As dificuldades de manutenção da integridade desse modelo de gestão compartilhada começaram a surgir quando o governo Lula optou por uma política ativa de crescimento econômico e social. Apesar de o controle da política econômica continuar severa nos órgãos-chave – as “áreas de exclusão” – os órgãos setoriais se tornaram mais importantes como instrumentos de aplicação de recursos. No entanto, seus dirigentes continuaram a ser recrutados por critérios essencialmente político-partidários. Daí resultou a ampliação da

área de risco de desvios de conduta, sem que fossem tomadas providências para prevenir a ocorrência de corrupção.

Simultaneamente, a necessidade de acomodar uma base de apoio mais ampla, com novos partidos, levou o governo a triplicar em curto espaço de tempo o número de ministérios e secretarias. Ainda que vários desses órgãos não tenham orçamentos expressivos, sua simples existência implica a expansão de uma burocracia ociosa, que gera controles onerosos para a própria administração e não contribui para a agilidade do processo decisório administrativo. E nem constituem centros de excelência. Esta é a estrutura hoje cobiçada politicamente e que caberá ao novo governo administrar.

No entanto, as “áreas de exclusão” da partilha política não foram ampliadas para retratar essa nova geometria do Executivo. Resta saber que providências poderão ser tomadas para que se preserve a eficiência gerencial e ética da administração pública federal.

Agenda mínima (ou emergencial) de uma reforma voltada para a eficiência administrativa e a recomposição da base ética do governo

1. Como controlar os órgãos partilhados

A primeira providência é identificar os órgãos mais suscetíveis a desvios de conduta. Há na experiência internacional diversos modelos adotados com essa finalidade. A Comissão de Ética Pública da Presidência da República publicou, em 2002, um trabalho específico de classificação de órgãos e entidades mais vulneráveis à corrupção baseado em estudo realizado pelo professor Antonio Sergio Seco Ferreira². Em essência, o modelo consiste na combinação de diversos fatores, a partir de três vetores básicos: 1) o *poder de compra*, ou seja, o

.....

2. *Desvios Éticos: Risco Institucional*, Brasília, 2002.

volume de recursos administrados pelo órgão ou entidade; 2) o *poder de regulação*, ou seja, o poder desse órgão ou entidade de regular determinado mercado; 3) as *medidas compensatórias*, ou seja, a adoção de mecanismos que sejam capazes de detectar e corrigir desvios de conduta dentro da organização. O modelo foi aplicado a dez organizações, o que permitiu tabulá-las numa escala de zero a dez, sendo dez a nota de identificação do maior risco. Em primeiro lugar, com nota dez, figurou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), tendo em vista o seu grande poder de compra proveniente de substancial fonte de receita, o poder de regulação (monopólio postal) e a inexistência de medidas compensatórias. Vale ressaltar que esse estudo precedeu em mais de um ano o escândalo dos Correios.

A conclusão óbvia é que órgãos com esse grau de risco deveriam, idealmente, ser excluídos da partilha política ou então ser submetidos a um tratamento diferenciado em matéria de controle. No primeiro caso, trata-se de um *pacto de exclusão* negociado com a base aliada. No segundo, de *prevenção da corrupção*, uma proposta que certamente viria ao encontro de anseios sociais profundos e poderá ser um adicional ao capital político do governo³.

Aqui – insisto – estamos tratando especificamente de *prevenção* da corrupção, tendo em vista que a *repressão* segue o modelo reativo convencional, ou seja, a cada novo “escândalo” mobiliza-se o aparato policial e do Judiciário, e o Congresso trata de instalar uma CPI.

No documento “Combate à Corrupção: Compromisso com a Ética”, integrante do Programa de Governo do Presidente Lula, estão previstas diversas iniciativas, entre as quais: a) ação coordenada de diversos órgãos da administração pública no campo da ética; b) a transparência das decisões administrativas

.....

3. Segundo pesquisa CNT-Sensus, mais de 70% dos entrevistados acham que a corrupção no Brasil é um problema grave, mais grave do que em outros países.

e o controle pela sociedade; c) a modernização da gestão pública com vistas à boa governança; d) o aperfeiçoamento dos controles interno e externo, inclusive com a participação de entidades da sociedade civil; e) a educação para a cidadania democrática, de modo a inserir a ética de forma permanente na agenda dos servidores e dos cidadãos; f) o combate à promiscuidade nas relações entre os setores público e privado, de modo a prevenir conflitos de interesse; g) novo padrão de relacionamento do Executivo com o Legislativo. Portanto, sequer seria necessário conceber um novo programa para o atual governo.

Certamente, o regime de compras públicas deveria ser monitorado, nos órgãos e entidades mais suscetíveis à corrupção, a partir de *matrizes de risco* já elaboradas. Feita a identificação, esses órgãos e entidades passariam a ter tratamento diferenciado mais rigoroso mediante monitoramento em tempo real dos processos de licitação. As respectivas comissões de licitação seriam integradas por técnicos de outras áreas e, se possível, com a participação de representantes do TCU e do Ministério Público.

É inevitável que, quanto mais burocratizado for o processo de compras, maior será o risco de corrupção.

2. Desburocratização dos processos licitatórios

As licitações públicas devem ser simplificadas para delas expurgar o excesso de controles formais e que constituem um manancial de conflitos e impugnações. A atual legislação (Lei nº 8 666) foi concebida com vistas a um quadro inflacionário fora de controle e, portanto, imprevisível quanto a preços. Hoje, com moeda estável, são dispensáveis as mensurações físicas para fins de liberação de pagamentos – verdadeiros convites à corrupção.

Outra providência, já adotada em algumas esferas estaduais, é inverter a ordem da licitação. Com efeito, a fase de *pré-qualificação* de licitantes se transformou em verdadeiro tor-

mento para a administração pública. Nela os interessados são obrigados a comprovar estado de regularidade fiscal completa, quando tal exigência só faz sentido – se é que faz – em relação ao vencedor.

3. Instituição de pré-requisitos para a nomeação para cargos de confiança

Na Grã-Bretanha, que praticamente inventou o *civil service*, hoje funciona um serviço de seleção de candidatos a diferentes cargos nos chamados Non-Departmental Public Bodies ou “Quangos”. Não são exatamente *cargos de confiança* no sentido que nós aqui adotamos, mas se assemelham na medida em que não fazem parte integral do quadro de servidores públicos de carreira. A criação dessa figura resultou de uma recomendação feita em 1995 pelo já referido Committee on Standards in Public Life .

Uma das funções do *Commissioner* é fixar critérios e padrões para o processo de seleção de candidatos ao preenchimento de cargos públicos. Cabe-lhe estabelecer um Código de Práticas e fiscalizar o processo de seleção de modo a assegurar que as nomeações sigam o critério do mérito e se deem dentro de uma justa e aberta competição (*fair and open competition*).

Não vejo dificuldade para que se adote algo semelhante nas nomeações para cargos de confiança na administração federal. Imagino – e aqui vai uma sugestão – que a Comissão de Ética Pública da Presidência da República, dotada de completa independência decisória, possa fazer um exame prévio de adequação de candidatos a cargos de confiança, com base no currículo profissional do indicado. Aliás, esse exame já é feito em relação à situação patrimonial das autoridades submetidas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal. O governo de Minas Gerais faz algo semelhante por meio da certificação de pessoas interessadas em trabalhar

em cargos de livre nomeação, que se submetam a cursos de qualificação na universidade estadual.

4. Restabelecimento da autonomia efetiva de órgãos e entidades da administração indireta

Na realidade, todo o esforço desenvolvido com a definição do grau de autonomia gerencial e financeira de entidades da administração indireta (autarquias, autarquias especiais, agências executivas), desde a Constituição de 1988, é, no fundo, uma tentativa de voltar aos princípios norteadores constantes do Decreto-lei nº 200, de 1967. Se assim é, por que não voltarmos àqueles princípios e, corajosamente, *represtiná-los*. Refiro-me, em particular, aos seus artigos 4º e 5º, que definem as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas; ao artigo 6º, que estabelece os

cinco princípios fundamentais da administração federal: *planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle*; e às definições constantes dos artigos 7º a 14. Seria um bom começo.

Conclusão

Em síntese, o fato de que o modelo político-eleitoral funciona basicamente por meio da partilha de cargos não significa que se abandonem os princípios da eficiência, competência e probidade. Ao contrário, a explicitação de tais princípios é de fundamental importância para a manutenção da respeitabilidade da vida política e administrativa.

Houve algum progresso em várias frentes, principalmente na detecção de desvios de conduta e na repressão à corrupção. Porém, pouco se progrediu na prevenção da corrupção. ○

O Papel da Internet na Conquista dos Votos de Marina Silva

CAIO TÚLIO COSTA

A internet tem potencial para mudar radicalmente o fazer político. No Brasil, isso começou a ficar mais claro em 2010 e a atuação de Marina Silva na internet representou o maior diferencial na campanha presidencial. Ferramenta imprescindível na disseminação da causa do desenvolvimento sustentável, a internet teve papel estratégico na composição dos 19 636 359 votos no número 43, de Marina Silva, digitado nas urnas eletrônicas no primeiro turno.

No entanto, quem lê jornais impressos ou eletrônicos deve se recordar de manchetes que davam conta do “fracasso” da internet nas eleições de 2010¹, principalmente nas comparações

1. Ver balanço assinado por Miguel Caballero em *O Globo* publicado em 6.10.2010, sob o chapéu “Internet frustra expectativas” e o título: “Durante campanha, web fracassou na mobilização e na promoção de debates”: <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/10/06/durante-campanha-web-fracassou-na-mobilizacao-na-promocao-de-debates-922727283.asp> (acessado em 6.1.2011). Ver também, de Alec Duarte, na *Folha de S. Paulo*, publicado em 5.10.2010 sob o título “Na reta decisiva, internet parece ter produzido ruído eleitoral”: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po0510201015.htm> (acessado em 6.1.2011).

CAIO TÚLIO COSTA é jornalista, doutor em Ciências da Comunicação pela USP, professor de jornalismo e consultor em novas mídias. Foi o coordenador de Mídia Digital da campanha de Marina Silva à presidência em 2010 e é um dos sócios da MVL Comunicações, empresa responsável pela comunicação da candidatura.

realizadas com a campanha de Barack Obama, em 2008, nos Estados Unidos, quando a internet despontou como a principal plataforma de arrecadação de pequenas doações e o meio mais eficaz de interação entre o candidato e o eleitorado.

A comparação tem sentido – quando realizada corretamente. Quando se demonstram as condições, o cenário e a maneira como cada um usou os meios digitais. Evidentemente, o sucesso de Obama não se deveu exclusivamente à internet. Nem o desempenho de Marina Silva.

No Brasil, pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), revelada após as eleições, mostrou que a internet ultrapassou jornal, revista e rádio nas eleições de 2010 como fonte de informação do eleitor brasileiro. Ela apareceu em terceiro lugar, com 9,9% de preferência entre as principais fontes de informação dos eleitores entrevistados.

No primeiro lugar veio a televisão, com 56,6% da preferência. Em segundo, com 18,4% das preferências, a conversa com amigos e parentes. O que a pesquisa não apurou foi quanto a internet ajudou a influenciar as conversas entre amigos e parentes².

2. Ver reportagem de Nara Alves, no *Último Segundo* (iG) em 29.11.2010: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/tse+web+ultrapassa+jornal+revista+e+radio+nas+eleicoes+2010/n1237842410839.html> (acessado em 16.11.2011).

No caso de Marina Silva, pode-se dizer, com alguma margem de segurança, que sem a internet a candidata não teria alcançado quase vinte milhões de votos nem conquistado o terceiro lugar com o maior percentual (19,3%) dos votos desde a primeira eleição geral e livre depois da ditadura, em 1989³.

Somente Anthony Garotinho chegou perto, em 2002, com 17,8% dos votos em primeiro turno, com quase cinco milhões de votos a menos que Marina Silva. Mas Garotinho, radialista, quando se candidatou a presidente já havia sido, por duas vezes, prefeito de Campos dos Goytacazes, a segunda cidade do Rio de Janeiro, e governador do estado do Rio de Janeiro. Ou seja, era mais conhecido que Marina Silva.

Em relação à visibilidade nos meios de comunicação nacionais, Marina começa a aparecer timidamente em 1994, quando se elegeu senadora. Passou a ganhar destaque quando alçada ao Ministério do Meio Ambiente, em 2003. Garotinho ganhou visibilidade nacional em 1998, quando foi candidato vencedor do governo do Rio de Janeiro.

Operação na rede foi estratégica

Impossível aferir com exatidão quanto desses vinte milhões decorreu do trabalho da candidata na internet. Os números mostram que a sua mensagem pode ter chegado a mais de 12,5 milhões de internautas, de forma direta ou indireta, como se verá adiante. Por isso, pretende-se mostrar aqui o quão estratégico foi para o desempenho desta candidatura a operação

.....
3. Entre os terceiros colocados em primeiro turno, em 2006, Heloisa Helena conseguiu 6,8% dos votos; em 2002, Anthony Garotinho conquistou 15 180 097 votos e atingiu 17,8%; em 1998, Ciro Gomes chegou a 11%; em 1994, Enéas Carneiro apenas 2,1% e em 1989 Leonel Brizola conquistou 16,5%. Conforme *site* do TSE (<http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoesanteriores.htm>) e Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_elei%C3%A7%C3%B5es_presidenciais_no_Brasil#1989), acessados em 8.1.2011.

na rede – talvez o primeiro trabalho orgânico, completo e complexo na web em um processo eleitoral no Brasil.

Se Barack Obama montou para sua campanha um sofisticado sistema de arrecadação de doações baseado no manejo do contato virtual do candidato com o eleitor, inspirado nas plataformas tradicionais de administração da relação das empresas com o consumidor (empresarialmente conhecida como CRM, *customer relationship management*), uma campanha eleitoral como a de Marina Silva carecia de algo semelhante. Mesmo sabendo que a cultura de doações inexistia no Brasil, que o alcance de internet era a metade comparada aos EUA (por volta de 37,8% da população brasileira tem acesso à internet contra 77,3% de penetração nos EUA⁴) e que os recursos seriam escassos.

A boa notícia era que, naquele ano, as regras eleitorais se abrandariam em relação à internet e permitiriam aos candidatos uma atuação mais livre, principalmente nas redes sociais. Também garantiriam a possibilidade de arrecadação *online* ao menos por um curto período, a partir do início da campanha, no mês de julho.

Cada candidato teria três meses para tentar captar recursos via internet. A facilitação para que pessoas físicas pudessem doar facilmente qualquer quantia, ao alcance de um simples clique no seu computador, transformou-se em um dado que a democracia brasileira ainda vai valorizar devidamente. “Muitas pessoas contribuindo com pouco em lugar de poucas contribuindo com muito”, no dizer de Marina Silva durante a campanha.

Essa possibilidade, que nasceu com as eleições de 2010, poderá desestabilizar (para quem deseja mudar o fazer político baseado em favores e retribuições) o velho e fisiológico modelo de financiamento de campanha que tradicionalmente amarra os candidatos aos grandes doadores.

.....
4. Ambos os dados estão no *site* Internet World Stats, atualizado em junho de 2010 e acessado em 27.10.2010: <http://www.internetworldstats.com/top25.htm>

O plano de ação

Com os recursos advindos do caixa comedido do Partido Verde, a equipe de comunicação elaborou o plano de ação para propiciar à futura campanha uma comunicação integrada. Ou seja, unir numa mesma equipe a coordenação do relacionamento com a mídia clássica (relações com a imprensa, consultoria para formulação de posicionamentos, análise de desempenho, aperfeiçoamento de porta-vozes, subsídios para abordagem de temas locais, supervisão direta dos trabalhos de campo, preparação para debates, sabinas e entrevistas, agenda de relacionamento com *publishers* e colunistas de prestígio) com a coordenação da nova mídia (equipe que cuidaria da internet, do *site*, do *blog*, dos perfis da candidata nas redes sociais de maior audiência, do monitoramento da atividade na rede) e com o sistema de arrecadação *online*.

Para que tudo funcionasse organicamente era óbvio, quase natural, unir o comando da comunicação da nova mídia e da mídia clássica com as unidades distintas da campanha: o pessoal da agenda, da mobilização, do programa de governo, do jurídico, de pesquisa eleitoral, do programa de televisão e do financeiro sob o comando de João Paulo Capobianco (coordenador da campanha), de Guilherme Leal, o candidato a vice, e da própria Marina Silva.

Durante a fase mais crucial da campanha (de julho até o dia da votação), os responsáveis por estas áreas se reuniram diariamente todas as manhãs, a partir das 7h30, para analisar a conjuntura, examinar como iam as campanhas, discutir a propaganda na internet, no rádio e na televisão, eger o *sound bite* (a abordagem do assunto principal do dia e como abordá-lo) e tomar decisões.

Na internet, abriram-se doze frentes de atuação distintas: 1) o *site* oficial, 2) o *blog*, 3) o Twitter, 4) a comunidade no Orkut, 5) a página (*fan page*) no Facebook, 6) os vídeos no YouTube, 7) as fotos no Flickr, 8) o *social game*, 9) o

trabalho de SEO (*search engine optimization*), 10) o trabalho batizado de SRM (*social relationship management* em oposição ao CRM, *customer relationship management*), 11) a arrecadação via internet e 12), o monitoramento de tudo o que se falasse sobre a candidata na internet, repositório de dados para o que viria a ser o cérebro da condução da campanha.

Um *social game*, um jogo *online*, intitulado Um Mundo, encabeçado pela palavra de ordem “construa um mundo melhor”, também foi desenvolvido para lidar de forma lúdica com os internautas, em especial com os internautas mirins, expondo as prioridades sociais da plataforma de governo da candidata.

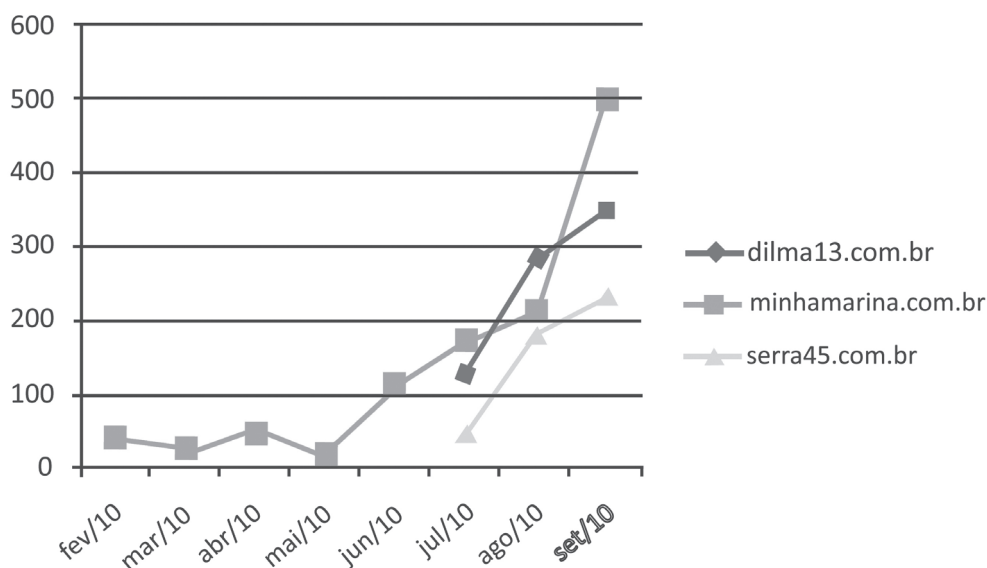
Havia uma questão. Marina Silva tinha pouca familiaridade com a rede. Navegava para realizar consultas tópicas e usava *e-mail*. Só. Foi preparado então o seu “batismo digital” na forma de uma visita à Campus Party, o maior encontro de interneteiros realizado anualmente no País, em São Paulo.

No dia 26 de janeiro Marina foi ao evento e falou com internautas, teve contato com parte da vanguarda da rede, expôs-se enquanto iniciante naquele mundo. Ela estava na condição de pré-candidata.

Ali ela fez sua primeira alusão à candidatura de Obama: “Se nos Estados Unidos Obama pôde vencer, acho que nós também podemos fazer isso. Sim, nós podemos”.

Uma semana depois, no dia 2 de fevereiro, ela estrearia seu *blog* e seu perfil no Twitter – ambos pessoais porque a legislação impedia sua manifestação como candidata até ser proclamada enquanto tal por convenção partidária.

Foi esta operação conjunta – Campus Party, *blog* e Twitter – que começou a dar-lhe consistência na internet. (Um ano depois, foi recebida com naturalidade ao retornar à Campus Party, em 18 de janeiro de 2011. Aplaudida quando Al Gore se referiu a ela como “minha amiga”, foi ouvida com atenção ao afirmar que a rede foi fundamental para a obtenção dos quase vinte milhões de votos. Também foi aplaudida ao



Fonte: NetView (Trends) de setembro/2010

confessar aos campuseiros que voltava ali para o “crisma” digital⁵.)

De volta à campanha de 2010: o pré-candidato José Serra (PSDB) vinha trabalhando havia quase um ano o seu perfil no Twitter, lançado em maio de 2009. Dilma Rousseff, do PT, que acabou eleita, estrearia o seu perfil apenas no começo de abril de 2010. Para a futura candidata do Partido Verde, o fato de ter aliado a estreia do perfil no Twitter ao *blog* pessoal facilitou o trabalho duradouro e constantemente aperfeiçoado de sua persona na rede, que era, no fundo, a mesma da vida real.

Quando se olha, por exemplo, a evolução do desempenho dos três candidatos principais na *web*, a constância fica por conta do *blog* (e depois do *site*) de Marina Silva, conforme atesta a medição do NetView, uma ferramenta independente, ligada ao Ibope, que mede a audiência na internet tanto nos domicílios quanto nos locais de trabalho.

5. Conforme “Campus Party 2011: Marina Silva defende internet pública gratuita” publicado no iG em 18.1.2011: <http://tecnologia.ig.com.br/noticia/2011/01/18/campus+party+2011+marina+silva+defende+internet+gratuita+10349811.html> (acessado em 21.1.2011).

Como se vê no gráfico (acima) Marina Silva aparece com audiência firme desde fevereiro de 2010, enquanto José Serra e Dilma Rousseff conseguem unificar os vários endereços nos quais podiam ser vistos apenas em julho de 2010.

O gráfico registra ainda a formidável escalada de Marina Silva no mês de setembro. Ela já vinha à frente de José Serra na internet, mas foi em setembro que ultrapassou a audiência da candidata Dilma Rousseff, então com 51% nas pesquisas eleitorais (o que teoricamente deveria lhe garantir a eleição em primeiro turno) contra 11% de intenção de voto em Marina Silva em meados de setembro⁶.

O que permitiu esse desempenho? A curiosidade em torno de Marina Silva e de sua causa? O fato de ela falar de assuntos importantes para o público jovem como sugeria a intuição política? Qual o tamanho real desse público? Ele poderia fazer a diferença na hora de votar? Como atingi-lo de forma positiva?

Grosso modo, trabalhando com dados que representam quase 93% dos usuários ativos em setembro de 2010, conforme o NetView, a rede brasileira se dividia assim: 21% da audiência era

6. Pesquisa Datafolha de 15.9.2010.

composta de crianças e jovens até 17 anos; 13% da audiência tinha de 18 a 24 anos; 27% da audiência tinha de 25 a 34 anos e podia ser considerada com formação universitária; o maior percentual, 33%, era formado pelo pessoal de 35 a 54 anos, e apenas 7% dos internautas tinham de 55 anos para cima. As mulheres formavam 45% da audiência; os homens, 55%. Na rede, ao contrário do Censo do País, os homens são majoritários.

Era mandatório criar diferencial para este público. Despertar e integrar a maioria do contingente em uma preocupação comum. Integrar as pessoas sensíveis às causas em jogo: não apenas a da sustentabilidade, mas também a de um jeito novo de fazer e de entender política – contrário aos padrões fisiológicos dominantes na política brasileira. O desafio proposto sugeria que a abordagem na internet não deveria se restringir à resolução de uma equação etária, que levasse em conta apenas a idade ou geolocalização do público.

Havia um grande obstáculo. As pessoas não sabiam, ou sabiam pouco, quem era Marina Silva. Passava de 70% o grau de desconhecimento da então pré-candidata entre o eleitorado. Despacho da Agência Estado, disseminado em fevereiro, ia ao ponto nevrálgico: “Segundo a mais recente pesquisa Ibope, divulgada na semana passada, Marina Silva é a pré-candidata menos conhecida entre os eleitores: 31% deles disseram nunca ter ouvido falar da senadora. Outros 40% apenas ouviram falar”⁷.

O problema: como tornar a então senadora Marina Silva mais bem conhecida pela população com míseros 83 segundos de propaganda eleitoral na tv e no rádio? Este era o tempo total que ela teria diariamente para fazer cam-

.....

7. Ver “Marina Silva intensifica aparições na tv para se apresentar ao eleitorado”, publicado no *R7* em 26.2.2010: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/marina-silva-intensifica-aparicoes-para-se-apresentar-ao-eleitorado-20100226.html> (acessado em 8.1.2011).

panha. Dilma Rousseff teria extensos 12 minutos, José Serra, nove minutos, também uma “eternidade” na tv. O fato de a candidata recusar coligações cujo objetivo seria apenas engordar o tempo de campanha na televisão e no rádio – hábito arraigado na política tradicional, o de criar ajuntamento de partidos para ganhar mais tempo de exposição na tv, cultivado inclusive pelo Partido Verde – também compunha a diferenciação política da campanha de Marina Silva.

Desafio da equipe de internet

O desafio da equipe de internet era compensar o pouco tempo na tv com muito tempo na rede, conquistar a maioria dos eleitores via internet, mesmo que o total deles (incluindo as crianças, que não votavam, mas podiam ficar conhecendo Marina Silva e falar dela para seus pais e parentes) significasse bem menos pessoas do que o total de votantes do País.

Quase 136 milhões de brasileiros estavam registrados para votar em 2010. Até então, a rede arrebanhava de 65 milhões, a menor conta, a 81,3 milhões de internautas, a mais otimista das projeções⁸.

Outra questão delicada era a referente à arrecadação. Desde o início se intuía que não havia candidata melhor para angariar doações via internet quanto Marina Silva. Tinha causa, tinha carisma apesar do partido pequeno, podia conquistar uma militância engajada que ajudaria na captação.

.....

8. 65 milhões de internautas era a quantidade total de internautas brasileiros aceita em 2010 pelo mercado a partir de pesquisas do Datafolha e do Ibope/NetView. Conforme a Internet World Stats, em junho de 2010, este número estaria por volta de 72 milhões. Pesquisa realizada pela F/Nazca e divulgada em novembro de 2010 apontou os 81,3 milhões. Conforme <http://www.fnazca.com.br/index.php/2010/11/29/brasil-tem-813-milhoes-de-internautas-em-acao/> (acessado em 12.1.2011).

Desde 2007, por exemplo, seu nome arregimentava seguidores consubstanciados no Movimento Marina Silva, o que ajudou ainda mais o trabalho. Este movimento chegou à campanha com quase trinta mil integrantes inscritos em seu *site*. E ainda alimentava pretensões de ir além da internet, de extrapolar para o mundo físico, o que acabou se consubstanciando nas Casas de Marina espalhadas pelo País, ideia nascida no Movimento.

Como dar visibilidade total à candidata na internet? Como facilitar o acesso ao seu pensamento político e à sua equipe? Foi a partir desta confluência de necessidades e desafios que se esboçou a estratégia na internet, cujos eixos seriam dois: primeiro, o *site* oficial como uma espécie de *hub*, centro de toda a comunicação; e segundo, a mobilização das redes sociais para a arregimentação de simpatizantes, voluntários e consequente captação de recursos.

O *site* oficial

Em razão do pouco tempo de campanha, não havia espaço para experimentação no *site* oficial. Ele só podia estreiar no dia 6 de julho, por conta da legislação. Tinha de ser o *site* mais completo do ponto de vista do conteúdo. Além de tudo, não podia ser pesado, não podia demorar a “carregar”, surgir devagar na tela do computador – o contrário da lição dada pelo Google que tem a página principal mais leve entre todos os grandes *sites* e portais do mundo.

E assim foi feito. Página leve, arquitetada para facilitar a navegação intuitiva, sem pen-duricalhos, programada para servir rápido cada conteúdo demandado. Completa. Foco nas notícias da campanha, nas ferramentas de interação e na arrecadação. Mais: o *site* deveria facilitar a comunicação com quem desejasse colaborar com sugestões para a elaboração das diretrizes do programa de governo.

Além de uma área especialmente desenhada para captar sugestões, o *site* protagonizou a Sala de Marina, um programa de webtv dedi-

cado às discussões de especialistas, em maior profundidade, das diretrizes necessárias para formar um programa de governo. Durava uma hora e era transmitido via *web* ao vivo às quintas-feiras. Ficava à disposição para ser baixado *on demand*, assim que o internauta desejasse assisti-lo.

O uso intensivo de vídeos também compôs a estratégia do *site*. Gravações da candidata, programas especiais para a televisão, debates, vídeos didáticos – um deles se valia de uma pizza para explicar porque votar em Marina Silva no primeiro turno não seria desperdiçar o voto.

A campanha também usou um equipamento, um servidor, de tecnologia israelense, acondicionado numa mochila, alimentado por placas de quatro redes distintas de telefonia celular. O aparelho somava os sinais das redes de celular e otimizava-os para realizar emissões com maior capacidade de banda e de cobertura. Bastidores e eventos da campanha foram transmitidos ao vivo usando esta tecnologia, inédita em campanhas políticas no Brasil.

Comparação realizada na segunda quinzena de setembro, quando o *site* de José Serra já havia passado por três grandes reformulações (uma delas instigada pelo “guru” indiano-americano Ravi Singh, que chegou a tirar o *site* de Serra da rede durante dois dias a fim de criar rumores e aumentar a curiosidade em torno do candidato – sem sucesso⁹), mostrou que dos 66 conteúdos visíveis nos *sites* dos três principais candidatos, o *site* de Marina Silva somava 51 conteúdos distintos, enquanto o de Dilma Rousseff somava 31 conteúdos, e o de José Serra apenas 22. A tabela a seguir dá conta da comparação detalhada dos conteúdos de cada *site*.

9. Ver, por exemplo, o texto “Acaba contrato de Ravi Singh com o PSDB e guru deixa o Brasil”, publicado no *Último Segundo* (iG) em 17.9.2010: <http://columistas.ig.com.br/poderonline/2010/09/17/acaba-contrato-de-ravi-singh-com-o-psdb-e-guru-deixa-o-brasil/> (acessado em 14.1.2011).

COMPARAÇÃO DOS SITES MINHAMARINA, SERRA45 E DILMA13 EM 21.9.2010

Área	Conteúdo	Marina	Serra	Dilma
Home (principais conteúdos)	Manchete	✓	✓	
	Foto do candidato <i>above the fold</i>	✓	✓	✓
	Foto “quente” (mais recente) <i>above the fold</i>	✓	✓	✓
	Chamadas com título e foto randômicas	✓	✓	✓
	Link para biografia	✓	✓	✓
	Link para blog	✓		
	Caixa para cadastramento de simpatizantes/voluntários	✓	✓	✓
	Caixa para log-in de cadastrados	✓		
	Caixa de e-mail para receber newsletter		✓	✓
	Link para vídeos	✓	✓	✓
	Link para fotos	✓	✓	✓
	Link para o candidato responde	✓		
	Link para reprodução de notícia da mídia	✓	✓	
	Link para notícias produzidas pela campanha	✓	✓	✓
	Link para discursos em texto	✓		
	Link para artigos do candidato	✓		
	Link de áudios do candidato			✓
	Link para biografia do vice	✓	✓	✓
	Canal de contato com o candidato	✓		✓
	Link de ajuda	✓		
Caixa de busca no site	✓		✓	
Mapa do site	✓			
Redes sociais	Link para Twitter	✓	✓	✓
	Contador de seguidores no Twitter	✓		
	Reprodução de post de Twitter	✓		✓
	Botão para compartilhar site no Twitter		✓	
	Link para Facebook	✓	✓	✓
	Botão para “curtir” no Facebook	✓	✓	
	Reprodução de post, foto ou notícia no Facebook	✓	✓	
	Botão para compartilhar site no Facebook		✓	
	Contador de quem curtiu página no Facebook	✓	✓	
	Link para Flickr	✓		✓
Link para Youtube	✓		✓	
Social game	✓			
Arrecadação online	Banner ou botão para doação com destaque	✓		✓
	Totalização de doação			
	Sistema de arrecadação em dois cliques	✓		
	Aceita Mastercard	✓		✓
	Aceita Visa	✓		✓
	Aceita Amex e Diners			
Aceita Visa Electron Bradesco	✓		✓	
Aceita boleto				

	Aceita depósito identificado			
	Meta de arrecadação diária	✓		
Campanha	Link para projeto de governo	✓		✓
	Agenda	✓		✓
	Link para último programa eleitoral (tv)	✓		✓
	Link para razões de voto	✓		
	Link para kit de campanha	✓		✓
	Download de ringtones	✓		
	Contador regressivo de dias para eleição		✓	
	Link de criação de comitês domiciliares	✓		
	Vídeo do vice falando para cada estado			
	Link para sistema de mobilização	✓		✓
	Caixa de declaração de voto com nome e localização do eleitor			
	Caixa com meta de cadastro por estado			
	Material de campanha para download		✓	
	Vídeo e dicas de como votar			✓
	Depoimento de eleitores/famosos em vídeo	✓		✓
Link para programa eleitoral mais recente			✓	
Conteúdos internos	Cadastro de simpatizantes	✓	✓	✓
	Cadastro com assuntos de interesse	✓		
	Página de cadastro (logado) com novos cadastrados	✓		
	Sistema de pontuação	✓		
	Sistema <i>member get member</i>	✓		
	Lista de amigos	✓		
Totais	66	51	22	31

Mobilização via redes sociais

Ao comparar a audiência das principais redes sociais, via-se que o Orkut era o campeão com 71% de penetração entre os usuários ativos na internet brasileira em setembro, conforme o Netview. O Facebook tinha 35% de penetração e o Twitter, 23%.

Examinando melhor essa audiência, percebia-se que o Orkut tinha uma grande quantidade de integrantes da chamada classe c – emergente – muito maior que qualquer outra rede social.

O Facebook exibia uma audiência geral mais universitária, agregava um contingente grande de pessoas desapontadas com a política tradicional e reproduzia a exata divisão na internet entre homens (55%) e mulheres (45%).

Ao examinar o perfil demográfico da *fan page* de Marina Silva no Facebook, no entanto, se via que os interessados nela eram na maioria mulheres, 54% contra 46% de homens.

O Twitter concentrava uma grande parte da “vanguarda” da rede. Eram celebridades, artistas, jornalistas, tecnólogos que haviam abraçado o *miniblog* logo no início. Todos carregavam muitos seguidores.

Não dava para realizar um trabalho no estilo “vamos falar com todos nas redes”. Seria desperdício de tempo. Era preciso focar. E o foco veio quase naturalmente. Marina Silva sempre apostou muito na comunidade evangélica, da qual faz parte. Definiu-se então que o Orkut seria usado para levar a mensagem da candidata aos evangélicos.

Arregaçaram-se as mangas, pesquisaram-se quais eram as comunidades evangélicas mais importantes no Orkut e criou-se a comunidade oficial de Marina Silva.

No Facebook, decidiu-se que os alvos seriam dois: o público feminino, sensível à história de vida de Marina Silva; e o público mais intelectualizado, exatamente aquele que se desiludira com a política, principalmente com a história do PT. Era a “classe média iluminista”, no dizer do deputado verde Alfredo Sirkis, coordenador da pré-campanha.

No Twitter, buscou-se falar principalmente com os formadores de opinião, para que espaliassem a mensagem de Marina Silva aos seus seguidores. Cada formador de opinião conquistado poderia multiplicar a mensagem da candidatura pela quantidade de seus seguidores.

Nas contas da equipe, quando as comunidades de Marina Silva ficaram mais encorpadas tanto no Orkut quanto no Facebook, as possibilidades de multiplicação eram matematicamente muito robustas. A continha é simples.

A principal comunidade de Marina Silva no Orkut registrou 58 859 integrantes até setembro. Se multiplicarmos por 231, que é a quantidade média de amigos que os brasileiros têm no Orkut, isso dá 13,6 milhões de pessoas.

Se multiplicarmos 56 mil integrantes da comunidade oficial de Marina Silva no Facebook por 160, que é o número médio de amigos que os brasileiros têm no Facebook, isso dá quase 7,3 milhões de pessoas.

Para tornar a conta mais apurada, o passo seguinte é suprimir as duplicidades – a quantidade de pessoas que participa ao mesmo tempo tanto do Orkut quanto do Facebook. Conforme o NetView, 72% do total de internautas de ambas as audiências, em setembro de 2010, não eram duplicados. As chances teóricas, portanto, indicavam a possibilidade de levar a mensagem, direta ou indiretamente, a 14,9 milhões de pessoas. Nesta conta, não foram levadas em consideração as comunidades não oficiais.

E ainda havia o Twitter. Além dos 245 mil seguidores diretos conseguidos por Marina Silva até o fim de setembro, existiam 4 364 pessoas que baixaram em suas máquinas o aplicativo “Apoio Marina Silva”, doado à campanha por um programador. Este instrumento automatizava, para quem concordasse, a possibilidade de todos os seguidores daquele internauta acompanharem as mensagens de Marina Silva no Twitter.

Os 4,3 mil usuários do aplicativo somavam mais 628 033 seguidores orgânicos ao perfil de Marina Silva. Ela foi seguida diretamente, no pico da campanha, por 873 033 pessoas no Twitter, sem contar os outros seguidores indiretos, os seguidores dos seguidores que acompanhavam Marina Silva, mas que não usavam o aplicativo de replicação.

Quando se acrescenta o Twitter à comparação de audiência não duplicada com Orkut e Facebook, cai para 58% a não duplicidade. Sempre levando em conta que se trata de projeção, de um total teórico, mas atingível de alcance, chega-se à possibilidade de o trabalho nas redes sociais com a mensagem da candidatura ter tido o potencial de atingir direta ou indiretamente cerca de 12,5 milhões de internautas diferentes.

Em todo caso, a herança que esta campanha deixou se traduz na forma de um banco de dados que soma exatos 1 008 723 endereços distintos e diretamente alcançáveis de pessoas dispostas a repercutir de alguma forma a mensagem de Marina Silva, a qualquer momento, seja via *e-mail* ou por meio de endereço de alguma das redes sociais.

Tudo isso sem falar de outros aplicativos igualmente usados. No Orkut, por exemplo, utilizou-se o aplicativo “Eu voto Marina Silva”, instalado por 51 091 usuários. Na última semana, 82% das pessoas que baixaram o aplicativo estavam usando-o e, com isso, multiplicando-o exponencialmente. Um *link* de compartilhamento também foi criado para viralização da campanha no Orkut. Num único

dia, 30 de setembro, o *link* foi clicado 1 478 vezes. Cada clique compartilhava a mensagem de declaração de voto com os amigos e a média naquele grupo estava em torno de 475 amigos por usuário¹⁰.

É evidente que a equipe de comunicação da campanha – onze pessoas na equipe digital, três pessoas na equipe de *videoweb* e onze pessoas na equipe da mídia clássica – não se comunicou diretamente com essa enorme quantidade de pessoas, nem tinha braços para tanto. O objetivo dessa equipe era ser o núcleo do processo de viralização. Ser o ponto focal de multiplicação da mensagem na rede, nas residências, nos escritórios, nas escolas, nas rodas de amigos e nas mesas de bar pelos internautas que estavam ligados diretamente à campanha, seja visitando o *site*, conversando com amigos nas redes sociais, passando pelo *site* do Movimento Marina Silva, enviando sugestões para o programa de governo, ou simplesmente tirando alguma dúvida por intermédio do *e-mail*.

As indagações dos internautas quer viessem diretamente na rede social ou via *e-mail* deviam ser todas respondidas. Havia a determinação expressa: não deixar ninguém sem resposta. A base de dados com declarações da candidata em entrevistas e os aportes advindos do pessoal que elaborava o programa de governo serviam para balizar cada interação. As respostas eram tecidas de forma que o destinatário pudesse ele próprio se tornar um propagador da causa e se transformar num esclarecedor de dúvidas junto à sua comunidade *online* ou mesmo física.

Detalhe relevante: ninguém receberia resposta automática. As perguntas deveriam ser respondidas mesmo que não houvesse dado objetivo em relação à questão ou afirmação. Mesmo as mensagens agressivas deveriam ser respondidas, com educação.

O principal objetivo do trabalho em rede era transformar cada internauta que interagisse

10. Relatório interno da campanha produzido pela UseBrainz.

de alguma forma com a campanha num multiplicador. Neste sentido, foi de fundamental importância a decisão de usar a rede unicamente com fins propositivos, sem atacar e sem criticar qualquer adversário político. A “demonização” dos adversários não fez parte da política de Marina Silva na rede nem na mídia tradicional.

Uma pesquisa sobre a “saudabilidade” da marca Marina Silva na internet, publicada pelo semanário *Meio & Mensagem*, principal órgão do mercado publicitário e da indústria de comunicação, mostrou que a estratégia de alguma forma dera certo. No final de setembro, a “marca” Marina Silva carregava 84% de citações positivas na rede contra 59% de José Serra e 45% de Dilma Rousseff. Doze semanas antes, quando este acompanhamento começou, o índice de Marina Silva era de 80%, o de Serra 50% e o de Dilma 69%. Marina Silva continuou num crescendo, Serra melhorou um pouco e Dilma perdeu terreno¹¹.

Monitoramento

Apesar da ambiguidade do termo “monitorar”, que remete tanto a conhecimento de uma realidade quanto a controle, bisbilhotice, não se trabalha profissionalmente na *web* sem monitoramento. É mandatório saber o que acontece com o seu nome, seu produto, sua marca, sua empresa, sua candidatura. Conhecer o que as pessoas estão dizendo e como estão se referindo a você é o primeiro passo para qualquer empreendimento na rede.

Existem dezenas de ferramentas de monitoramento. A maioria informa *a posteriori*. Conta o que aconteceu no passado recente com a palavra ou expressão que você escolheu para acompanhar.

O desafio é encontrar ferramentas e braços que ajudem durante o percurso de cada dia. Foi o que foi feito na campanha de Marina Silva.

11. Ver gráfico “Evolução da saúde das marcas dos presidentes” em *Meio & Mensagem* de 23.9.2010.

Qualquer mal-estar, qualquer informação equivocada, qualquer dado duvidoso era imediatamente captado no seu nascedouro pela equipe de monitoramento. Dois profissionais exclusivos na tarefa – mais todos os profissionais envolvidos na comunicação e que passeavam pela internet ou interagem com os internautas nas redes sociais – analisavam o que acontecia na rede com a candidatura Marina Silva e as candidaturas adversárias.

Ferramentas de apoio seguiam monitorando *blogs*, notícias de publicações *online*, comentários no Twitter, comunidades nas redes sociais e vídeos no YouTube. Elas eram a base e o suporte para os relatórios. Mas o que valia mesmo era o acompanhamento a quente. Mesmo assim, coisas podiam dar errado.

Um exemplo de mal-entendido aconteceu em junho. Marina Silva nunca terceirizou sua voz na internet. Seus comentários eram sempre os seus e os comentários da equipe apostos no Twitter deveriam ser registrados como “da equipe Marina Silva”.

Em 18 de junho, uma sexta-feira, Marina lamentou a notícia triste do dia: “Morre José Saramago. O mundo perde um grande escritor e os países de língua portuguesa, o nosso primeiro Prêmio Nobel”. Em seguida, a equipe, erroneamente, reproduziu comentário de uma seguidora como se fosse reproduzido pela própria Marina Silva: “Como podemos lamentar a morte de uma pessoa que blasfemou contra Deus a vida toda?”.

Bafafá armado. Como Marina Silva podia “concordar” e reproduzir tamanho desacato? A equipe de monitoramento captou a reação de imediato e o *blog* de Marina Silva informou o erro: a reprodução do comentário não era de autoria de Marina Silva. Na realidade, a equipe “retuitou” quando desejava “replicar”, responder ao comentário. Lição: mesmo monitorando em tempo real, não se consegue reverter de imediato equívoco divulgado em um lugar de audiência relevante, como eram o Twitter e o *blog* de Marina Silva.

No entanto, a maioria das desinformações – em especial sobre as questões ligadas a aborto, casamento *gay* ou religião – foi debelada de forma a não se disseminar negativamente na rede. Isto é possível quando a desinformação é capturada a tempo de permitir uma conversa imediata com a fonte do equívoco e o diálogo com ela for capaz de desfazer o equívoco – quando existe equívoco.

O tuitaço

Um pouco menos de duas semanas antes de 20 de julho, na pequena Ibitinga, no interior de São Paulo, o jovem Pedro Pongelupe, 24 anos, formado em administração, lançou na comunidade oficial de Marina Silva no Orkut o desafio de realizar uma entrada maciça de todos no Twitter e brandir a palavra de ordem “#euvotomarina”. E que as pessoas explicassem as razões por que votariam na candidata. Ele espalhou a ideia.

Começava ali um dos melhores exemplos do sucesso da estratégia de aproveitamento total da colaboração dos simpatizantes, na forma do primeiro tuitaço realizado na campanha. Panelaço todo mundo sabe o que é. Tuitaço era um neologismo, seria a “versão cibernética” do panelaço¹². Surgiu na rede, no Orkut, de forma espontânea, imediatamente captado pela equipe de monitoramento e em seguida abraçado pelo comando da campanha.

Uma vez captado, o tuitaço foi incorporado às notícias no *site* e espargido por todas as outras comunidades e combinado que todos iriam se dedicar a espalhar a palavra de ordem no Twitter no dia 20, com picos às 12 horas e às 18 horas. A própria Marina Silva usou seu perfil no Twitter para “retuitá-la”, reproduzir a conclamação para seus seguidores.

.....
12. Conforme publicado em *O Globo* em 20.7.2010: <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/07/20/em-dia-de-twitaco-marina-chega-100-mil-seguidores-917194149.asp> (acessado em 16.1.2011).

O comando da campanha escolheu então uma *lan house* no centro de São Paulo, na rua Augusta, aonde Marina Silva iria pessoalmente participar do tuitaço. Ou seja, uniu-se uma iniciativa digital com uma iniciativa presencial. A candidata estava lá, às 12 horas, em carne e osso, como centro da ação. “Muito obrigada por suas militâncias no mundo virtual estarem fazendo a diferença na política no mundo real”, tuitou Marina Silva.

Nesse dia, 20 de julho, a candidata alcançou a marca de cem mil seguidores no Twitter.

A iniciativa se reproduziu outras vezes, durante debates eleitorais em veículos de internet e de televisão, e teve outro momento de grande repercussão logo depois de Marina Silva ultrapassar Dilma Rousseff na quantidade de seguidores no *microblog*. Marina Silva foi a Guarulhos, perto de São Paulo, em 30 de setembro, na reta final da campanha, para estrelar outro tuitaço, o primeiro a incorporar câmera de vídeo, a Twitcam.

Arrecadação na internet

Ainda na fase da pré-campanha, Marina Silva estava no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, e foi abordada por um garoto que lhe colocou R\$ 25 na mão. Ele disse que o dinheiro era para sua campanha. Marina explicou que não poderia aceitar a contribuição porque a campanha ainda não era oficial. Mas prometeu que ele seria o primeiro doador quando a campanha começasse.

Na segunda-feira, 9 de agosto de 2010, Marina Silva lançou oficialmente o sistema de arrecadação *online*. Ele operava em caráter de teste desde a sexta-feira. O menino Ari, cujo nome é Aristodemo Pinotti (neto de José Aristodemo Pinotti, médico, que foi político e reitor da Unicamp), então com 11 anos, na companhia de seu pai, André Pinotti, foi o primeiro doador oficial. O pai entrou na rede na presença dos jornalistas que acompanhavam a operação e doou os R\$ 25 por meio de seu cartão de crédito.

Estreava naquele instante a doação *online* para um candidato a presidente – Marina Silva foi pioneira.

A plataforma de arrecadação, que também cadastrava simpatizantes, voluntários e doadores, foi construída a toque de caixa durante três meses. O objetivo era atender à demanda da arrecadação e criar um banco de dados para a candidata. Pronta para funcionar desde julho, quando estavam autorizadas doações diretas às campanhas, sofreu uma série de problemas burocráticos, todos ligados aos meios de pagamentos, em especial aos cartões de crédito, que impediram a estreia no momento programado. A arrecadação só entrou em operação um mês depois, em agosto, quando as principais empresas de cartão de crédito se sentiram suficientemente seguras com o seu funcionamento. Atuou durante 58 dias apenas.

Os resultados, apesar de financeiramente tímidos, podem ser considerados extraordinários. O sistema funcionou bem e mostrou que se pode criar o hábito da captação de recursos entre pessoas físicas. De quebra, a democracia brasileira agora tem alternativa ao sistema tradicional de financiamento de candidaturas.

Na campanha de Marina Silva, a uma média de R\$ 55 por doação, foram arrecadados R\$ 170 527,75. No total, 2 899 doadores únicos realizaram 3 095 doações.

Uma projeção linear, evidentemente sujeita a erro como qualquer projeção, mostra que, se Marina Silva tivesse tido o mesmo tempo que Obama teve para arrecadar, ela teria atingido R\$ 1,9 milhão em pequenas doações, uma soma considerável numa campanha que custou R\$ 24,1 milhões.

O detalhe é que Marina Silva arrecadou mais na internet do que Dilma Rousseff, que não divulgou o resultado final de sua arrecadação *online*. Informações aparecidas alguns dias antes do primeiro turno davam conta de uma arrecadação em torno de R\$ 150 mil. José Serra preferiu não abrir o seu sistema de arrecadação na rede.

Quando se compara a maneira como se podia doar para Marina Silva com a maneira de como se podia doar para Dilma Rousseff entendem-se de imediato as razões pelas quais o sistema de Marina Silva funcionou tão bem. Com apenas dois cliques um internauta conseguia doar qualquer quantia a partir de R\$ 5 para a campanha verde. No *site* de Dilma, eram necessários sete cliques para finalizar a doação. O sistema era mais complicado, mais demorado.

Navegabilidade e “usabilidade” são termos que se usam na internet para definir (e construir) *sites* de fácil navegação e facilidade para realizar operações – como a de comprar alguma coisa ou, no caso, doar para uma causa. O *site* de Marina Silva foi projetado e finalizado com essa preocupação, com essa obsessão.

O sistema de SRM (*social relationship management*) conseguiu cadastrar, entre simpatizantes, voluntários e doadores – capazes de ajudar na disseminação da mensagem da candidatura – 20 831 pessoas no pouco tempo que teve de funcionamento em sua plena capacidade: os mesmos 58 dias da arrecadação.

Comparação com Obama

A comparação com a campanha de Barack Obama pode e deve ser feita, mas de forma abrangente. É de extrema utilidade, por exemplo, analisar o índice de busca dos nomes de ambos na internet.

Examine os dois gráficos abaixo, disponíveis gratuitamente pela ferramenta Google Trends, que quantifica o interesse dos internautas por determinada palavra ou expressão no mecanismo de busca.

O primeiro gráfico mede a quantidade de vezes que o nome Barack Obama e de seu principal concorrente, John McCain, foram demandados na caixa de busca do Google no ano de 2008. A curiosidade em torno de Obama começa a crescer em meados de setembro, cai um pouco e dispara para cima a duas semanas da

eleição presidencial americana, ocorrida em 4 de novembro.

No segundo gráfico, que opõe o interesse por Marina Silva ao de seus concorrentes, vê-se que a curiosidade por ela começa a crescer no início de agosto, sobe bastante a duas semanas da eleição e dispara para cima quatro dias antes do primeiro turno, em 2 de outubro. O interesse por Dilma Rousseff e por José Serra também sobe, mas pouco. Se o pico de Marina equivale a 100, o interesse por Dilma Rousseff é algo em torno de 45 e o por José Serra, 35.

Como Obama e McCain, Marina Silva vinha exibindo interesse semelhante aos dos outros dois candidatos na rede até subir exponencialmente na última semana. Mesmo assim, no Brasil, as pesquisas de opinião não deram a Marina Silva, em nenhum momento, nem antes nem no ápice, em 29 de setembro¹³, mais do que 14% das intenções de votos.

Nas urnas, vale repetir, ela alcançou quase 20% dos votos.

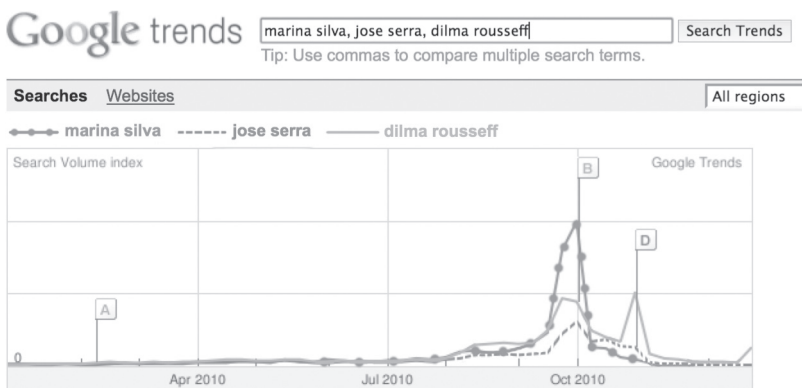
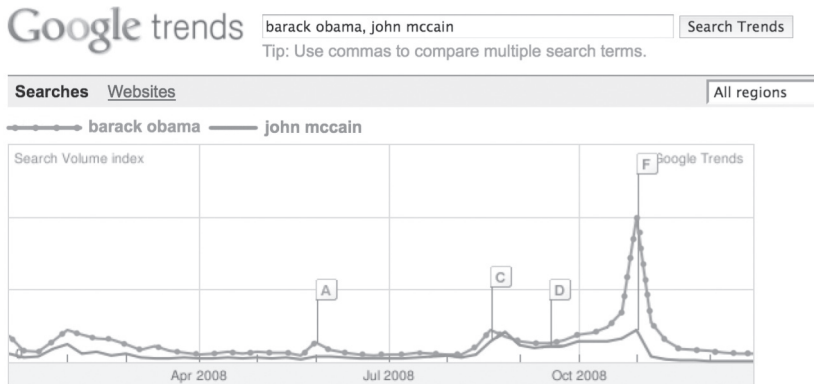
Além disso, existem mais doze comparações possíveis entre a campanha de Obama e a de Marina Silva:

1ª. Obama era um candidato desconhecido. Marina Silva idem.

2ª. Obama se candidatou pelo Partido Democrata, muitíssimo conhecido. Ganhou esse nome em 1828, reveza-se no poder com o Partido Republicano há mais de 200 anos, desde quando se chamava Partido Democrata-Republicano. Marina Silva se candidatou pelo Partido Verde, pouco conhecido, fundado no Brasil em 1986.

3ª. Obama trabalhou com uma máquina partidária azeitada. O mecanismo das primárias, na qual o candidato tem de vencer internamente no partido, e o faz visitando praticamente todos os estados americanos, lhe confere um diferencial grande em relação à facilidade de se tornar próximo do eleitorado. Marina Silva não tinha

.....
13. Ver pesquisa Datafolha de 29/09/2010 publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* e divulgada pela Rede Globo de Televisão.



máquina partidária azeitada por conta do pequeno tamanho do Partido Verde.

4ª. Obama teve uma campanha rica, arrecadou quase us\$ 800 milhões. Marina Silva teve uma campanha pobre, arrecadou R\$ 24,1 milhões, ou seja, o equivalente a us\$ 15,4 milhões, total 98% menor do que Obama.

5ª. Nos Estados Unidos, a população está familiarizada com doações políticas e as realiza normalmente. No Brasil, não existe esse costume entre a maioria das pessoas físicas.

6ª. A equipe de Obama tinha experiência em campanhas políticas. Eram poucas as pessoas diretamente ligadas à campanha de Marina Silva que tinham experiência em campanhas eleitorais.

7ª. Obama teve muito tempo para anunciar na televisão – nos Estados Unidos pode-se comprar horário na televisão para fazer campanha, assim como se pode investir também em publicidade na internet. Obama, por exemplo, investiu us\$ 312 milhões (41% do total dos gastos na campanha) em anúncios para a televisão, a maioria disso nos últimos dias da campanha, além de ter dispensado us\$ 26 milhões (4% dos gastos) em publicidade na internet – mais do que custou a campanha inteira de Marina Silva. Os candidatos, como Marina Silva, estavam impedidos por lei de comprar publicidade na internet. E Marina Silva tinha apenas 1 minuto e 23 segundos nos programas eleitorais de rádio e tv.

8ª. O sistema de CRM usado por Obama, adaptação de uma plataforma de relacionamento com o consumidor para uma plataforma de relacionamento com o eleitor e de doações eleitorais, já vinha sendo experimentado fazia tempo pelo próprio Partido Democrata e havia sido testado e usado com sucesso para arrecadar doações para organizações filantrópicas e organizações não governamentais. O sistema usado por Marina Silva, que foi batizado aqui no Brasil de SRM (*social relationship management*, administração das relações sociais), foi concebido, planejado e desenvolvido em apenas três meses e nunca havia sido testado anteriormente.

9ª. Obama teve ao todo 632 dias de campanha, faltaram só 92 dias para completar dois anos. Contando a pré-campanha, Marina Silva teve 242 dias em campanha. Obama teve 632 dias para fazer arrecadação *online*. Como se viu antes, Marina Silva teve exatos 58 dias para arrecadar na internet.

10ª. Obama fez um uso intensivo, quase abusivo, do *e-mail marketing*. Todo o ferramental de mobilização e arrecadação estava baseado no uso de endereços de *e-mail* adquiridos pela campanha e realimentados pelo sistema que facilitava voluntários e simpatizantes indicarem mais pessoas para engordar o banco de dados. No Brasil, Marina Silva e os outros candidatos estavam impedidos por lei de comprar listas de nomes e endereços.

11ª. Obama fez uso intensivo do envio de SMS, torpedos, para os eleitores, via sistema de telefonia móvel. Marina Silva e os outros candidatos estavam praticamente impedidos de usar o SMS no Brasil por conta do custo abusivo cobrado pelas empresas de telecomunicações.

12ª. Obama trabalhou as redes sociais para se relacionar com eleitores, simpatizantes e voluntários, mas utilizou-as de forma tímida quando comparado com Marina Silva, que fez um uso intensivo das redes sociais. Ou seja, Obama usou intensamente o *e-mail marketing*. Marina Silva usou intensamente as redes sociais.

Votação × audiência na rede

Embora se corra o risco de realizar uma análise no estilo da tentativa de explicar quem veio primeiro, o ovo ou a galinha, é muito importante comparar a audiência do *site* de Marina Silva na internet com a votação dela nos municípios.

O contato com as ideias e com a própria Marina Silva na internet não se deu somente via *site* oficial, que registrou, do momento em que era apenas um *blog* pessoal até o dia da eleição, cerca de 1,5 milhão de visitantes (8% dos votantes).

O contato dos eleitores com Marina Silva veio também via Twitter (873 mil seguidores orgânicos) e via redes sociais que tinham a possibilidade teórica de alcançar 12,5 milhões de pessoas (63% dos votantes) quando descontadas as duplicidades, ou seja, aqueles que entravam no *site*, no Twitter e em algumas das redes sociais ao mesmo tempo.

Havia ainda outras maneiras de esbarrar com a mensagem de Marina Silva via internet, como os vídeos do YouTube, as fotos no Flickr e os *e-mails* trocados entre os próprios internautas e entre os internautas e a campanha.

Por isso, mensurar a audiência do *site* oficial é mensurar apenas uma pequena parte das diversas formas de contato com Marina Silva nos meios digitais.

Mesmo assim, quando se olha o mapa de votos por município brasileiro, é impressionante verificar como a audiência do *site* “casa” com o mapa de votação.

Marina Silva teve 28% dos votos em dez grandes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Manaus, Recife, Curitiba e Belém¹⁴. No mapa de audiência do *site* oferecido pela ferramenta Google Analytics, oito das cidades de maior

14. Conforme resultados divulgados pelo TSE: http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2010/Est_resultados/votacao_no_municipio.html (acessado em 16.1.2011).

audiência estão entre as dez mais votadas – com exceção de Campinas e Porto Alegre, que substituem Manaus e Belém. Entretanto, Campinas e Porto Alegre estão entre as vinte onde houve mais votação para Marina Silva.

Marina Silva teve quase 60% dos votos em cem cidades. Praticamente todas fazem parte das cem cidades com maior audiência na internet. Algumas delas não aparecem no mapa da audiência exatamente porque o acesso na cidade é feito via rede de comunicação da cidade maior vizinha, por conta do sistema de telecomunicações do País. Idem para as 300 cidades onde Marina Silva obteve maior votação, que formam 75% dos votos, e é o limite do relatório do Google Analytics, que alcança pouco mais de 300 cidades.

Ao se sobrepor às imagens do mapa de votação por município a imagem da audiência na *web* – conseguida via Google Analytics – vê-se que a conjunção é praticamente total, conforme as imagens que se seguem¹⁵.

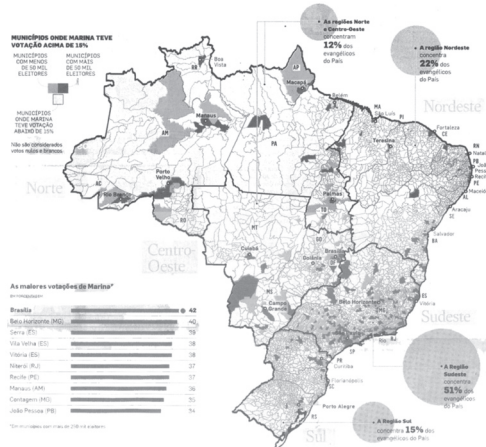
Seis razões

Enfim, existem no mínimo seis boas razões para acreditar na importância da internet na votação de Marina Silva. Todas foram expostas aqui e se resumem, de certa forma, ao que se segue.

1) A concentração das informações e links no *site* oficial de Marina Silva (ou no *blog* antes do mesmo endereço virar o *site* oficial), em comparação com a multiplicidade de endereços na *web* usados pelos outros dois candidatos até começar a campanha oficial, é um diferencial que facilitou às pessoas o encontro das mensagens e do perfil da candidata.

15. O primeiro mapa, publicado por *O Estado de S. Paulo* em 7.10.2010 na p. A14, mostra o mapa votação de Marina Silva por municípios. O segundo mapa mostra as 300 cidades onde o *site* oficial de Marina teve maior audiência. A terceira imagem é a sobreposição da audiência à votação.

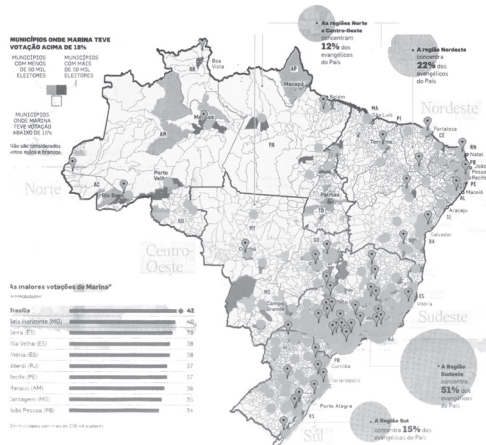
VOTAÇÃO POR MUNICÍPIO



AUDIÊNCIA DO SITE



SOBREPOSIÇÃO DOS MAPAS



2) Apesar de lançar seu perfil no Twitter, em 2 de fevereiro de 2010, antes de Dilma Rousseff, Marina Silva se viu superada por Dilma logo depois que seu perfil surgiu na rede, em 10 de abril. Mas Marina Silva suplantou Dilma Rousseff em 23 de setembro quando atingiu 233 305 seguidores contra 233 019 de Dilma Rousseff. Já no dia do primeiro turno da eleição, Marina Silva ostentava 256 869 seguidores e Dilma Rousseff, 240 912. Marina Silva acabou exibindo uma excelente capacidade de arrematar seguidores na rede.

3) Idem para a capacidade de Marina Silva arrecadar mais doações de pessoas físicas do que Dilma Rousseff, via internet.

4) O crescimento exponencial de buscas pelo nome de Marina Silva (mais do que o dobro das buscas por Dilma Rousseff e três vezes mais do que aquelas por José Serra) no último mês, em especial na última semana, como Obama, demonstra que as pessoas foram procurá-la em massa no seu então habitat mais natural, a internet. Procu-

raram e acharam facilmente, fruto de um trabalho de otimização de seu nome para ser facilmente encontrado nos mecanismos de busca.

5) A multiplicação da mensagem de Marina Silva via redes sociais mostrou que as comunidades em rede foram devidamente alimentadas e realimentaram-se mutuamente. A equipe digital da campanha cuidou não apenas da disseminação da palavra da candidata, mas da facilitação para que os internautas em rede pudessem se relacionar com clareza com o seu projeto. No final da campanha, o seu banco de dados contava com mais de um milhão de endereços diferentes, todas as pessoas dispostas a dialogar e a colaborar de alguma forma com ela.

6) A correspondência entre o mapa da votação eleitoral de Marina Silva por município e a audiência do *site* é total.

Enfim, é impossível resistir a uma frase final carregada de desejos impossíveis apenas por enquanto: se a eleição fosse via internet, Marina Silva teria vencido no primeiro turno. ○

O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo

.....
LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Quando visito outros países, ou leio a imprensa estrangeira, só ouço elogios ao Brasil. Um país do BRIC, o “melhor do BRIC”, segundo dirigentes de empresas multinacionais. Posso, portanto, compreender a admiração e a surpresa que a política externa do Brasil causa no exterior. Já a admiração em relação ao seu desempenho econômico é para mim difícil de compreender. Desde os anos 1980, alguns países asiáticos vêm crescendo a taxas muito maiores do que o Brasil.

A “promoção” do Brasil a BRIC não mudou esse quadro – apenas levou muitos a pensar que mudou. Ainda que a taxa de crescimento do País tenha aumentado nos últimos anos, passando, em média, de 2% para 4% ao ano, continua muito menor do que a da China ou a da Índia. Em 2010, o crescimento do PIB foi mais elevado, 7,5%, mas esse resultado compensa a recessão de 2009, e não é sustentável, já que está sendo alcançado ao mesmo tempo em que o déficit em conta-corrente do País aumenta de forma perigosa. Nem a China nem a Índia padecem desse mal; crescem com superávit em conta-corrente.

.....
LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA é professor titular do Departamento de Análise e Planejamento Econômico da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, onde entrou por concurso em abril de 1959. É presidente do Centro de Economia Política, de cuja publicação trimestral, *Revista de Economia Política*, é editor desde 1981.

Isto não significa que não tenham ocorrido avanços na política econômica. O grande aumento do salário-mínimo e a extensão do programa Bolsa Família a um número muito maior de brasileiros contribuíram para a expansão do mercado interno. No momento da crise financeira global de 2008, o BNDES e os demais bancos do governo central agiram de forma contracíclica, aumentando fortemente seus empréstimos às empresas. Uma política industrial foi definida. Grandes grupos empresariais brasileiros passaram a ter apoio do governo.

Graças à pressão do Ministério da Fazenda, o Banco Central diminuiu um pouco a taxa de juros real. Entretanto, em nome do combate a uma inflação dominada desde 1994, continuou a adotar uma política ortodoxa, própria do Consenso de Washington, baseada em taxa de juros ainda alta e taxa de câmbio sobreapreciada, ou, em outras palavras, baseada em déficit público e em déficit em conta-corrente – duas políticas perversas que levaram o Brasil a perder o mercado externo e vêm freando o investimento e o crescimento da economia brasileira.

A taxa de crescimento do Brasil continua, portanto, inferior e mais instável do que a dos países asiáticos. Isto se deve à política monetária ortodoxa do Banco Central – uma política baseada na irresponsabilidade fiscal e na irresponsabilidade cambial (déficits desnecessários em conta-corrente), que interessa aos competidores ricos do Norte, mas não interessa ao Brasil. Se o País seguisse outra política econômica, se ado-

tasse de forma decidida os princípios do novo desenvolvimentismo, ao invés de ficar dividido entre este e o Consenso de Washington, poderia aumentar sua taxa de investimento e estar crescendo a uma taxa pelo menos duas vezes maior do que a lograda desde que, em 1994, a alta inflação inercial foi controlada, ou um terço maior do que a taxa média dos anos 2000.

Por que faço essa afirmação de forma tão segura? Estaria eu repetindo o keynesianismo vulgar e propondo que o governo incorra em déficits públicos mais elevados para manter sustentada a demanda agregada? Pelo contrário, baseado na *macroeconomia estruturalista do desenvolvimento* que venho desenvolvendo, nos últimos dez anos, em colaboração com um competente grupo de economistas keynesianos e estruturalistas, estou propondo uma estratégia nacional de desenvolvimento, que denomino *novo desenvolvimentismo*, que é substancialmente mais austera e responsável e leva a uma taxa de crescimento substancialmente maior do que aquela proporcionada pela ortodoxia convencional.

Estas ideias estão sendo desenvolvidas por vários economistas em diversos países e foram por mim sistematizadas num livro, *Globalização e Competição* (Rio de Janeiro, Campus-Elsevier, 2010) e num artigo com Paulo Gala (“Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento”, *Revista de Economia Política*, 30 (4): 663-686, outubro de 2010).

Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento

A macroeconomia estruturalista do desenvolvimento afirma que, embora o desenvolvimento econômico dependa também de fatores do lado da oferta (educação, progresso técnico e científico, investimentos na infraestrutura, boas instituições), seu ponto de estrangulamento está no lado da *demand*a. O desenvolvimento econômico depende de uma taxa de investimento elevada, que depende da

existência de oportunidades de investimentos lucrativos para as empresas, que, por sua vez, dependem da existência de demanda interna e demanda externa. Entretanto, essas duas demandas tendem a ser insuficientes nos países em desenvolvimento devido a duas *tendências estruturais*: a tendência dos salários crescerem menos do que a produtividade (que deprime a demanda interna) e a tendência à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio, que coloca toda a demanda externa fora do alcance das empresas nacionais, mesmo que elas sejam eficientes ou competentes.

A primeira tendência decorre da oferta ilimitada de mão de obra existente nos países em desenvolvimento. A grande vantagem desses países, em relação aos países ricos, está em sua mão de obra barata, mas, como ela é abundante, tende a ser mal remunerada, o que cria um problema de insuficiência de mercado interno. Conforme Celso Furtado sempre salientou, a política de desenvolvimento deve estar sempre preocupada em enfrentar esse problema, não apenas por uma questão de justiça social, mas também porque um desenvolvimento sadio e sustentado não se coaduna com o aumento da desigualdade em países nos quais essa desigualdade já é muito grande.

A segunda tendência – a tendência à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio – é nova na literatura econômica. É uma *crítica* tanto a teoria neoclássica ou ortodoxa, que afirma que a taxa de câmbio flutua suavemente em torno da taxa que equilibra intertemporalmente a conta-corrente do país, quanto à teoria keynesiana, que afirma que ela flutua de forma volátil em torno desse mesmo equilíbrio. Ao invés, o que afirma a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento é que, nos países em desenvolvimento, a taxa de câmbio não é controlada pelo mercado, mas pelas crises de balanço de pagamentos. O ciclo começa com uma crise de balanço de pagamentos, ou seja, com a súbita suspensão da rolagem da dívida externa do país em moeda estrangeira pelos credores externos

e, em consequência, a forte desvalorização da moeda local. Em seguida, depois do inevitável ajuste que o país é obrigado a fazer, a taxa de câmbio volta a se apreciar gradualmente, puxada pela doença holandesa e, depois de algum tempo, por déficits em conta-corrente causados pela política de crescimento com poupança externa e pela tentativa de segurar a inflação com o câmbio. A dívida externa volta a aumentar e, afinal, de repente, os credores externos perdem a confiança, suspendem a rolagem da dívida externa. Acontece nova crise de balanço de pagamentos ou novo *sudden stop*, que leva a moeda nacional a se desvalorizar violentamente.

Há quatro causas fundamentais para essa tendência: 1) a doença holandesa, que atinge quase todos os países em desenvolvimento; 2) o “fetiche da poupança externa” – a crença de que os países devem incorrer em déficit em conta-corrente financiado e financiá-lo por entradas de capitais para crescer; 3) a estratégia perversa de procurar reduzir a inflação à custa da apreciação da moeda nacional; e 4) o “populismo cambial”, ou seja, a estratégia política de apreciar o câmbio para aumentar os salários reais e lograr reeleição.

No quadro da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, o modelo da doença holandesa explica por que a taxa de câmbio de mercado tende para o equilíbrio corrente, que já é um equilíbrio sobreapreciado, já que não viabiliza indústrias que utilizam tecnologia no estado da arte mundial; o modelo da taxa de substituição da poupança interna pela externa mostra quão equivocado é o fetiche da poupança externa; as duas últimas causas da tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio não exigem explicação adicional àquela presente em sua enunciação.

Doença holandesa

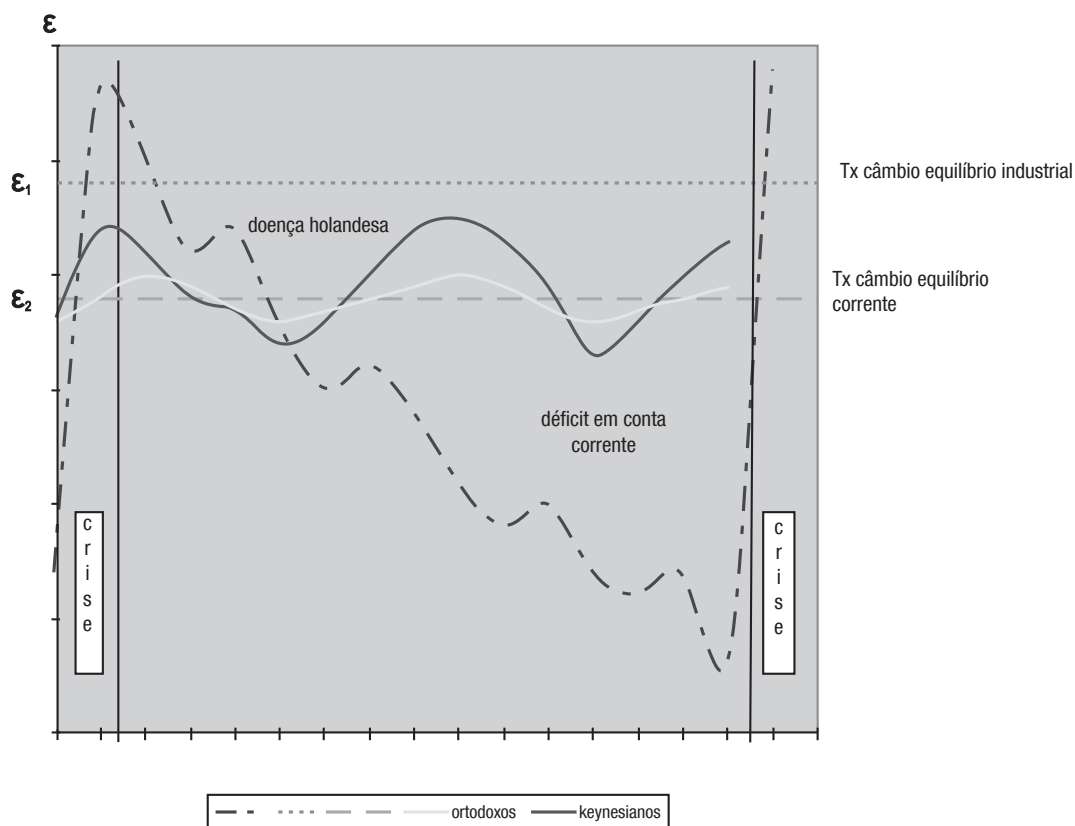
A *doença holandesa* caracteriza-se pela existência de duas taxas de câmbio de equilíbrio, podendo ser definida como uma

sobreapreciação permanente da taxa de câmbio causada pelas rendas ricardianas (*Ricardian rents*) derivadas de recursos naturais abundantes ou de mão de obra barata, esta última quando acompanhada por elevada diferença entre os salários dos engenheiros de fábrica e os trabalhadores.

A produção e a exportação de *commodities* que dão origem à doença holandesa são economicamente viáveis a uma taxa de câmbio substancialmente mais apreciada do que aquela necessária para que os outros setores da economia, produtores de bens comercializáveis internacionalmente, que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, sejam igualmente viáveis. A essa taxa, que é determinada pelo mercado, a conta-corrente do país se mantém equilibrada; denomino-a taxa de câmbio de “equilíbrio corrente”. A segunda taxa de equilíbrio, mais depreciada que a primeira – a taxa de câmbio necessária para que sejam competitivas as empresas que utilizam tecnologia avançada – é a taxa de câmbio de “equilíbrio industrial”.

A diferença entre essas duas taxas indica a gravidade da doença holandesa. Em um país produtor de petróleo essa diferença é geralmente muito grande. Se, por exemplo, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente nesse país for de duas moedas do país por dólar e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial for de dez moedas do país por dólar, esse país terá uma doença muito mais grave do que outro país, neste caso produtor de soja, cuja taxa de câmbio de equilíbrio corrente for igualmente de duas moedas do país por dólar, mas sua taxa de câmbio de equilíbrio industrial for de três moedas por dólar. No primeiro país, a gravidade da doença holandesa (que pode ser definida como a diferença entre as duas taxas dividida pela taxa de equilíbrio industrial) será de 80%, enquanto que no segundo país será de 33%.

No primeiro país, investimentos em outras indústrias de bens comercializáveis serão completamente inviáveis se o país não neutralizar a doença holandesa; no segundo caso, algumas



indústrias mais eficientes e com alguma proteção tarifária poderão sobreviver no mercado interno, mas não poderão exportar. O primeiro caso é típico de países como a Venezuela e a Arábia Saudita; o segundo, de países como o Brasil, desde que fez sua abertura comercial e financeira (1990-1991) e deixou de administrar sua taxa de câmbio.

Para compreender o ciclo de sobreapreciação e crise a que estão sujeitos os países em desenvolvimento que seguem os preceitos da ortodoxia convencional, sugiro que examinem o gráfico que apresento neste artigo. Nele temos as duas taxas de equilíbrio e a tendência cíclica à sobreapreciação da taxa de câmbio, na linha interrompida escura. Temos ainda as duas alternativas a essa tendência que, na verdade, não se aplicam às economias em desenvolvimento: na linha branca, a flutuação suave e bem-comportada suposta pela teoria ortodoxa; na linha preta, a flutuação volátil suposta

pelos keynesianos. Como vemos no gráfico, o ciclo começa com uma crise de balanço de pagamentos e uma violenta depreciação, que leva a taxa de câmbio acima (mais depreciada) do equilíbrio industrial. Em seguida, a doença holandesa “puxa” a taxa de câmbio para o equilíbrio corrente – o nível com o qual essa grave falha de mercado é compatível.

Para entender por que a taxa de câmbio continua a se apreciar, entra na área de déficit em conta-corrente e termina por levar o país à crise de balanço de pagamentos, é preciso considerar a crítica da política de crescimento com poupança externa, ou seja, com déficits em conta-corrente. Esta política proposta pelos países ricos aos países em desenvolvimento, e aceita por estes, afirma que: 1) os países em desenvolvimento devem incorrer em déficits em conta-corrente e financiá-los com entradas de capitais “para aumentar a poupança total”, e 2) que podem e devem aumentar juros para atrair

capitais, apreciar a taxa de câmbio e, assim, atingir uma meta de inflação.

As duas estratégias implicam atração de capitais externos. A primeira é o incentivo à busca de financiamento externo e a deliberada incursão em déficits em conta-corrente (que, na literatura econômica, são chamados de forma eufemística de “poupança externa”) para, assim, aumentar a taxa de poupança do país e sua taxa de investimento sobre o PIB; a segunda, uma clássica distorção do regime de metas de inflação.

Entretanto, conforme demonstra o modelo que desenvolvi de substituição da poupança interna pela externa, as entradas de capitais não causam, principalmente, o aumento da poupança total e do investimento, e, sim, o aumento do consumo e a diminuição da poupança interna, ocorrendo, assim, uma elevada taxa de substituição da poupança interna pela externa. Os déficits em conta-corrente almejados pela política econômica exigem entradas de capitais para financiá-los e apreciam a moeda local. Em consequência, de um lado, os salários aumentam artificialmente, o consumo também aumenta artificialmente (dada a existência de uma elevada propensão marginal a consumir), a poupança interna cai e a poupança externa limita-se a substituir a interna. De outro lado, em termos mais keynesianos, a apreciação da moeda nacional, depois de um rápido período de estímulo ao investimento, devido ao barateamento dos equipamentos importados, cai porque desaparecem as oportunidades de investimentos voltados para a exportação e porque bens importados passam a inundar o mercado interno. O resultado, tanto de acordo com o primeiro quanto com o segundo raciocínio, é pouco ou nenhum aumento da taxa de investimento e de poupança total do país; ao invés, aumentam o consumo e a dívida externa.

Só em momentos excepcionais, quando o país já está crescendo aceleradamente e a propensão marginal a consumir se torna pequena, uma política de crescimento com poupança ex-

terna é benéfica. Na maioria das vezes, mesmo que se trate de investimento em capital físico, beneficia principalmente o investidor externo que recebe altos juros ou tem acesso sem reciprocidade ao mercado interno do país.

Isto não significa que todo investimento de empresas multinacionais seja prejudicial ao país. Quando as entradas de capitais que o acompanham não vêm para financiar déficit em conta-corrente e apreciar o câmbio, mas para trazer tecnologia, não há nada a objetar. Este é o caso da China, que há muitos anos apresenta superávit em conta-corrente, mas admite a entrada de capitais estrangeiros desde que tragam tecnologia. A China não precisa dos capitais, porque cresce com *despoupança* externa; a entrada de capitais não preenche rombo externo, mas apenas aumenta as reservas internacionais do país.

A rejeição ao financiamento externo também não significa que um sistema financeiro nacional bem desenvolvido deixe de ser considerado fundamental para o desenvolvimento. Seu papel é financiar o investimento e, assim, viabilizar o aumento da poupança. Mas o financiamento é externo, concedido pelo sistema financeiro nacional – que faz empréstimos às empresas que estão investindo na moeda do país, e, dessa forma, não aprecia a taxa de câmbio, como acontece quando o empréstimo externo é feito em divisa forte.

Taxa de câmbio competitiva

Como fica o argumento neoclássico e neoliberal segundo o qual os países em desenvolvimento precisam de capitais externos para aumentar sua taxa de investimento? No caso de países de renda média como o Brasil, essa “falta” não existe. O que falta são oportunidades de investimentos lucrativos. Quando a taxa de câmbio se torna competitiva (no equilíbrio industrial), essas oportunidades passam a existir, e, havendo crédito (coisa que existe no Brasil graças ao BNDES, ao mercado de ações

e, crescentemente, graças aos grandes bancos brasileiros), os empresários inovadores o obtêm, investem e, em consequência, keynesianamente, a taxa de poupança cresce.

Em síntese, uma taxa de câmbio equilibrada ou competitiva é essencial para o desenvolvimento econômico porque ela coloca ao alcance das empresas nacionais, que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, toda a demanda externa mundial. Dada a vantagem de ter uma mão de obra barata, os países em desenvolvimento que mantiverem sua taxa de câmbio estável e no equilíbrio industrial, que é o verdadeiro câmbio de equilíbrio do país, crescerão de forma acelerada, realizando o *catching up*. Mas, para isso, precisam adotar a política de crescimento com poupança interna e neutralizar a doença holandesa.

Novo desenvolvimentismo

No quadro da globalização, os países competem entre si. Por isso, precisam de uma estratégia nacional de desenvolvimento – o novo desenvolvimentismo – cujo papel fundamental é neutralizar as duas tendências estruturais que acabei de discutir. No Brasil, esta neutralização ocorreu nos últimos cinco anos em relação à tendência dos salários crescerem menos do que a produtividade. Não houve, porém, neutralização da tendência à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio. Por quê? Essencialmente, porque a ortodoxia convencional, embora hoje muito abalada, continua hegemônica do ponto de vista ideológico: a sociedade civil brasileira não acredita mais piamente nessa ortodoxia como acreditava nos anos 1990, mas não se sente ainda segura em relação às novas ideias, especificamente em relação ao novo desenvolvimentismo.

Na verdade, o novo desenvolvimentismo é mais seguro e responsável do que a ortodoxia convencional. A ortodoxia convencional propõe déficits em conta-corrente (poupança externa) e, apesar de toda a sua retórica austera, que leva

o economista convencional a resolver todos os problemas com a diminuição do gasto público, está também baseada na manutenção do déficit público, quando o correto é zerar esse déficit quando o país tem doença holandesa. Ao invés disso, a ortodoxia convencional propõe taxa de juros real alta “para combater a inflação”. Como, porém, o grande devedor é o Estado, a ortodoxia convencional sabe que esses juros impactarão o déficit público, de forma que, coerentemente, e para manter o grau de endividamento estável (afinal ela não pode pôr em risco a dívida pública, que é a galinha dos ovos de ouro para os rentistas), ela propõe superávit primário inferior ao total de juros pagos pelo Estado, o que significa déficit público.

No Brasil, enquanto o total de juros pagos pelo Estado tem girado em torno de 7%, o superávit primário ficou em 4%, de forma que continua a haver um déficit público de 3% do PIB. Embora o economista convencional não goste de confessá-lo, ele está advogando a favor de dois déficits – o déficit em conta-corrente e o déficit público. Atende, assim, ao modelo ou teoria dos déficits gêmeos: quando temos um déficit, tendemos a ter o outro. Mas inverte a relação usualmente suposta nesse modelo: não é o déficit público, desejado pelo político populista, que causa o déficit em conta-corrente, mas é o déficit em conta-corrente, desejado pelo economista ortodoxo, que causa ou requer o déficit público.

Para um país que tem doença holandesa, esse tipo de política ortodoxa representa irresponsabilidade cambial e pouca seriedade fiscal. Um país que tem doença holandesa pode e deve ter superávit em conta-corrente. Se o país consegue neutralizar sua doença holandesa, isto significa que deslocou sua taxa de câmbio do equilíbrio corrente para o equilíbrio industrial e, portanto, que passou a ter superávit em conta-corrente. A lógica do modelo é claríssima a respeito.

Além disso, esse país que neutraliza sua doença holandesa pode ter superávit fiscal,

e deve, pelo menos, praticar déficit público zero. Para entender isto, sem recorrer ao raciocínio inverso dos déficits gêmeos, é preciso compreender como se neutraliza a doença holandesa. Isto se faz, essencialmente (como faz hoje a Noruega em relação a seu petróleo, o Chile em relação ao cobre, e a Argentina em relação à soja), impondo um imposto ou retenção sobre a exportação desse bem correspondente à diferença entre o equilíbrio industrial e o equilíbrio corrente.

Ao se estabelecer essa retenção, a oferta do bem em relação à taxa de câmbio se deslocará para cima, o que causará a depreciação da moeda nacional e resultará na mudança do equilíbrio corrente do país, que se equalizará ao equilíbrio industrial. Esta depreciação ocorrerá porque, a partir do imposto, o produtor da *commodity* que origina a doença holandesa não está mais disposto a oferecer seu produto pela taxa de câmbio anterior ao imposto; condiciona sua produção a uma depreciação que compense o imposto pago. No exemplo do país exportador de soja, se o governo impõe uma retenção de uma moeda nacional por dólar exportado de soja, os produtores de soja só continuarão a oferecer a soja, ou seja, a produzi-la, se a taxa de câmbio mudar de duas para três moedas nacionais por dólar, e é para esse nível que o mercado, funcionando livremente, levará a taxa de câmbio.

Há, certamente, um processo de transição que precisa ser cuidado pelo governo, mas, afinal, não é o produtor de soja que paga o imposto; ele fica exatamente na mesma posição, com a mesma rentabilidade: antes do imposto recebia duas moedas por dólar exportado, depois, recebe três moedas por dólar exportado, mas paga uma moeda de retenção. Quem paga o imposto é todo o povo do país, porque com a desvalorização os preços dos bens comercializáveis sobem e os salários reais caem. Mas, em seguida, a economia passa a crescer aceleradamente e esse prejuízo é em pouco tempo compensado.

Imposto de exportação e fundo soberano

O que deve fazer o governo com a receita do imposto? Em princípio, deve fazer o que faz a Noruega. Ao invés de gastá-lo, investe-o em um fundo soberano. Supondo-se que o orçamento do Estado, desconsiderado o imposto, está equilibrado, o imposto de exportação deverá constituir superávit público. Se, mais realisticamente, supusermos que, sem considerar a doença holandesa e o imposto que a neutraliza, é razoável que o país incorra em um déficit público moderado (que mantém constante a dívida pública do país em relação ao PIB), a adição do imposto de exportação à receita do Estado deverá reduzir esse déficit público para próximo de zero. Se o Estado decidir gastar os recursos do imposto, deverá e poderá fazê-lo moderadamente, de forma que não ficará longe do déficit público zero.

Mas falta responder uma pergunta básica: através desta estratégia de crescimento com poupança interna e neutralização da doença holandesa, como o país conseguirá aumentar sua taxa de investimento e de poupança, já que o novo desenvolvimentismo rejeita a proposta equivocada de tentar adicionar à poupança interna a externa, porque seu resultado é antes aumento do consumo e da dívida externa do que do investimento? A resposta está em administrar a taxa de câmbio, ainda que no quadro de um câmbio flutuante, para que ela não se aprecie e seja competitiva, permaneça em torno do equilíbrio industrial. Para isto, será necessário neutralizar a doença holandesa e rejeitar o fetiche da poupança externa ou, em outras palavras, buscar crescer da única forma possível, com base na poupança interna. Graças a uma taxa de câmbio competitiva, as oportunidades de investimento aumentarão imediatamente para as empresas eficientes. Aumentarão em relação ao mercado externo, porque toda a demanda externa ficará ao alcance dessas empresas, e em relação ao mercado interno, por-

que diminuirá para elas a competição dos bens importados.

Ao aumentar a taxa de investimento, aumentará a renda e, como demonstrou Keynes, aumentará a taxa de poupança. Não se aumenta, portanto, a taxa de poupança do país recorrendo a uma ilusória poupança externa, mas garantindo demanda para as empresas e investindo. Para que as empresas invistam, basta, em termos de Schumpeter, que o sistema financeiro nacional torne disponível crédito para as empresas inovadoras; desta forma, estarão inovando, obtendo lucros e promovendo o desenvolvimento econômico do país.

Além de desempenhar o papel indutor de oportunidades de investimento, o Estado deve, de um lado, aumentar a eficiência de seu gasto na área dos serviços sociais e culturais e, assim, obter recurso para, sem aumentar a carga tributária, poder ampliar seus próprios investimentos. Sem, naturalmente, concorrer com os investimentos privados, mas complementando-os e incentivando-os. Se, por exemplo, o objetivo a médio prazo, no Brasil, for aumentar a taxa de investimento de 18% para 25% do PIB, o Estado deverá elevar seu investimento dos atuais 2% para cerca de 5% (aproximadamente 20% do total), ficando o setor privado responsável por investimentos equivalentes a 20% do PIB. Enquanto para o velho desenvolvimentismo o Estado devia ser também produtor, porque o setor privado não tinha capacidade de investir, hoje, no quadro do novo desenvolvimentismo, em um país que já realizou sua revolução capitalista, o papel do Estado na área econômica deve ser apenas estratégico ou indutor.

Em síntese, o novo desenvolvimentismo defende superávit em conta-corrente e déficit público em torno de zero, porque a neutralização da doença holandesa leva a economia do país nessa direção, e rejeita a proposta dos países ricos de que os países cresçam com poupança externa, porque essa tese não se sustenta nem lógica nem empiricamente (já há muitas pesquisas comprovando esse fato).

Através da neutralização da doença holandesa e da política de crescimento com poupança interna, o país aumenta sua taxa de investimento e de poupança e cresce aceleradamente com estabilidade de preços, e sem ficar sujeito a crises cíclicas de balanço de pagamentos. É, portanto, uma estratégia muito mais segura e responsável do que a ortodoxia convencional, que defende déficit em conta-corrente e aceita déficit público para financiar juros altos pagos pelo Estado.

É possível mudar a política macroeconômica?

Para tornar o novo desenvolvimentismo a política econômica do país é fundamental convencer sua sociedade civil – ou seja, a sociedade politicamente organizada formada por empresários, classes médias intelectuais, organizações corporativas e organizações de advocacia política. A rigor, seria preciso convencer o povo – a massa dos eleitores – mas, nas democracias imperfeitas de que dispõem os países, esse povo tem pouco poder, e o fundamental para os políticos que tomam as decisões no governo é a legitimidade da política econômica assegurada pelo apoio da sociedade civil.

Alternativa ao Consenso de Washington

Não é fácil convencer a sociedade civil dos países de renda média da superioridade do novo desenvolvimentismo sobre a ortodoxia convencional. No caso do Brasil, o novo desenvolvimentismo fez progressos substanciais nos últimos dez anos, mas ainda não se tornou hegemônico na sociedade civil. Já é dominante entre os empresários industriais, mas caminha devagar no restante da sociedade civil. Por várias razões. Primeiro, porque estas novas ideias apenas começam a ser conhecidas por seus líderes. Segundo, porque os brasileiros, estigmatizados pela alta inflação que prevaleceu entre

1980 e 1994, consideram boa qualquer política que assegure a estabilidade dos preços – coisa que a ortodoxia convencional do Banco Central está conseguindo. Terceiro, porque a hegemonia ideológica do Norte neoliberal e globalista sobre a sociedade brasileira ainda se mantém de pé. Destas três causas, esta é a principal. As elites burguesas e, principalmente, as elites intelectuais nos países em desenvolvimento são ambíguas em relação à questão nacional. Não são intrinsecamente dependentes, como afirmou a teoria da dependência, mas são *nacional-dependentes*: como sugere esse oxímoro, ora se identificam com a nação, ora se associam de maneira subordinada ao império.

Nos anos 1990, a hegemonia do império foi quase absoluta e as elites brasileiras foram dependentes. Nos anos 2000, elas avançaram na direção da independência nacional e este avanço foi em parte sancionado pelo governo Lula. Isto ocorreu, de um lado, porque o consenso de Washington fracassou nos países em desenvolvimento aos quais se destinava, e porque, no Norte, o neoliberalismo globalista, ao desregular os mercados, promoveu enorme concentração de renda nos 2% mais ricos da população e desembocou na crise financeira global de 2008 e na grande recessão que hoje enfrentam os países ricos.

Devido a estes fatos, a ortodoxia convencional já não é mais hegemônica, mas o novo desenvolvimentismo ainda não logrou substituí-la no papel de estratégia nacional. Principalmente, porque a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento é constituída por um conjunto de modelos, e o novo desenvolvimentismo, por um conjunto de propostas de política, que só se consolidaram, do ponto de vista teórico, recentemente. Mas já se avançou muito nessa direção, como ficou demonstrado quando 25 economistas e cientistas políticos de diversos países se reuniram em um *workshop* em São Paulo, em maio de 2010, e propuseram e aprovaram as “Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo” (“Ten Theses sobre o Novo Developmentalism”). A esses economis-

tas se juntaram cerca de 50 outros economistas e cientistas políticos importantes que foram convidados para serem também “subscritores originais” do documento. Estas “Ten Theses”, que estão agora abertas à subscrição de outros economistas (www.tenthesesonnewdevelopmentalism), podem ser vistas como uma alternativa concreta ao Consenso de Washington.

No processo de transição em curso do novo desenvolvimentismo para a condição hegemônica seus propositores enfrentam, ainda, uma questão colocada por seus interlocutores na sociedade civil. Eles dizem, “está bem, suas teorias e suas propostas fazem sentido, mas não é possível pô-las em prática, não é possível administrar a taxa de câmbio”. Esta “impossibilidade” é, assim, o último bastião da ortodoxia convencional. Mas um bastião frágil. Seus defensores neoliberais dizem que na globalização é impossível estabelecer controles à entrada de capitais, mas a experiência histórica do Brasil e a experiência atual dos países asiáticos dinâmicos mostram que isto não é verdade. O novo desenvolvimentismo defende controles à entrada de capitais, não à sua saída, porque como crises de balanço de pagamentos deixam de ser a “condição natural” dos países de renda média, não haverá razão para fugas de capitais.

Por outro lado, embora haja problemas políticos internos em estabelecer um imposto sobre as exportações de bens que dão origem à doença holandesa, está claro que isto é possível desde que fique explícito que os exportadores não serão prejudicados, porque a depreciação cambial compensará o valor do imposto pago. Na verdade, os produtores de bens primários serão beneficiados desde que o governo use parte dos recursos para estabelecer um fundo de estabilização que os socorra nos casos de queda violenta dos preços internacionais da *commodity*.

Finalmente, há duas dificuldades causadas temporariamente pelo deslocamento da taxa de câmbio do equilíbrio corrente para o industrial: haverá um choque de custos que aumentará apenas uma vez a inflação, e os salários

reais diminuirão um pouco. A inflação, porém, logo voltará a cair desde que não haja qualquer indexação de preços. Quanto aos salários, logo

voltarão a subir, agora de forma sustentada, graças ao aumento da taxa de investimento e da aceleração do crescimento. ○





